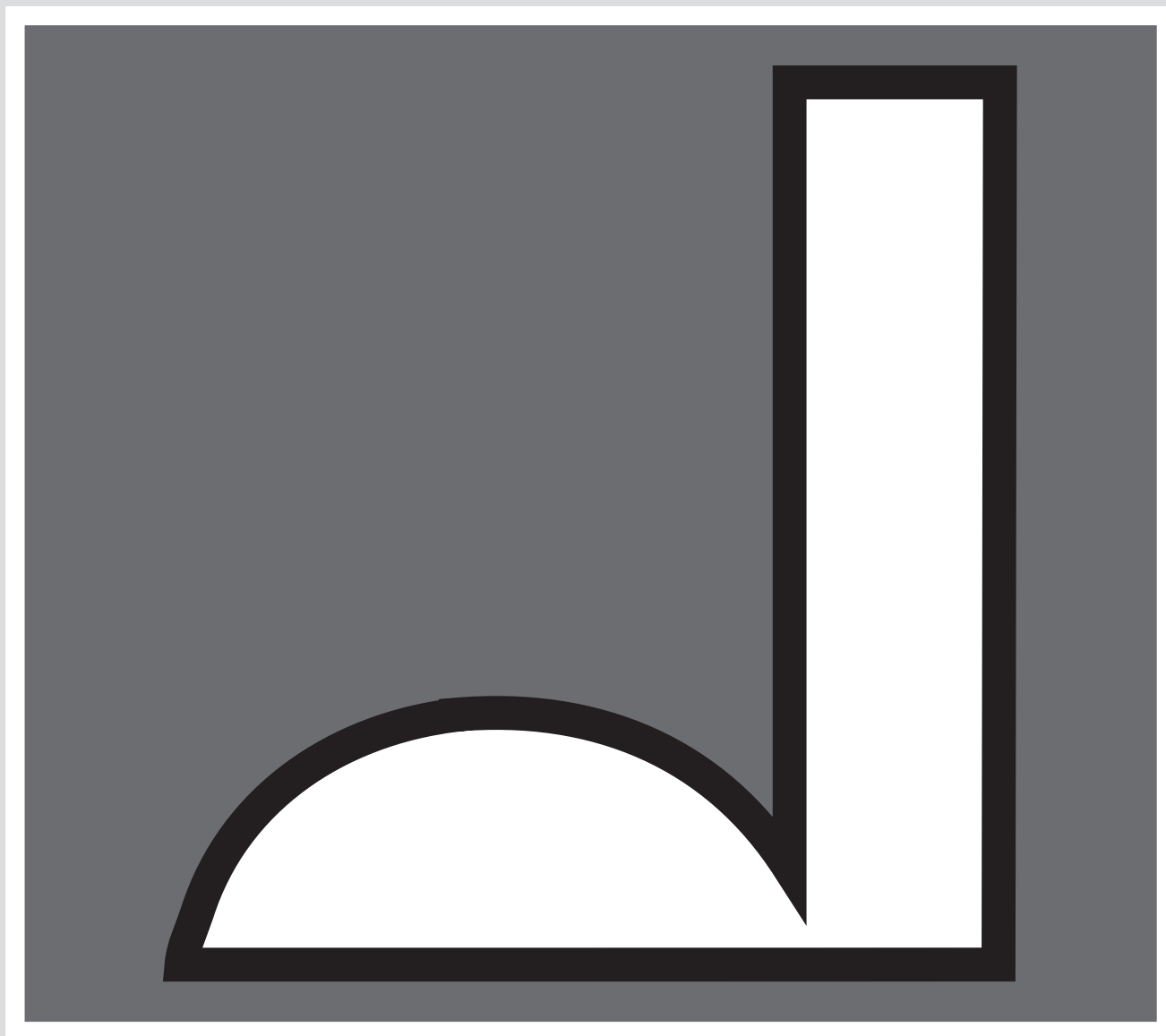




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 067 - TERÇA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR ⁽¹⁾
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – PFL-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER	LÍDER Ideli Salvatti – PT	LÍDER Lúcia Vânia
VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles	VICE-LÍDERES
..... LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp	 LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti	 LÍDER DO PFL – 17 José Agripino
VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves
	LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira	LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio
	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias ⁽¹⁾ Marisa Serrano Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3 João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR Exedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

⁽¹⁾ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do cargo a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 69ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE MAIO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *JOÃO PEDRO* – Reflexão sobre os desdobramentos sociais da cadeia produtiva do biodiesel, a partir de fontes vegetais como o dendê. Importantes pesquisas desenvolvidas pela Embrapa da Amazônia Ocidental..... 14290

SENADOR *ROMEU TUMA* – Considerações sobre os discursos do Papa Bento XVI em sua visita ao Brasil. Manifestação contrária à discriminação das drogas, especialmente, da maconha..... 14292

SENADOR *JOÃO DURVAL* – Análise da dinâmica populacional do País durante as últimas décadas, destacando a questão do planejamento familiar..... 14294

SENADOR *TIÃO VIANA* – Registro da realização da 60ª Assembléia Mundial de Saúde, em Genebra, tendo como sede a Organização Mundial de Saúde, cujo tema central é a gripe aviária. O debate sobre o combate ao alcoolismo no País. 14296

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Registro do transcurso do 119º aniversário da Abolição da Escravatura, no dia 13 de maio. Posicionamento favorável a uma revolução educacional, com o objetivo de se complementar a Lei Áurea..... 14298

SENADOR *ROMERO JUCÁ*, como Líder – Anúncio da redução do recolhimento à Previdência dos autônomos e donas-de-casa que desejam se inscrever no sistema especial de aposentadoria. Registro, pela imprensa, de que a agência de classificação de risco Fitch melhorou a avaliação do Brasil como BB+, fato este que coloca o País em vias de ingressar na área de investimento prioritário em todo o mundo..... 14302

SENADOR *MÃO SANTA* – Registro do convite recebido para participar do I Encontro da Ordem dos Parlamentares do Brasil. Matéria publicada no jornal **Folha Vip Concursos**, do Piauí, com referências a projeto de autoria de S. Exa., que estabelece que as provas de concursos públicos em nível federal sejam realizadas em todas as capitais dos estados

onde houver 50 ou mais candidatos inscritos. Alerta para a edição de mais uma medida provisória sobre complementação do Orçamento..... 14302

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Preocupação com a escalada das mortes decorrentes de acidentes de trânsito em todo o País..... 14306

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Apresentação de voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Curralinhos, no Piauí, Sr. Hermes Pereira de Araújo Santos. Registro dos 100 dias do PAC, sem nenhuma obra iniciada no Estado do Piauí... 14310

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 506, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito da cidade piauiense de Curralinhos, Sr. Hermes Pereira de Araújo Santos. 14312

1.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *LEOMAR QUINTANILHA* – Preocupação com o tratamento a ser dado pelos prefeitos ao lixo e aos resíduos sólidos dele resultantes. 14313

SENADOR *PEDRO SIMON* – Destaque para a atuação do Procurador-Geral da República Antonio Fernando de Souza e declaração de apoio à sua recondução ao cargo. 14314

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Protesto contra a enxurrada de medidas provisórias que paralisa o trabalho do Congresso Nacional. Preocupação com a violência que vem assolando o Estado do Pará. 14321

1.2.4 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 57/2007, de 2 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 142, de 2007, do Senador Cícero Lucena. 14325

Nº 62/2007, de 2 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 88, de 2007, do Senador Arthur Virgílio..... 14325

Nº 63/2007, de 30 de abril último, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 25, de 2007, do Senador Arthur Virgílio..... 14325

Nº 65/2007, de 2 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 89, de 2007, do Senador Arthur Virgílio..... 14325

Nº 164/2007, de 3 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 95, de 2007, do Senador Alvaro Dias..... 14325

1.2.5 – Ofício do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Nº 548/2007, de 3 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 112, de 2007, do Senador César Borges..... 14325

1.2.6 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 357/2007, de 28 de março último, encaminhando cópia do Acórdão nº 470/2007-TCU-Plenário, referente ao Requerimento nº 604, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.... 14325

1.2.7 – Ofícios

Nº 136/2007, de 9 do corrente, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004 (5.887/2005, na Câmara dos Deputados). ... 14325

Nº 137/2007, de 9 do corrente, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2004 (nº 6.207/2005, na Câmara dos Deputados). 14325

S/Nº/2007, de 25 de abril último, do Presidente da Academia Brasileira de Letras, manifestando veemente rejeição ao Projeto de Lei do Senador Marcelo Crivella que propõe a inclusão dos credos religiosos entre os beneficiários da Lei Rouanet. . 14326

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 47, de 1993; 151, de 1999; 481, 491 e 516, de 2006; 10, 17, 38, 39, 40, 41, 42 e 48, de 2007, aprovados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática..... 14326

1.2.9 – Mensagem da Presidente do Supremo Tribunal Federal

Nº 40/2007, de 4 do corrente, encaminhando informações sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.112..... 14326

1.2.10 – Ofício

Nº 483/2007, de 8 do corrente, do Procurador-Geral da República, em atenção ao pedido formulado pelo Procurador da República Pedro Antonio de Oliveira Machado, no Ofício nº 2002/2007-PR/DF/PM, de 3 de maio de 2007, encaminhando cópia da petição inicial das Ações Cíveis Públicas nºs 2007.34.00.009984-4 e 2007.34.00.010443-1, bem como, cópia da denúncia da Representação Criminal nº 2007.34.00.011831-0, para conhecimento e a divulgação pertinente. 14327

1.2.11 – Comunicações da Presidência

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da Medida Provisória nº 370, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para os fins que especifica e estabelecimento do calendário de tramitação da matéria..... 14329

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 10 de maio de 2007, e publicação no dia 11 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 371, de 2007, que acresce parágrafo ao art. 6º da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.* 14329

1.2.12 – Leitura de requerimentos

Nº 507, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2006, que revoga o decreto-lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945, e o Decreto-lei nº 7.776, de 25 de julho de 1945. (Revoga Decretos-Leis que regula os casos de invalidez e de incapacidade física para as Forças Armadas, e dispõe sobre organização de Comissão criada para esse fim), além da Comissão constante do despacho inicial seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais, para que esta se pronuncie sobre o projeto..... 14330

Nº 508, de 2007, de autoria do Senador Gilvam Borges, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2007, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição de concursos públicos da Administração Federal e de exames vestibulares das instituições federais de educação superior aos jurados do Tribunal do Júri e aos eleitores nomeados para compor as Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais, além da Comissão constante do despacho inicial seja ouvida, também, a de Educação, para que esta se pronuncie sobre o projeto... 14331

1.2.13 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dá nova redação ao art. 708 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 2003 (Código de Processo Civil), para alterar a ordem dos mecanismos de satisfação do credor..... 14332

1.2.14 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários sobre o documento “Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil”, do Ministério da Cultura..... 14335

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário sobre o artigo intitulado “Tática, não desespero”,

publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 18 de abril último. 14336

SENADOR **SÉRGIO GUERRA** – Registro do editorial intitulado *“Mais gastos e mais impostos”*, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 20 de abril último. 14338

SENADOR **MARCONI PERILLO** – Registro da matéria intitulada *“Forças políticas para 2010 passam ao largo do PT”*, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 6 de maio corrente. ... 14339

SENADOR **CÍCERO LUCENA** – Registro da matéria intitulada *“TCU suspende licitação com ‘regras viciadas’ dos Correios”*, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 18 de abril último.. 14340

SENADOR **MÁRIO COUTO** – Registro do artigo intitulado *“De politização e manipulação”*, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 7 de abril último. 14341

1.2.15 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 15, com Ordem do Dia anteriormente designada. 14342

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

3 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 69ª Sessão Não Deliberativa, em 14 de maio de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Romeu Tuma, Leomar Quintanilha e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quando possível, Sr. Presidente, eu gostaria de usar da palavra para uma comunicação inadiável, no momento em que V. Exª julgar mais oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª está inscrito, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Faço também, neste momento, minha inscrição para uma comunicação inadiável, sendo eu o segundo inscrito.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro.

V. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Srªs e Srs. Senadores, cidadãos e cidadãs do Brasil, o Brasil de hoje, certamente, ainda não é o país com o qual sonhamos nos embates políticos do dia-a-dia. Há, porém, dados qualitativos e quantitativos que sinalizam avanços nas conquistas sociais e econômicas que não podem recuar nas políticas públicas de impacto social positivo daqui para frente. Está cada vez mais evidente que o Brasil cresce de maneira sustentável, com distribuição de renda, com redução da pobreza, com inclusão social.

Na última quinta-feira, a Senadora Ideli Salvatti, minha companheira Líder de Bancada, Líder do meu Partido, informava a esta Casa que o Bolsa-Família, programa mantido com 0,51% da renda do País, é responsável pela queda de 17% na desigualdade social. Isso significa que a renda dos mais pobres melhorou em 17%. O Brasil, portanto, cresce de forma mais justa, porque realiza uma política de desenvolvimento socioeconômico amparada em fundamentos que almejam

pôr fim ao fosso que separa ricos e pobres. Não há milagre nessa equação. Há ação. Ação que está na queda dos juros, para que o setor produtivo se torne mais competitivo no mercado globalizado. Ação que está, também, nos planos macroeconômicos, como o PAC, para a infra-estrutura, e o PDE, para a educação.

Sr. Presidente, hoje existe um sentimento pulsante na sociedade brasileira que é o de não retroagir para o perverso entendimento de que só os ricos podem promover o crescimento econômico e dele se beneficiar, de que só grandes empresas produzem produtos com competência para o mercado, ou de que os pobres devem ser, eternamente, relegados à figura de meros espectadores nos planos macroestratégicos do Poder Público.

É flagrante a condição de que vivemos um novo momento, uma nova realidade, um novo jeito de produzir e de distribuir riqueza.

Um bom exemplo dessa nova era são os desdobramentos sociais na cadeia produtiva do biodiesel, combustível que, juntamente com os demais produtos do setor agroenergético, coloca o Brasil no centro das discussões e decisões sobre as novas matrizes energéticas limpas para o futuro. O aproveitamento de matérias-primas agroflorestais deve, por decisão política, levar em conta a inclusão social de famílias de agricultores, para que haja mais emprego e mais distribuição de renda, para que se acelere a redução, também, das desigualdades regionais.

O caminho para a produção do biodiesel a partir de fontes vegetais, mais precisamente do dendê, está nessa direção. Primeiro porque é a característica do Governo Lula agir para melhorar a qualidade de vida da população historicamente apenada pela concentração da riqueza nas mãos de poucos. Segundo porque os pequenos agricultores organizam-se política e tecnicamente para dominar a cadeia produtiva do dendê, e para obter os financiamentos públicos e privados destinados à fabricação do novo combustível.

O mais importante nesse novo quadro é que existe tecnologia disponível produzida por instituições brasileiras que permitirá a realização de programas estratégicos nos campos energético e social, em curto e médio prazo, como exigem as circunstâncias da pres-

são para uso de energia limpa e renovável em decorrência do acelerado processo de aquecimento global. Temos, portanto, condições de produzir energia com uma abrangência sócioambiental nunca vista – uma situação muito diferente da relativa à exploração do petróleo, que sempre foi dominada por conglomerados transnacionais, pelo grande capital.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nova era da produção de energia pode vislumbrar na visita que fiz, na última sexta-feira, à sede da Embrapa da Amazônia Ocidental e ao Campo Experimental do Distrito Agroindustrial da Suframa, ambos na zona rural de Manaus, onde os cientistas da instituição desenvolvem pesquisas com a cultura do dendê.

A exemplo do que já ocorre em outros estados do Brasil, como no Pará e na Bahia, o cultivo do dendê, no Amazonas, também é viável econômica, social e ambientalmente, pois ele responde de modo positivo em produtividade, pode ser manejado por pequenos grupos familiares e por ser recomendado à recuperação de áreas degradadas. O Amazonas e a Amazônia, portanto, têm pleno aval da ciência para participar do programa nacional de biodiesel, principalmente porque a atividade estimula a agricultura familiar, sem oferecer risco de impacto negativo ao meio ambiente.

Além, se o cultivo for aplicado conforme as recomendações obtidas nas pesquisas de laboratório e de campo da Embrapa, esse item da agroenergia ainda contribuirá com a correção de áreas desmatadas por grandes projetos agropastoris que fracassaram no passado recente. Por isso, vou atuar para que o Presidente Lula sancione logo a lei que coloca o dendezeiro na lista das espécies adequadas ao reflorestamento.

Sr. Presidente, a acumulação científica da Embrapa direcionada ao cultivo, extração e industrialização do dendê na Amazônia tem mais de trinta anos. Ela é o resultado da persistência de visionários da ciência, de servidores públicos e de ínfima parcela da iniciativa privada que nem as adversidades regionais, nem a má-vontade governamental foram capazes de desestimular no decorrer desses longos anos de pesquisa e de trabalho dedicado da Embrapa.

Causa orgulho o fato de estar sediado no Estado do Amazonas, mais precisamente no Município de Rio Preto da Eva, um dos cinco maiores bancos de sementes e mudas de dendê do mundo. A Embrapa vende para os mercados interno e externo 600 mil sementes germinadas dessa oleaginosa por ano.

Ao mesmo tempo, é uma questão preocupante, se levarmos em conta que se trata de uma tecnologia estratégica, que, há muito tempo, poderia estar disseminando-se em nosso País.

Mas, de tudo isso, tiramos a conclusão de que, hoje, é possível assegurar que a Embrapa tem tecnologia para transferir aos pequenos agricultores, interessados no cultivo do dendê e até na obtenção do biodiesel em usinas artesanais, com toda a garantia de que conquistarão melhoria de qualidade de vida.

Concedo um aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me falava sobre visitar seu Amazonas; eu diria nosso, porque todos nós temos amor por essa terra, que, infelizmente, gera até cobiça internacional. Creio que V. Ex^a traz um assunto tão importante que, hoje, ele toma conta do noticiário de praticamente todos os países do mundo, que é o aquecimento global. O dendê pode ser usado para combustível. A Embrapa tem realizado um trabalho excelente. Não se trata deste Governo ou do outro governo. Queria aproveitar, se V. Ex^a me permite, para endossar a homenagem que V. Ex^a faz à Embrapa.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com muito prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Pelo trabalho, pela dedicação, pela tecnologia, pelo amor ao trabalho que desenvolve. Não há nenhuma reivindicação salarial ou de prêmio. Eles se dedicam, única e exclusivamente, a trazer algo de melhor para a sociedade brasileira. E V. Ex^a iniciou falando sobre a pobreza. Foi o que o Papa nos disse em uma das suas mensagens. Portanto, o assunto é tão importante que V. Ex^a não fala só para o seu Amazonas, não; fala para o País inteiro. Parabéns!

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Podemos dar novo impulso à economia da região em condições bem diferentes das que ocorreram nos chamados ciclos econômicos da Amazônia, como o da borracha e o do extrativismo mineral e florestal, ambos forjados na usurpação da mão-de-obra das populações excluídas e dos ecossistemas regionais

O Brasil reúne condições básicas para implantar um plano nacional de agroenergia sem incorrer nos erros do passado. Minha afirmativa está calçada na constatação de que o nosso País domina toda a cadeia produtiva do dendê, seja para a fabricação do biodiesel, seja para a produção de alimentos e de cosméticos. Evidentemente que, a partir de agora, Governo e instituições da sociedade civil devem apressar o aprimoramento dos meios que viabilizarão os projetos de energia renovável como instrumentos de inclusão social. Por exemplo, o Governo precisa adequar as linhas de crédito às peculiaridades do ciclo produtivo do dendê e às diversas formas de organização da agricultura fami-

liar, que se espraiam dos minúsculos grupos familiares às grandes cooperativas de agricultores.

[Aqui faço um destaque para que o cultivo do dendê seja incluído nos programas governamentais de interiorização e fixação de homens e mulheres no campo, como são os projetos de colonização, reforma agrária, cooperativas e demais modelos de assentamentos rurais.]

No campo experimental da Embrapa da Amazônia Ocidental, há um projeto-modelo de cultivo de dendê pronto para ser aplicado na agricultura familiar. Ele consiste de um módulo de cinco hectares que requer apenas o trabalho de três pessoas. Nos anos que antecedem o início da produção comercial do dendê, que ocorre a partir do quarto ano, esses pequenos agricultores poderão, no mesmo terreno, cultivar outras culturas de ciclos curtos, como maracujá, abacaxi, mandioca e banana, para se manter em condição digna e, em alguns casos, até amortizar parte dos financiamentos do plantio principal.

Sr. Presidente, a produção do biodiesel, se ocorrer por intermédio da agricultura familiar, como é o desejo do Governo Lula e de parcela significativa dos movimentos sociais, servirá de anteparo à migração constante da população do campo para as cidades, fenômeno estimulado pela possibilidade de conquista de emprego e renda por parte dos que estão menos-prezados na zona rural. Isso será possível porque o nível de mecanização da dendecultura é mínimo.

Ao mesmo tempo, o dendê gera, além do biodiesel, enorme variedade de produtos e subprodutos com garantia de compra. Essa é a segurança da qual necessita o pequeno agricultor, para que ele se sinta estimulado e integrado ao processo produtivo do País. Evidentemente que nada disso adiantará se não for criado o ambiente favorável à disseminação e aplicação correta das tecnologias disponíveis, como a implantação de infra-estrutura, serviços e assistência técnica nas áreas vocacionadas ao cultivo do dendê.

Insisto ainda na adequação da carência para a amortização dos financiamentos, uma vez que os dendezais só começam a produzir, em nível comercial, a partir do quarto ano e a dar lucro a partir do sexto ano.

No Amazonas, existem vastas áreas propícias ao cultivo do dendê – não só no Amazonas, na Amazônia também –, como as dos plantios abandonados, localizados no entorno de Manaus e no Município de Tefé, no médio Solimões, e as terras degradadas no sul do Estado, uma região de conflito agrário e ambiental que ocupa grande parte dos Municípios de Apuí, Humaitá, Manicoré, Lábrea, Boca do Acre. A agroenergia oferece à Amazônia uma oportunidade ímpar que não

pode ser desperdiçada, que é a possibilidade de se construir uma economia perene, baseada no respeito às diversidades biológicas e sociais da região.

Sr^{as} e Srs. Senadores, as pesquisas da Embrapa atestam que as condições de clima e de solo da Amazônia são propícias às espécies vegetais duradouras, como o dendezeiro. Elas oferecem maior proteção ao solo e menor impacto ao ambiente, pois se adaptam à baixa fertilidade natural. A vida útil econômica de um plantio de dendê dura de 20 a 30 anos, com produção garantida por todo o ano. Um hectare da oleaginosa pode resultar na obtenção de até oito toneladas de óleo por ano, cuja venda, a que já me referi, está assegurada pela versatilidade do emprego e da composição química do produto na geração de energia e na indústria de cosméticos e de alimentos.

Sr. Presidente, quero registrar aqui o meu reconhecimento de que as instituições de ensino e pesquisa do Brasil são parceiras estratégicas desta nova era que se desenha para o Brasil nos âmbitos doméstico e internacional. Elas garantem às políticas públicas uma caminhada segura para o verdadeiro desenvolvimento sustentado, que é aquele que pulveriza ganhos para toda a sociedade com menor impacto possível sobre o meio ambiente. A Embrapa cumpre o seu papel nesse processo, ainda que lhe pese a falta de recursos adequados, como bem frisaram os seus dirigentes, pesquisadores e servidores.

Por fim, apelo a esta Casa para que se mantenha coesa na aprovação dos projetos que viabilizarão a produção do biodiesel brasileiro em escala comercial, muitos dos quais estão embutidos no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, e no Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE. Empenho-me nessa luta porque defendo que não podemos retroagir nas conquistas sociais, principalmente nas que se referem à distribuição de renda, à redução das desigualdades sociais e à inclusão social.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador João Pedro.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, por até cinco minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Tião Viana, outros Parlamentares e eu estivemos no Campo de Marte, onde acompanhamos, de perto, a santificação de Frei Galvão, um paulista que se tornou santo pela devoção, pelo amor que tinha por aqueles

que o procuravam, em qualquer sentido de dificuldade, sempre pronto a atendê-los.

O Papa foi uma passagem maravilhosa pelas terras de São Paulo, cuja peregrinação, pré-estabelecida, indicava várias reuniões, das quais participava. Não deixou absolutamente de lado seu contato com o público, com o povo, por onde passava. E V. Ex^a é testemunha disso com sua presença física e espiritual, que, tenho certeza, recebeu as bênçãos do Papa, que é o representante de Jesus na Terra, o substituto de Pedro.

Estou requerendo hoje, Senador – e espero conseguir esta gentileza da Nunciatura Apostólica –, todos os discursos públicos pronunciados pelo Papa. Se V. Ex^a acompanhou de perto, quase todas as emissoras de rádio e televisão trouxeram professores de Teologia e estudiosos da religião para analisarem as palavras do Papa e o que Sua Santidade queria dizer. Vi que alguns se confundiram, dizendo uma coisa; outros, outra.

É importante que tenhamos todos esses dados, nós, que somos cristãos, que vivemos a cristandade. Os ensinamentos de Jesus têm mais de dois mil anos e os dogmas de fé não se discutem. Acredita-se ou não.

É claro que a Igreja respeita a evolução econômica que temos e o que ela traz de benefício para a sociedade, para o cidadão, para as pessoas de bem, mas, como disse o meu antecessor, o Senador do Amazonas, é preciso pensar nos pobres. Se a Igreja optou pelos pobres é porque sabe que, se não se dedicar aos pobres, eles poderão ficar à míngua a qualquer tempo. Então, o próprio Governo tem feito muito na área social, no atendimento à camada mais pobre do País, o que é muito importante.

Mas, eu tenho pouco tempo, Senador, e vim a esta tribuna hoje para fazer uma referência, porque espero me preparar melhor para ler o discurso, sobre os traficantes de drogas. A visita do Papa à Fazenda da Esperança, em Guaratinguetá, foi realmente algo maravilhoso, pelo que demonstraram suas palavras, sua presença e o carinho com que tratou aqueles que buscam naquela unidade social da Igreja se recuperar do terrível vício do uso de drogas.

Então, a palavra de Sua Santidade está estampada, pelo menos no *Estadão*. Como os traficantes se explicarão a Deus? Tenho certeza disso, e sempre disse que ninguém espera morrer para saber se Deus vai colocá-lo no inferno ou se vai castigar. O castigo vem na Terra mesmo, durante a vida. Quem faz o bem, receberá o bem. Quem faz o mal, sem dúvida, pagará pelo mal que fez.

Senador, veja agora: “O cultivo de coca aumenta sob Evo Morales”. Não estou fazendo uma acusação ao governo da Bolívia, porque ele é independente e

soberano. Mas ele é um líder cocaleiro. Eu estive lá com um grupo grande de Parlamentares do mundo inteiro, para acompanhar de perto a substituição da lavoura de coca por outros produtos que poderiam ser exportados, de modo que os produtores não tivessem prejuízos com a substituição. Provavelmente, isso não deu certo e as razões têm de ser discutidas.

Há uma outra matéria que diz que as operações no Rio de Janeiro, segundo o dito por alguns especialistas, só estão “enxugando o gelo” no combate às drogas e à criminalidade, porque todo o material apreendido, a quantidade de drogas, durante dez anos não chega a 10% do movimento que os traficantes realizam nas áreas por eles dominadas.

Por isso faço um apelo, Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs Senadores aqui presentes, aos pais e mães: não concordem com a legalização, com a descriminalização do uso de drogas. Houve uma passeata no Rio de Janeiro durante a visita do Papa Bento XVI, pedindo a legalização do uso da maconha, da “marijuana”. O panfleto tinha o retrato do Cristo Redentor, de braços abertos sobre a Baía de Guanabara, como se aquilo fosse uma campanha em favor do uso indiscriminado da maconha, que é a porta de entrada para o uso de drogas mais pesadas. Então, faço esse apelo e imploro.

Há autoridades pregando isso. Que o usuário faça isso é um problema dele, que quer se livrar do crime e encontrar a droga. E os governantes, que pregam a descriminalização das drogas, fazem-no porque não conseguem combater a corrupção que avança, Senador Mão Santa! Então, a corrupção avança e os governadores, incapacitados, querem que não seja mais crime, Senador Tião Viana. É algo profundamente desgastante para nós.

O combate precisa ser permanente. Se legalizar, não vai melhorar absolutamente nada, porque o uso vai aumentar, como acontece com o cigarro, a bebida e tantos outros que são legais, as pílulas vendidas em farmácias e tantos outros métodos que trazem o vício, o mal-estar e levam os cidadãos à morte.

Senador, não quero tomar mais o tempo, mas é somente para deixar esse alerta.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana, V. Ex^a permite aqui um aparte? Na sensibilidade de V. Ex^a, que é maior do que qualquer regimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a máxima objetividade, em razão do Regimento, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu não poderia deixar de me manifestar. O nosso Romeu Tuma significa muito. Nós precisamos de símbolo. O Papa Bento XVI é o símbolo da cruz. Romeu Tuma é o símbolo da moral, da ética, da decência e da coragem. Dessa Po-

lícia Federal, se aí existe, S. Ex^a foi o ícone. O período mais difícil deste País foi a transição democrática feita pela paciência do Presidente Sarney.

Mas, além das bênçãos de D. Kiola, a mãe de S. Ex^a, contava com o apoio e a solidariedade dos cireneus.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mais de seis mil greves nacionais e todas enfrentadas com firmeza. Destaco que o Papa foi muito claro. Disse algo que já abordei aqui: corrupção, honestidade. “*To be or not to be. That’s the question* – Ser ou não ser. Eis a questão”. Não existe meio honesto, não. Temos de cassar e expulsar os homens do mensalão, os corruptos deste Congresso da República brasileira. V. Ex^a deu exemplo. V. Ex^a plantou e aginou. A Polícia Federal é uma instituição que trabalha pela moralidade deste País, fundamento essencial da ordem e progresso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – TO) – Muito obrigado. Só para concluir o raciocínio, Senador, ressalto que esses tiroteios do Rio também me têm assustado moralmente. Combates de rua matam indiscriminadamente pessoas inocentes que não sabem de onde vem o tiro. Não existe bala perdida. Há alvo não objetivamente indicado. Então, temos de lutar contra isso. Vale a pena lutar contra a corrupção, a desonestidade. E a Polícia foi feita para servir a população e tem a obrigação de continuar buscando oferecer maior tranquilidade à sociedade sofredora, ricos, pobres, seja qual for a situação em que se encontre o cidadão.

Peço desculpas a V. Ex^a e agradeço-lhe pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência agradece a V. Ex^a e o cumprimenta, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador João Durval, por vinte minutos.

O Sr. JOÃO DURVAL (PDT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar, propriamente, no assunto que vou abordar hoje, eu gostaria de dizer que endosso integralmente as palavras do meu colega Romeu Tuma.

Sr. Presidente, neste meu pronunciamento de hoje, pretendo discorrer sobre a questão do planejamento familiar no Brasil. Iniciarei, contudo, fazendo uma análise resumida da dinâmica populacional em nosso País durante as últimas décadas, visto que a questão populacional serve como pano de fundo para algumas observações que farei a seguir.

Início este retrospecto lembrando que, semelhantemente ao ocorrido em outras partes do mundo – em especial nos Estados Unidos –, o Brasil experimentou

uma espécie de explosão populacional a partir da década de cinquenta do século passado. Internacionalmente, o fenômeno ficou conhecido como *baby boom* e marcou o período que se estendeu do pós-Segunda Grande Guerra até o final da década de 1960, ou início da década seguinte.

As razões para o *baby boom* são diversas e estendem-se desde o sentimento de euforia – especialmente no caso norte-americano – até os avanços nas técnicas médicas, nas condições sanitárias – com a conseqüente redução das taxas de mortalidade infantil – e na melhoria da base alimentar. Nesse mesmo período e pelas razões parecidas, a expectativa de vida aumentou e, como conseqüência da diminuição dos óbitos e do aumento dos nascimentos, houve taxas de crescimento populacional realmente altas, da ordem de 6% ao ano.

Antes de prosseguir acerca do que ocorreu nas décadas seguintes, eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que esses *baby boomers*, como ficaram conhecidas as crianças que nasceram nas décadas de 1950 e 1960, estão, agora, prestes a entrar na idade avançada, ou seja, estão prestes a começar a completar 60 anos. É muito importante que tenhamos isso em vista porque as conseqüências desse fenômeno são vastas para o nosso País, em especial, no que tange aos gastos previdenciários.

Mas, voltemos à dinâmica demográfica de nosso passado recente.

A partir da década de 1970, no Brasil, houve um despertar da consciência civil para o fenômeno de explosão populacional. Em conseqüência, toda uma indústria de controle de natalidade foi montada. Paralelamente aos novos mecanismos contraceptivos que surgiam, mudanças comportamentais e culturais contribuíram muito para a redução da taxa média de fecundidade feminina e, conseqüentemente, das taxas de crescimento populacional. As mulheres aumentaram seus índices de escolarização e passaram a entrar em massa no mercado de trabalho; e as famílias começaram a sentir o peso da sociedade do consumo e do conhecimento (em que criar um filho não se resume apenas em dar-lhe alimento). Tudo isso contribuiu para uma redução acentuada no número médio de filhos por mulher.

Como decorrência desse processo, que brevemente descrevi, a média brasileira de filhos por mulher, que, na década de 1950, era de 6, passou, no início do século XXI, para 2,1.

Eu gostaria de reforçar esse dado: são 2,1 filhos, em média, por mulher. Considerando o fato óbvio de que uma porcentagem das crianças não chega à idade reprodutiva, estejam certos as Senadoras e os

Senadores de que, hoje, no Brasil, atingimos a taxa de reposição, o que vale dizer que esses 2,1 filhos por mulher representam a estagnação do crescimento populacional. E mais: a continuar nas tendências atuais, a população brasileira começará a decrescer a partir de 2020!

Paralelamente a tudo isso, temos de ressaltar que, nas duas últimas décadas, a expectativa de vida ao nascer aumentou 8 anos para os homens e 9,3 anos para as mulheres. Mais uma vez, chamo a atenção das Senhoras e dos Senhores para a pressão que se impõe ao sistema previdenciário. A população está cada vez mais velha, e as taxas de reposição estão extremamente baixas. Além disso, os estudiosos prevêm que o aumento da expectativa de vida no Brasil deve continuar a ocorrer e pode chegar a valores semelhantes aos vistos no Japão, onde os homens vivem, em média, 80,2 anos e as mulheres, 87.

Sr. Presidente, o tema deste meu pronunciamento é, como anunciei no início, o planejamento familiar. Contudo, julgo que este breve relato de alguns aspectos da dinâmica populacional é necessário para que possamos debater a questão do planejamento familiar. Digo isso porque, quando se fala em questões populacionais ou em planejamento familiar, há que se considerar que o assunto não é simples. Como estudioso das ciências da saúde, tenho a convicção de que não há complexidade maior do que a encontrada no ser humano, salvo para aquela que se verifica num conjunto de seres humanos, ou seja, numa população.

É preciso, portanto, que se enxergue a questão do planejamento familiar como algo bem além do simples mecanismo de controle da natalidade. Na verdade, como já demonstrei, não há razão alguma para, no Brasil, promover-se uma redução na taxa de fecundidade, visto que já atingimos a taxa de reposição e que, daqui a duas décadas, a população brasileira poderá começar a diminuir.

Onde residem, então, os problemas brasileiros e a necessidade de uma política pública de saúde que contemple adequadamente soluções para essa questão? Passo a discorrer sobre alguns aspectos que julgo serem pertinentes para responder essas questões. Não falamos aqui apenas dos rincões mais afastados e isolados do nosso imenso território, como as cidades ribeirinhas da Região Norte; falamos, sim, de grandes centros urbanos, cujo gigantismo e cuja complexidade abriga contrastes tão absurdos que ao passo que uma parte de sua população goza de níveis elevados de educação, de acesso à saúde e tem pouquíssimos filhos, outra parte, nas favelas, por exemplo, experimenta o contrário.

Apesar dessa complexidade, cabem, sim, ao Estado ações práticas e incisivas que tratem do problema sob a ótica da saúde pública. O próprio Presidente Lula nos dá um belo exemplo do tratamento a ser dado à questão. Por ocasião da recente visita do Papa, nosso Presidente afirmou que, apesar de ser pessoalmente contra o aborto, sua postura seria de tratar o tema como item de saúde pública, não como um assunto pessoal. Essa é a verdadeira postura de um homem de Estado. O Presidente da República nos dá o exemplo a ser seguido, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Cabe ao Estado uma ação efetiva que torne aquilo que já foi materializado no mundo jurídico – em especial por meio da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996 – em algo concreto e acessível a todos no mundo material.

Cumprem ao Estado as ações concretas de atenção à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde, como pretende a lei.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Durval, eu gostaria de participar do discurso de V. Ex^a.

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – BA) – Tem o aparte V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero, primeiro, cumprimentá-lo. V. Ex^a tem todo o direito, muito além do direito de Senador, de falar sobre planejamento familiar. V. Ex^a construiu uma das mais honradas e dignas famílias deste País, na Bahia, na nossa Feira de Santana, com amor, ao lado de D. Iêda. Então, V. Ex^a é autoridade para falar. Agora, quero dar a minha experiência de médico. Tião, atentai bem! Em 1980 – acho que V. Ex^a já tinha nascido porque é muito novo – fui designado pelo Governo brasileiro, Senador Romeu Tuma, para participar de um evento sobre planejamento familiar, do qual também participaram vários Deputados do Nordeste. Fui indicado pelo Piauí – na época, Lucídio Portela era o Governador. Colômbia, México e os Estados Unidos participaram. Atentai bem! Esse problema a Constituição do México já aborda. O México é cristão, é católico como o Brasil, possui *iglesias* enormes. Está escrito na Constituição mexicana, ó Tião, aquilo que não tivemos a coragem de enfrentar. Os mexicanos têm o direito de se acasalar, de formar *el matrimonio* e escolher sua *pareja* e ter o número de *hijos* que desejam. O Estado tem a obrigação de dar os instrumentos para ele construir a família, ter o número de filhos que deseja. Então, vi no México postos periféricos, Tião Viana. Em 1980, vi, pela primeira vez, a laparoscopia para ligadura de trompa. Atentai bem para o que temos de aprender. Lá, o casal – namorados, noivos – se apresenta em

um posto periférico. Com uma assistente social, eles planejam, na condição ainda de noivos, a família que terão: “Em 2008 tem eleição, não dá certo, em 2010, também”. Sei que o Estado, cientificamente, dá todos os instrumentos que a medicina que oferece. Aliás, queria acrescentar: o definitivo na mulher é a ligadura de trompa, no homem, é a vasectomia. No México, a proporção é de três mulheres esterilizadas para um homem. Aqui nós temos este tabu de o homem não se deixar esterilizar. Temos de enfrentar isso. Somos pelo planejamento familiar – e V. Ex^a é um exemplo –, somos pela paternidade e maternidade responsáveis. Isto é o que o Brasil precisa: construir famílias bem formadas, bem consolidadas como a de V. Ex^a. Aí, sim, avançaremos para uma civilização com a qual todos sonhamos.

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – BA) – Agradeço a V. Ex^a pela referência a minha família. Gostaria que acontecesse aquilo que V. Ex^a acaba de falar, razão pela qual ocupo hoje esta tribuna defendendo a mesma coisa.

Cumpra ao Estado as ações concretas de atenção à mulher, ao homem ou ao casal dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde, como pretende a lei. Cabe ao Estado, efetivamente, instituir o planejamento familiar orientado por eventos preventivos e educativos e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade.

É necessária e urgente a transposição da teoria jurídica para a realidade do cidadão e da cidadã.

Não se pode mais ficar esperando enquanto centenas de milhares de mulheres morrem, no Brasil, por ano em decorrência da prática clandestina de abortos. Urge tomar medidas, fazer campanhas de conscientização, distribuir material educativo e dispositivos preventivos, e todas as demais ações estatais que visem a sanar esse mal que assola a saúde pública brasileira.

É com essa esperança e com esse anelo que me dirijo hoje às senhoras, aos senhores e a toda a Nação.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Durval, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a. Cumprimento sua esposa pelo dia de ontem, em nome de todas as esposas dos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, inscrito para uma comunicação urgente, nos termos do art. 158.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago o registro do que está ocorrendo na 60^a Assembléia Mundial de Saúde, em Genebra, tendo como sede a Organização Mundial de Saúde, que debate assuntos da maior relevância. O tema central na 60^a Assembléia-Geral da OMS ainda é a gripe aviária. Temos também o debate sobre a erradicação dos reservatórios do vírus da varíola; a definição de um dia mundial para o combate à malária; ações de educação e controle mais efetivas que possam abordar a problemática da tuberculose, da leishmaniose, das grandes endemias do mundo inteiro, sendo o câncer o grande problema de saúde do mundo.

O câncer chama a atenção em função do registro de que 58 milhões de mortes no Planeta, ou seja, 13% (sete milhões) estão ocorrendo em consequência do câncer, entre os quais 70% dos registros estão nos países de Terceiro Mundo. Por que razão 70% das pessoas que estão morrendo vítimas de câncer estão nos países do terceiro mundo? Porque não temos um diagnóstico precoce, não temos um aparelho de Estado preparado para o tratamento ou para o diagnóstico e muito menos para o acompanhamento efetivo e seguro por parte das autoridades de saúde em relação a essa perversa doença que afeta a humanidade toda hoje, que é o câncer.

Então, espero que o nosso Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, possa ter muito êxito nessa missão em que representa nosso País, que ele trabalhe para que possamos pactuar uma inversão desses indicadores. Dados apontam para a situação alarmante das crianças dos países emergentes e de Terceiro Mundo: 95% dos óbitos ocorre antes dos 10 anos de idade ocorrem nos países de Terceiro Mundo. Noventa por cento das pesquisas básicas financiadas no mundo inteiro são para as doenças que têm uma casuística muito mais centrada nos países de Primeiro Mundo. Esses são fatos que nos trazem grande preocupação.

Há um assunto forte e central sobre o qual quero discorrer – e penso que o Ministro José Gomes Temporão tem uma agenda já muito desafiadora: o licenciamento compulsório recente para o uso da droga anti-Aids Efavirenz – uma medida ousada e inédita do Governo brasileiro. O Ministro José Serra pressionou e conseguiu uma negociação de última hora, mas não lançou decreto criando o licenciamento compulsório. O Governo Lula o fez, e o fez porque era necessário, pois é preciso repactuar com a indústria farmacêutica

a entrada de novos investimentos no Brasil para a auto-suficiência em relação aos medicamentos.

E houve agora esse debate recente com a igreja, esse choque de opiniões, que acho que foi mais um mal-entendido do que uma atitude que deva ser mantida como litígio entre o Ministro da Saúde e as nossas Igrejas.

E está em pauta agora um tema muito desafiante que é esse debate sobre o alcoolismo em nosso País e no mundo. Em 2003, o Governo do Presidente Lula assumiu o desafio de implantar uma comissão interministerial envolvendo onze ministros de Estado, incluindo algumas secretarias especiais do Governo, para que se pudesse ter uma abordagem efetiva e se criasse uma política nacional de combate ao alcoolismo no Brasil.

Trata-se de uma doença que envolve gastos assustadores. Sessenta milhões de reais é a quantia mínima que se gasta por ano, no SUS, em razão do alcoolismo. V. Ex^a, que tem experiência de vida na Polícia, entende por que considero lamentável o fato de que, em cem vítimas que chegam ao IML para estudo cadavérico, noventa e cinco têm álcool no seu sangue; mais de 50% dos casos de assalto e de assassinato são motivados pelo alcoolismo; mais de 2/3 dos casos de violência às crianças causadas pelos pais são decorrentes do envolvimento com o alcoolismo. E o nosso País não tem uma política de combate efetivo a essa doença.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Então é uma dívida que o Governo Lula assumiu e teve a coragem de implantar essa política nacional numa ação interministerial envolvendo onze ministérios. Mas, ainda não tem resposta. Isso remonta a 2003. Em 2005 a Organização Pan-Americana de Saúde no Brasil apontou os caminhos que deveríamos tomar. E um ponto central, Senador Mão Santa, a quem eu já darei a palavra, é o disciplinamento da propaganda. Vale lembrar, o Brasil não tem uma regra clara. No Reino Unido é proibida a propaganda de álcool. No Brasil é livre! Nós não temos uma regra clara. Eu sei que ainda tenho dois minutos e peço a V. Ex^a que me permita concluir e dar o aparte. Já passarei o aparte a V. Ex^a.

Veja que o desafio é esse. Quando falamos de álcool em propaganda, estamos falando de bilhões de reais. Eu sei que os meios de comunicação fazem um trabalho imprescindível de colaboração no combate à corrupção e à falta de ética, mas também não me parece ético que se incentive o uso de uma droga psicoativa, psicotrópica como é o álcool, legalizada para

que possa destruir vidas de crianças, jovens, mulheres – mulheres grávidas e de pessoas de mais idade.

Esse assunto tem que contar com o apoio da sociedade, das instituições, do Governo e da imprensa para que nós possamos obter um resultado melhor.

Ouçó o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana, nós estamos despreocupados com o tempo, porque o nosso Romeu Tuma – e nós vamos ver agora a chama dos jogos olímpicos, do PAN –, o nosso Romeu Tuma é a chama da moralidade e da ética. Então, ele vai permitir o meu raciocínio. Primeiro, Tião Viana, olha, a globalização não é só de rádio de japonês, desses importados, não. É também de leis e de costumes. Então, venhamos e convenhamos. Esse negócio de álcool... Eu, recentemente, comprei um livro no Chile sobre a história do mundo. Eu pensei que vinho era antes. Mas, não. A cerveja é mais antiga. Isso é velho. É bom! Eu tomo umas... Eu gosto de tomar um vinho. Mas vamos tomar dentro da lei. E vamos ver as civilizações. Bem aí, nos Estados Unidos. Não vamos ser hipócritas, não é? Tem de ser disciplinado e tal, não é? O excesso é que faz mal. Esse negócio de cerveja e vinho é... Vinho é antes de Cristo. Cristo multiplicou o vinho. Agora, bem aí nos Estados Unidos, vamos observar. Olha, é impossível beber depois de meia-noite, porque é a cultura da civilização. Eu mesmo fui com Adalgisa. Chegamos depois de meia-noite, meia-noite e meia, Romeu Tuma, com um casal amigo. Fomos a um restaurante e, conforme o costume brasileiro, eu pedi um vinhozinho, uma cervejinha. Nem por hipótese! O restaurante e o povo. E vou fazer uma observação para mostra como é cultural e educacional.

Tem muitos motoristas brasileiros por aí, principalmente na região da Flórida. E a gente faz amizade, conversa:

– E aí você gosta de trabalhar de dia?

– Não. De noite.

– Rapaz, mas de noite não dá. Esses americanos têm muito carro, cada casa por onde passamos tem quatro carros, Coral Gables tem quatro, cinco.

Aí ele disse: – Não. Não, Senador. Pelo contrário, de noite é melhor, porque o americano tem uma educação, um respeito às leis que, mesmo que ele tenha quatro carros, ele jamais, quando vai jantar, sai no dele. Não. Ele chama o taxista, porque ele vai jantar, ele pode tomar uma bebida alcoólica e volta de táxi. Então o problema é o uso dentro da disciplina, da disciplina que não se dá mais na escola, na escola que o Romeu Tuma frequentou e que eu frequentei. A gente tinha disciplina. Chegávamos no horário, respeitávamos os professores, respeitávamos os mestres, a bandeira, o hino. Tinha fundamento. Essa de dizer que “Não, não

pode ensinar religião” é um erro. Pode ensinar história das religiões. Todas são boas. Eu sou católico, cristão, mas as outras são boas. Está vendo, Tião Viana, isto é que é o *Espírito das Leis*: história das religiões, como sugeriu o nosso professor Cristovam Buarque, essa luz de saber. História das religiões, todas as religiões disciplinam, todas são caminhos que nos levam a Deus e a fazer o bem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concluo, Senador Romeu Tuma, lembrando esse debate que está posto na Organização Mundial de Saúde e que o Ministro da Saúde tem como desafio pela frente: o maior problema de saúde pública no nosso País é o alcoolismo. É ele que impulsiona mortes violentas, agressões, desvios de conduta, perda de dignidade para famílias inteiras. Tudo em razão desse martírio.

Existe um *lobby* monstruoso nos meios de comunicação sobre o qual se pode falar em bilhões de reais todos os anos. Que possamos achar o caminho do meio, pautados na ética, na seriedade e na coragem que devemos ter para enfrentar esse problema!

O plano nacional de combate ao alcoolismo é imperativo no Brasil. Hoje o Governo brasileiro está com os estudos concluídos nas discussões interministeriais e precisa implantá-los. Devemos estar atentos e vigilantes para a execução desse plano, sob pena de continuarmos a ver tanta morte violenta, seja no trânsito, seja dentro de casa, seja contra as mulheres, seja contra as crianças, seja nos assaltos à mão armada, ou de qualquer natureza.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Que o nosso País esteja preparado para esse debate e que possamos contar, sim, com a colaboração da imprensa.

O Ministro Tarso Genro puxa mais um viés do debate, que é o disciplinamento de bebidas às margens das rodovias, já que os carros matam 45 mil pessoas por ano no País. O debate está posto. Hipoteco respeito ao Ministério da Saúde e ao Governo brasileiro pelo desafio que têm pela frente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Tião Viana, quero cumprimentá-lo porque V. Ex^a trata de um tema que nos traz enorme inquietude. Como militei na área de segurança por muitos anos – praticamente meio século –, sei o que isso representa.

Li hoje, com muita alegria, que o Governo vai impor restrições à propaganda de bebida alcoólica. Em alguns Municípios do meu Estado, algumas expe-

riências de fechar os bares às 23h diminuirão mais de 60% a criminalidade. É um debate. Orgulhamo-nos de saber que temos um Senador companheiro como V. Ex^a trazendo a mensagem completa, desde a OMC até a cultura que o Governo brasileiro quer impor para melhorar essa situação de desagrado. Parabéns, Senador.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, como orador inscrito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pouco foi referido ontem pela imprensa, nem mesmo nos discursos durante a visita do Papa, que comemorávamos o 119º aniversário da abolição da escravidão ou, melhor dizendo, Senador Mão Santa, do regime jurídico, não da escravidão, sistema social que ainda prevalece no nosso País sob formas diversas.

Parece estranho, à primeira vista, Senador Eurípedes Camargo, que essa data tão importante na História do Brasil passe despercebida. Mas, ao mesmo tempo, há uma explicação. A explicação é de que, ao longo desses 119 anos, nós não fomos capazes de completar aquilo que uma princesa fez no 13 de maio de 1888.

A verdade é que, naquela lei magnífica, que tem um único artigo e outro que diz “Passa a vigorar a partir desta data”, naquela lei de um artigo, extingue-se a possibilidade de vender seres humanos, extingue-se a possibilidade de trabalhos forçados para seres humanos, mas não acaba a escravidão.

O que fizemos foi dizer que já não seria possível pôr alguém para trabalhar forçosamente. Nós passamos a permitir o desemprego. É isso que aconteceu com as hordas de escravos que saíram da escravidão para o desemprego. Nós dissemos que já não eram prisioneiros da senzala e nem podiam ser acorrentados para ali dormir. Nós autorizamos os escravos a saírem das senzalas para as favelas, para debaixo das pontes e para o que vemos hoje, à beira das estradas: as tendas do MST. Saíram das senzalas para o relento. Essa é a verdade. Nós dissemos que já não iam comer o resto da casa-grande, o que sobrasse da cozinha da casa-grande, e passamos a condená-los a uma fome que o escravo não passava. O escravo não passava fome porque era do interesse do seu proprietário alimentá-lo de maneira suficiente para que ele continuasse trabalhando com vigor e com saúde.

E o mais grave ainda para o futuro: abolimos uma determinação que proibia o filho do escravo de ir à escola, mas não os colocamos nas escolas, não fizemos as escolas. Eles saíram da prisão em que viviam como filhos de escravos para perambularem nas ruas, para

sofrerem o abandono e virarem meninos de rua, em vez de filhos de escravos.

Por isso, talvez, nós nos esqueçamos de comemorar aquela data, mas talvez também seja a data mais importante a comemorarmos nesta Casa, porque foi a última vez, Senador Eurípedes, que o povo jogou flores nos Senadores.

No dia 13 de maio, quando terminou a votação, o povo, nas galerias da Casa do Senado, no Rio de Janeiro, jogou flores nos Senadores. Hoje, se não tivesse segurança nesta Casa, eles não jogariam flores e talvez jogassem coisas muito piores sobre nossas cabeças.

Naquela data, 119 anos atrás, o que eles fizeram foi o maior gesto revolucionário na história do Brasil, o maior e o mais incompleto de todos os gestos revolucionários. Naquela manhã e tarde de 13 de maio de 1888 – e eu recomendo que vejam as atas daquela reunião que estão nos arquivos do Senado, na Biblioteca do Senado –, aquela sessão mostrou uma grande quantidade de Senadores defendendo a abolição, que era proposta não de dentro do Congresso para fora, e sim foi uma proposta da Coroa para votação no Congresso. O Senado, apesar de todos os discursos de Joaquim Nabuco e de outros, não conseguiu elaborar uma proposta de erradicação, de abolição da escravidão de dentro para fora. Ele teve de receber essa lei de fora.

Mas essa lei que ali foi aprovada recebeu nesta Casa grandes contestações de Senadores que se diziam contrários à abolição naquela data. Nenhum teve a ousadia de dizer que o que se chamava então de “serviço servil”, o elemento servil, era a escravidão; nenhum teve a coragem de dizer que era contra aquele estabelecimento. Todos diziam: “Nós queremos, sim, que o Brasil elimine a vergonha do elemento servil, mas ainda não é hora de fazer isso”.

Senador Tuma, muitos diziam: “Se fizermos isso, a agricultura se desarticula!” e “O Brasil não vai poder viver sem o trabalho escravo, porque a agricultura o exige”. Outros diziam: “Sim, temos que fazer isso, mas é preciso dar tempo para que chegue ao Brasil o máximo possível de imigrantes brancos, da Europa, porque os trabalhadores negros não serão competentes para levar adiante o projeto brasileiro”.

Eu acho que seria ótimo que os Senadores pudessem reler o que nossos anteriores, aqueles que nos precederam, disseram naquela data sobre a conveniência ou não de abolir a escravidão naquele momento. Acho que seria muito importante, Senadores e Senadora, porque, se prestássemos atenção ao que diziam alguns Senadores contrários à abolição, veríamos o nosso discurso de hoje; o mesmo discurso de hoje.

Em vez de sermos contra a abolição da escravidão, nós todos dizemos que somos a favor de uma revolução na Educação, mas que não tem dinheiro; que é insuficiente; que é prematura; tem que ser devagar. E outros que dizem que deve, sim, haver a erradicação da falta de educação agora, mas precisa ser feito pelos municípios.

Imaginem, Senadores, se a lei da Princesa Isabel dissesse que os prefeitos ficam livres para abolir a escravidão nas suas cidades? Provavelmente, até hoje continuaríamos a ter Municípios brasileiros com escravidão. Foi uma lei federal, Senador Mão Santa. Não deixamos aos Municípios, nem às Províncias, como então eram chamados os Estados, o poder e o direito de abolir a escravidão como quisessem. Nesse ponto, fomos até mais avançados do que os Estados Unidos, se bem que os Estados Unidos o fizeram um século antes, quando conviviam com Estados onde havia escravidão e Estados onde não havia escravidão, até que o Presidente Lincoln enfrentou uma guerra civil e determinou, em nome da união norte-americana, que estava erradicada a escravidão em todo o território.

Por que será, Senador Eurípedes Camargo, que nos recusamos a tomar as decisões federais para que todas as crianças ingressem na escola? Por que nos recusamos a ter uma política salarial federal para os professores? Por que nos recusamos a ter uma lei que determine que, para a inauguração de uma escola, exige-se um habite-se federal para saber se a instituição tem condições ou não de ser uma escola, e não como é hoje, quando o Prefeito diz que a escola é escola mesmo sem água, sem luz, sem banheiros, sem bancos, sem telhado? Por que uma princesa, no século XIX, foi mais capaz de assumir para a Coroa que a maneira como então se dizia União se relacionava à responsabilidade de abolir a Escravidão, enfrentando Estados que sofreram, sim, economicamente quando se aboliu a escravidão, pois os escravos foram embora, abandonando a produção agrícola? Por que uma princesa, 119 anos atrás, teve a autoridade moral, a convicção, a postura política de assumir o papel da Coroa, da União, da Nação e hoje, não aceitamos fazê-lo para a educação das nossas crianças, especialmente dos descendentes daqueles escravos que ela libertou.

Vale a pena ler as atas daquela época; vale a pena ler os discursos, Senador Augusto Botelho, daquele 13 de maio de 1888; vale a pena que cada um de nós se coloque na pele daqueles Senadores, dos que tiveram coragem de defender a abolição, mesmo sabendo que seus Estados iam sofrer baques econômicos por falta de mão-de-obra, e daqueles que tiveram a ousadia de dizer que eram contra a abolição da

escravidão, porque, naquele momento, segundo eles, isso prejudicaria a economia brasileira.

Da mesma forma, hoje, Senador Tuma, quando dizemos que se precisa de sete bilhões por ano para dar o salto na educação, todos perguntam: “Mas de onde vem o dinheiro? Mas como fazer isso se o dinheiro é necessário para os portos, para as estradas?” Da mesma maneira como antes se dizia: “Mas como vamos substituir a mão-de-obra escrava, se não temos quem colocar no lugar, para produzir o café, para produzir o açúcar, para tirar o ouro que ainda restava nas Minas Gerais?”

Vamos falar com franqueza. Nesses 119 anos, não fomos capazes de fazer os gestos que completariam aquilo que fez a Princesa Isabel. E pior ainda: nós hoje continuamos com a postura de muitos daqueles Senadores, cujos nomes não vou citar para não jogá-los à execração.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Um minutinho, Senador. Não vou citar os nomes aqui, para não jogar à execração, pela televisão, o nome daqueles que se negaram a defender a abolição da escravidão. Não vou. Mas, eu recomendo que leiam as atas; recomendo que se publiquem as atas.

E assumo o compromisso de, no texto escrito que farei depois, com base nas transcrições desta fala, incluir os nomes dos Senadores que votaram a favor e dos que votaram contra ou que, pelo menos, defenderam contra até o último instante, porque precisamos tomar consciência de que não somos diferentes dos Parlamentares do tempo da escravidão. Mudaram as palavras. Antes eram “escravos”, agora são “meninos de rua”; antes era “senzala”, agora é “ponte”, “tenda”, “acampamento”, “refugiados”. Mas, continua a mesma situação, Senador.

Mudou a possibilidade de vender ser humano, mas continua a permanência do desemprego de seres humanos abandonados, e a chave de tudo, desculpem-me a insistência, está em garantir escola igual do filho do rico ao filho do pobre, em garantir que neste País a escola seja igual. Não precisa ser igual o carro, nem ter ou não ter carro; não precisa ser igual a comida, não precisa ser igual a roupa. Nada precisa ser igual, salvo a educação. Um País não tem direito de ter educação desigual para seus filhos, salvo naquilo que consiste no talento, na persistência e na vocação de cada um, mas não na oferta que o Estado faz da educação.

No trabalho da Princesa Isabel, faltou a reforma agrária, obviamente, para que os ex-escravos tivessem terra e emprego, porque não havia outro emprego ali, e a escola para os meninos, filhos dos ex-escravos.

Nós não mudamos suficientemente. Proclamamos, pouco depois da libertação dos escravos, a República. Fizemos depois a Revolução de 30, que deu início à industrialização. Vivenciamos um regime militar que levou adiante essa industrialização. Retomamos a democracia. Alcançamos a estabilidade monetária. Construímos toda a infra-estrutura de que o País precisa para ser a oitava potência mundial na economia. Entretanto, não quisemos, até hoje, completar a Abolição da Escravatura. Nós, cidadãos, não quisemos completar o que uma princesa começou.

Por isso, a minha satisfação em relação ao projeto do Senador Paulo Paim que propõe ao Congresso dedicar-se a discutir, de hoje até 13 de maio de 2008, quando comemoraremos 120 anos da Abolição, uma maneira de completar a Abolição. Há pessoas que dizem que não há nada a comemorar. Eu discordo. Há o que comemorar, sim, no dia 13 de maio. A Abolição da Escravatura representou um passo na história. Outros passos foram dados com a proibição do tráfico de escravos, a Lei dos Sexagenários e a Lei do Ventre Livre. Mas esses foram passos tímidos, como agora é tímido o passo do programa de desenvolvimento educacional do Presidente Lula. O programa é tão bom quanto a Lei do Ventre Livre, mas absolutamente insuficiente quando comparado à Lei da Abolição. Por ser insuficiente o Plano de Desenvolvimento da Educação, ficamos presos, como ocorreu durante décadas, sem coragem de fazer a abolição. A abolição apenas ocorrerá quando, neste País, 164 mil escolas públicas tiverem a mesma qualidade e cada criança não tenha o seu futuro definido pela sorte de nascer em uma família rica ou em uma cidade rica; tenha sua sorte abolida no futuro. Seu futuro virá do seu desempenho, do seu talento, da sua *performance*, da sua vocação, da sua persistência de trabalhar e conseguir saltar socialmente.

Era isso que eu gostaria de falar, Sr. Presidente, mas, antes de encerrar, ouço com prazer o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professor Cristovam, nesses 181 anos de Senado, tivemos João Calmon, Darcy Ribeiro e Cristovam Buarque. Professor Cristovam, sei que V. Ex^a sabe tudo ou quase tudo – estou em dúvida –, mas queria que V. Ex^a recordasse o seguinte: neste País, até 1808, quando Dom João VI chegou, os portugueses mandavam, deram sesmarias, capitâneas. Eram pessoas até malfeitoras lá, mas que pertenciam à elite e tinham recursos, então vinham fugitivas. Depois, vieram os Governadores-Gerais, e, em 1808, quando Dom João VI, atemorizado com a invasão que Napoleão faria, trouxe realmente a Corte. D. Pedro II recebeu educação, e a filha deste, a que V. Ex^a se refere, instituiu o 13 de Maio. Mas este País

já foi organizado. Getúlio Vargas foi um grande estadista e, em sua época, havia o Dasp – Departamento de Aperfeiçoamento do Serviço Público. Atentai bem, Senador Romero Jucá: o Dasp. E havia o cargo de inspetor do ensino secundário. Professor Cristovam Buarque, aquilo a que V. Ex^a se referiu aí existia. Meu pai foi inspetor federal do ensino secundário. Padre Solon, no Piauí. Paulo Sarasate, que foi Governador do Ceará, era colega de meu pai, era inspetor. As coisas se acabam. Para fiscalizar a qualidade e a igualdade do ensino, já houve inspetores. Getúlio Vargas criou, havia o cargo de inspetor do ensino federal. Meu pai era professor, como V. Ex^a, e galgou essa posição. Foi aposentado como tal. Então, havia um cargo federal, o de inspetor do ensino secundário. O que V. Ex^a está rememorando já houve. Então, são essas coisas. V. Ex^a, que teve coragem de mexer nas Leis de Diretrizes e Bases, aperfeiçoando-as, incluía isto também: que voltem os inspetores do ensino federal. Estou citando o nome de um, que governou o Ceará: Paulo Sarasate era colega do meu pai, inspetor do ensino federal secundário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Creio que o Senador trouxe uma grande sugestão, não apenas pelo lado da inspeção, mas pelo lado de ser ela federal. Essa inspeção tem de ser federal. Ela não pode ser municipal nem estadual. Tem de haver um sistema federal para fiscalizar. Por que havia e não há mais? Havia, Senador Mão Santa, quando as escolas públicas eram poucas e para a elite. Praticamente não havia escola privada, e o Governo, a Coroa, naquele momento – D. Pedro II, especialmente –, criou escolas públicas de alta qualidade, algumas que até hoje, como o Colégio Pedro II, são referência.

Mas, quando o povo, a partir dos anos 30 desse Século XIX, começou a vir para a cidade e começou a entrar na escola, o que fez a elite brasileira, a mesma que, durante quatro séculos, não quis a abolição; a mesma que reagiu, até a última hora, à abolição; a mesma que não completou a abolição? O que fez ela? Disse: “Vamos deixar as escolas públicas para os Municípios e vamos conservar, para a Federação, as universidades”. Senador Jucá, as universidades para o âmbito Federal, as escolas técnicas federais, porque é a economia que precisa da escola técnica, e é a elite que precisa da universidade; mas é o povo que precisa da escola pública, porque a própria escola pública dos ricos diz o seguinte: “Deixe o sistema privado fazer, e nós damos uma redução no Imposto de Renda, para se pagar a escola privada das camadas ricas”. Dois bilhões custam, por ano, os subsídios que nós, brasileiros, damos à escola pública. Dividam 2 bilhões por 7 milhões, e V. Ex^as vão ver quanto cada filho de rico

recebe do Governo Federal; depois, dividam 6 bilhões ou 8 bilhões por 40 milhões, e V. Ex^as verão quanto o Governo Federal dá para cada filho de pobre que estuda na escola pública. São 15 vezes mais recursos para os ricos.

É isso o que aconteceu, porque não estamos dispostos a completar a abolição. Há um egoísmo para se pegar tudo e não se dar nada; ou para a idéia de se manter os privilégios – é difícil saber –, e não agimos, 119 anos depois da abolição, no sentido de completar o ato realizado por uma princesa. E somos companheiros, somos republicanos, mas agimos pior do que os monarquistas daquela época.

Isso é possível mudar. Todos sabemos como mudar. Não é difícil conseguir esses recursos, até porque, Senador Jucá, tenho uma proposta muito simples. Todos perguntam de onde tirar sete bilhões, em um País cuja Petrobras teve um lucro de 26 bilhões. Não me refiro aos bancos privados, porque são privados. Este Congresso gasta 5 bilhões, a Justiça gasta 15 bilhões. Então, faço uma proposta melhor – e V. Ex^a, que trabalha com orçamento, me ajude: por que, na LDO, não criamos um a regra que estabeleça que, em primeiro lugar, decidiremos quanto vai para a Educação? Depois, discutiremos quem é que perde. Já partimos do fato de que a Educação perde quando se discute de onde sairão os recursos para ela. Vamos reservar os recursos da Educação. Até um certo limite, porque, mais do que determinado valor é jogar fora o dinheiro. E, então, discutiremos que área deixará de ter alguma coisa: é o Congresso que se sacrifica? É a Justiça? São as estradas, os portos?

Vamos colocar a Educação em primeiro lugar. Esta é a única forma – a única forma – de se completar a Educação.

Até há alguns anos, dizia-se: “Pode-se partir daqui para o socialismo”. E aí seria completada a abolição. Não é mais essa a discussão. Hoje, trata-se de uma revolução na Educação: a escola do pobre igual à escola do rico.

Hoje, falando para dois mil jovens do ensino médio do Distrito Federal, mencionei esse assunto. Mas senti que eles não acreditaram que essa mudança é possível. Disseram: “Mas isso não existe. Como?!” Os outros países já o fizeram. Países mais pobres que o Brasil já resolveram o problema.

Falta vontade nacional, não municipal. Vontade como teve a Coroa, em 1888, quando uma princesa assinou uma lei, que estabelecia: “Está extinta a escravidão no Brasil”.

Agora, não será uma lei, mas um conjunto de leis; e não será em um dia só. Levará dez, quinze anos para se completar a abolição, mas é possível. E este Senado

tem o papel de levar isso adiante, como teve em 1888, ao aprovar a lei que a Princesa para cá enviou.

Este meu discurso, Sr. Presidente, é para que não digam que esquecemos o dia 13 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Parabéns, Senador! V. Ex^a é sempre um ícone neste Congresso. Hoje, está sendo um dia privilegiado, pelos discursos proferidos esta tarde: o do Senador Tião Viana e o de V. Ex^a; um voltado para a Saúde, e o de V. Ex^a, para a Educação – creio que se casam bem –, demonstrando que essa luta não será em vão. Enquanto se ouvir a sua voz, um dia vamos acreditar que é verdade e que vai acontecer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, como Líder.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra pela Liderança para fazer dois registros rápidos que considero importantes: um se refere a questões microeconômicas; e outro, a macroeconômicas.

O que diz respeito ao dia-a-dia da população é alvissareiro. Começou a valer a partir de primeiro de abril, e o prazo de recolhimento é até amanhã. Trata-se da nova sistemática de aposentadoria das donas-de-casa e dos trabalhadores autônomos.

Quando fui Ministro da Previdência, a única regra vigente para a dona-de-casa ou para o autônomo era recolher 20% de contribuição. Portanto, com um salário mínimo de R\$380,00, a dona-de-casa ou o autônomo – o camelô, o motorista de táxi – recolhia R\$76,00 por mês para ter direito, futuramente, a uma aposentadoria. Entendíamos que isso sobrecarregava a condição dos trabalhadores de baixa renda. Quando fui Ministro, fizemos essa proposição, depois tive condição de relatar aqui, no plenário. Começa a valer a partir de 1º de abril, com recolhimento a partir de amanhã, a nova regra que diminui de 20% para 11% o recolhimento dos autônomos e das donas-de-casa que querem se inscrever nesse sistema especial de aposentadoria.

É muito bom poder registrar isso. O recolhimento, como eu disse, cai de R\$76,00 para R\$41,00. Portanto, é uma diminuição da despesa ou um aumento, um incremento da pequena renda do trabalhador.

Fiquei muito feliz de ter discutido essa proposta, na condição de Ministro, e de ter ajudado a aprová-la no Senado, na condição de Senador.

No âmbito da macroeconomia, registro o que a imprensa já tem noticiado, mas que é importante dizer

aqui, para que conste dos Anais da Casa. Todas as agências de risco já o noticiaram. A agência de classificação de risco Fitch melhorou ontem a avaliação do risco Brasil, classificando o País como BB+, ou seja, ele está a um passo de entrar na área de investimento prioritário em todo o mundo.

É muito importante para o Brasil essa avaliação. Isso mostra que a atuação macroeconômica, a responsabilidade fiscal, toda a postura da política econômica do País e do Governo está dando certo. Já temos mais de US\$122 bilhões de reservas cambiais e, até o final do ano, serão mais de US\$130 bilhões. Portanto, esse conjunto de ações e de indicativos mostra que o País está apto para receber cada vez mais investimentos que vão gerar emprego e ampliar a atividade econômica.

É muito bom poder dar notícias como essa, é muito bom poder comentar, Presidente Romeu Tuma, notícias como essa, porque o fortalecimento da economia, sem dúvida nenhuma, tem repercussão direta na microeconomia e na melhoria de vida da população. A atividade econômica tem crescido, o consumo tem crescido e, com certeza, ao aprovarmos, esta semana, matérias referentes ao PAC, medidas provisórias que estão na pauta, estaremos dando uma contribuição para que se consolide ainda mais o perfil econômico do nosso País, para que haja abertura de alternativas e condições de se construir a infra-estrutura necessária para que o País cresça economicamente também.

Portanto, fico feliz de poder registrar a diminuição da contribuição do INSS para a dona-de-casa e para os autônomos, a diminuição do risco Brasil, a diminuição da avaliação negativa do País lá fora. Isso faz com que recursos, dólares e investimentos de todo o mundo cheguem ao Brasil, gerem empregos e aumentem nossa atividade econômica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa como inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão de segunda-feira, 14 de maio de 2007, Senadoras e Senadores aqui presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem aqui e pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Romeu Tuma, V. Ex^a representa o grandioso Estado de São Paulo; V. Ex^a é o símbolo maior da instituição da Polícia Federal; e V. Ex^a é o Corregedor desta Casa – e ninguém melhor do que V. Ex^a, um padrão de ética.

Agora, V. Ex^a, primeiro, tem de corrigir. Temos de entender o que é o Parlamento. Senador Romeu Tuma,

I Encontro da Ordem dos Parlamentares do Brasil, em Brasília. V. Ex^a já ganhou muitas comendas na sua vida pública, principalmente na Polícia Federal.

Senador Augusto Botelho, orgulhosamente, vou colocar esta Medalha Ulysses Guimarães, Senhor Diretas – Ordem dos Parlamentares do Brasil, fundada em 29/11/1976.

Então, eles vão se reunir aqui, e essa instituição foi criada por Ulysses Guimarães.

A Presidência da Ordem dos Parlamentares do Brasil tem o prazer e a honra de convidar Vossa Senhoria para o I Encontro da Ordem dos Parlamentares do Brasil, em Brasília, que tem como objetivos salientar a presença da entidade na Capital Federal, como legítima representante dos interesses da iniciativa privada junto aos poderes públicos constituídos, e fortalecer a imagem institucional da cidade.

E, Senador Eurípides, eu fui convidado para ser um dos palestrantes do encontro. Tema: “As Instituições Políticas e o Estado Democrático de Direito” – Senador Francisco Moraes Souza (Mão Santa), do Piauí. Outros temas: Deputado Federal, Nelson Marquizezelli, de São Paulo, tema: “30 anos da OPB”; ainda outro, o Cientista Político da UnB, Professor Vamireh Chacon, tema: “Reforma Política”. Amanhã, às 19 horas.

Aliás, Senador Romeu Tuma, eu devo participar de uma caravana de Parlamentares que vai ao Chile para convencer aquele Parlamento a fortalecer o Mercosul e a discutir a criação de uma Universidade do Mercosul. Mas eu não vou amanhã com eles, não! Eu vou de madrugada, com a Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo Presidente Heráclito Fortes. Justamente porque tinha assumido esse compromisso, e compromisso é para ser cumprido.

E isso vai muito com referência ao que vou falar aqui, e com V. Ex^a, Corregedor.

Eu era Governador do Estado e fui ao Corregedor de Justiça do Estado do Piauí. Eu, Governador, fui lá. E eu disse: “Entendo que Corregedor é para corrigir”. Era o Desembargador Augusto, e eu dizia: “Quero contar aqui uns entendimentos meus de que isso não está correto”. Da mesma maneira, eu chego a V. Ex^a, que é o Corregedor. E o meu posicionamento tem muito a ver com isso.

Tenho aqui um jornal do Piauí... E o Piauí nunca antes esteve tão mal governado, pelo modelo que o PT governa; mas é um povo que se destaca. Outro dia, orgulhosos ficamos quando uma escola privada foi qualificada como a melhor escola do País. Mas, em contrapartida, as escolas públicas, do Governo do Estado, são as piores do Brasil. A medicina privada entrou,

já no meu governo, na era dos transplantes, e é uma medicina de referência e excelência; porém, quanto à pública, não sabemos nem quem é o Secretário de Saúde, como é... Eles só colocam aquele negócio de “companheiros”. E é justamente quando Lula chama alguns de “aloprados”. Mas foi o Presidente Lula que os identificou.

Mas está aqui o jornal *Folha Vip Concursos*, do Piauí. No Piauí, a mocidade procura trabalhar e estudar.

E estou aqui na frente, nem sabia, para V. Ex^a ver.

Diz a matéria:

Tramita no Senado Federal um projeto de lei do Senador Mão Santa (PMDB), estabelecendo que as provas de concursos públicos de nível federal sejam realizadas em todas as capitais dos Estados onde houver 50 ou mais candidatos inscritos.

Senador Eurípides, esse jornal do Piauí, que é um estímulo para que todos os Estados o tenham, é sobre concursos e orienta a mocidade estudiosa a passar. Estou nessa página por quê? Porque apresentei um projeto de lei. Os concursos federais, quase a totalidade deles, são realizados em Brasília; alguns em Brasília, São Paulo, Belo Horizonte. Eles pinçam as grandes cidades.

Senador Augusto Botelho, lá, em Roraima, há quantos Municípios? Então, é muito difícil, Senador Romeu Tuma, sair lá do interior do Piauí, do interior do Maranhão, do interior de Rondônia uma pessoa qualificada, com vontade de fazer um concurso público federal. A maioria é aqui; algumas vezes, eles escolhem algumas grandes cidades brasileiras, como São Paulo, Belo Horizonte. Então, há uma desigualdade, e já discuti isso com Consultores que tinham a interpretação de que o Senado não tem nada a ver com isso. Digo que tem. É o Governo Federal. Isso é do Executivo, que coloca onde quer.

Mas, atentai bem, Senador Romeu Tuma. Isso não é do Governo Federal, pois ele ainda não é funcionário. Estou de acordo. Fez o concurso, vai trabalhar lá em Boa Vista. Aí, é o Governo Federal que coloca de acordo com a sua necessidade. Mas aquele indivíduo é um brasileiro que quer igualdade de condições. E é muito difícil uma pessoa do interior dessas 5.560 cidades vir para a Capital Federal ou para São Paulo, ou para o Rio de Janeiro, fazer o concurso federal. É difícil, é caro, é longe, é distante. Tem de se hospedar. É necessário ter recursos.

Ele ainda não é do Governo, não é funcionário, mas é um cidadão que tem direito, pela Constituição, à igualdade de tratamento. Foi onde nasceu a democracia. Liberdade, igualdade, fraternidade – e a caridade a

que Papa se referiu. Mas igualdade de oportunidades é um direito básico. Foi daí que nasceu a República, que, sem igualdade, não existe. República é simplesmente isto: obediência às leis, com igualdade para todos. A lei é igual e sem privilégios. Estão privilegiando os que moram em Brasília e nos grandes centros.

Conheço pessoas que foram beneficiadas, amigos meus, porque puderam vir para cá fazer o concurso; mas há outros, mais pobres, que não têm condições para arcar com essas despesas.

De tal maneira a repercussão foi enorme que esse jornal *Folha Vip Concursos*, publicado em Teresina – e é um jornal independente – na primeira página destaca logo, que vergonha: “Concurso anulado. O concurso para serventuário do Tribunal de Justiça do Piauí, suspenso após denúncia de irregularidades, não teve validade”.

Quer dizer, o Brasil está cheio dessas injustiças. O sujeito faz concurso, às vezes, com cartas marcadas.

Diz ainda a matéria que “o projeto beneficia candidatos piauienses”. Não apenas os piauienses, não; todos os brasileiros. É porque o jornal foi nascido lá.

Mas, o jornalista diz aqui:

O Senador Mão Santa (PMDB – PI) apresentou no Senado o Projeto de Lei nº 509, de 2003, de sua autoria, estabelecendo a obrigatoriedade de que as provas de concursos públicos de nível federal sejam realizadas em todas as capitais dos Estados onde houver 50 ou mais candidatos inscritos.

Todas as capitais têm universidade federal. Há 50 inscritos? Dê condições a todos os brasileiros de fazer na capital do seu Estado.

E continua a matéria:

De acordo com o parlamentar piauiense, as provas de concursos federais, em sua grande maioria, só são realizadas em Brasília e em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Belém, prejudicando cidadãos de outros Estados, a exemplo daqueles do Piauí.

Se aprovado o projeto de lei, muitos brasileiros serão beneficiados, pois não precisarão se deslocar para outras capitais, reduzindo assim custos, além de favorecer melhores condições de realização das provas.

“Não há justificativa para essa discriminação. Se houver candidato num determinado estado, a prova deve ser realizada na capital”, disse Mão Santa.

O projeto prevê que a União regulamentará a inscrição por procuração e também a regionalização das provas.

O Senador Eduardo Suplicy (PT – SP) [do PT puro, e de vez em quando a gente pinça, mas é difícil pinçar uma peça boa no meio de tanto aloprado, mas a gente pesca], que apóia o projeto, disse considerar que a estadualização das provas dos concursos públicos de instâncias do setor público federal permitirá a democratização dos processos de seleção.

Senador Romeu Tuma, está aqui o projeto, e o jornalista foi muito sábio em descrevê-lo e citar a sua justificativa. Esse projeto estava nas mãos do nosso Senador José Jorge, mas, como é de praxe, quando muda a legislatura, muda o relator. Hoje, graças a Deus, acho que já é um milagre do nosso Frei Galvão, caiu nas mãos e na inteligência sábia, privilegiada, justa do nosso Senador Edison Lobão. Sem dúvida nenhuma, o projeto vai beneficiar as cidades piauienses, as cidades de Roraima e as cidades maranhenses.

Senador Romeu Tuma, V. Ex^a como Corregedor – e Deus o colocou aí –, sabe que essas coisas não andam. Como esses projetos, há muitas leis boas e justas nascidas aqui, no Parlamento, onde deve ser o nascedouro de leis. Não tem por que isso aqui, como o Lula disse, estar travado! Ele não disse que o País está travado? Presidente Luiz Inácio, está travado por medidas provisórias, às vezes, sem razão: não têm urgência nem relevância; às vezes, imorais, indignas, corruptas e Indecentes!

Senador Romeu Tuma, sou muito mais a Assembleia Legislativa do Piauí, quando governei, do que este Congresso. Há uma medida provisória, que já está aí, de quase R\$8 bilhões, já no início do ano, para complementar necessidade orçamentária!

Senador Romeu Tuma, no Piauí, os Deputados, quando funcionava a democracia e eu governava, não aceitavam isso! No fim do ano, Senador Eurípedes, está certo, pois pode faltar algum recurso. Mas uma medida provisória mandando adicionar recursos em maio? Isso é uma vergonha, uma indignidade, uma incompetência, uma imoralidade, é corrupção!

Não tem razão. Para que este Congresso? Para que a Comissão de Orçamento, a maior, a mais numerosa, a que gasta mais, se já está faltando dinheiro para determinado setor? Isso a Assembleia do Piauí nunca deixou que eu ou outro governador fizesse. E nós deixamos aqui! Eles não deixariam. Está certo acontecerem essas complementações de Orçamento em novembro: o dinheiro faltou, gastou-se. Mas agora, no começo do ano, é falta de vergonha! Neste

Congresso, nesta Câmara está faltando coragem de cumprir sua missão.

Senador Romeu Tuma, V. Ex^a é Corregedor para isso também. V. Ex^a tem que impedir o andamento dessas medidas provisórias, muitas delas indignas, imorais, incompetentes, que visam à corrupção. É inconcebível. Quando fui prefeito, nunca houve, pois os vereadores não deixavam isso acontecer.

Em outubro ou novembro, está certo; faltou recurso. Mas, agora, é falta de planejamento, de capacidade; é falta de vergonha do Congresso. Não tem cabimento. Não tem. Não existe!

Ô, Senador Romeu Tuma, não é somente para o Plenário ficar aí com o Clodovil. Ali, a linguagem é uma fonte de desentendimento, já dizia Antoine de Saint-Exupéry. Vamos ter grandeza!

A linguagem é uma fonte de desentendimento, mas não interessa. Falta de vergonha é aprovarmos complementação orçamentária agora, em maio. Não existe isso. Fui prefeito, e os meus honrados vereadores da época nunca permitiram que isso ocorresse. Governei o Estado do Piauí.

É incompetência, indignidade, vergonha e, com certeza, corrupção. Como é que agora, em maio, estão pedindo complementação? Deveria haver um orçamento como o brasileiro e a brasileira têm na sua família. Está certo que você precise, lá em novembro, mas você tem o seu orçamento.

Como o Orçamento é feito, analisado, exigido? O povo paga caro para este Legislativo! A comissão mais numerosa é a Comissão de Orçamento. Já em maio está faltando? Não existe isso, Senador Romeu Tuma. Por isso que projetos como esse não andam, ficam parados.

A Universidade do Delta foi criada por João Paulo Reis Velloso, no litoral, para 500 mil pessoas! A matéria está na Câmara, caiu nas mãos do professor do PT, que não é alopado.

Mas as coisas não andam porque não há tempo para as leis boas e justas como esta. Ficamos discutindo, ficamos travados, como disse Lula. Não há urgência nem relevância. Então, pior: é indignidade. Esse negócio de dinheiro em maio, para completar? E a previsão orçamentária? E o planejamento? O que é o planejamento, Senador Romeu Tuma? Onde estamos? Para onde vamos? Isso Henry Fayol disse. Planejamento é isto: é uma ponte que liga de onde estamos para onde queremos chegar. E o planejamento orçamentário é isso. Em maio, vem aí uma medida provisória pedindo R\$8 bilhões? É imoralidade, é indignidade, é incompetência e, com certeza, corrupção! Meteram rápido o dinheiro na mão. Como não se prevê isso? Que incompetência!

Aí fica o Congresso, não sei o quê. Que tolice! Vamos levar as coisas a sério! Isso é que dignifica.

E V. Ex^a é a esperança, é o Corregedor. Eu sei que é necessário, pois existem esses problemas éticos, mas este é muito mais grave porque enterra, submerge o Poder Legislativo. E eu não posso... Acabei de ser convidado – estou com a medalha – para dar uma palestra amanhã sobre as instituições políticas e o Estado democrático de direito, para a qual convido todos os brasileiros. Eu não posso ser o conferencista já...

Então, nós estamos confiando em V. Ex^a. Por isso, projetos como esse ficam aí parados. São projetos aprovados já pelo povo. Eu nem sabia da existência desse jornal. Refiro-me à *Folha Vip Concursos* do nosso Piauí, Senador Heráclito Fortes. Amanhã, vou deixar de viajar com V. Ex^a para dar essa palestra.

Eu só peço permissão a V. Ex^a para terminar citando um homem com a grandeza de V. Ex^a. Falo de Mitterand, que me impressionou muito, Presidente Luiz Inácio. V. Ex^a perdeu várias vezes a eleição para presidente; Mitterand também. Depois ele ganhou as eleições e governou quatorze anos. No fim, Senador Romeu Tuma, no último ano de Governo, ele teve um câncer. Na fase terminal, ele quis deixar um livro. Como já não tinha forças para escrever, convidou um amigo, um Prêmio Nobel da Literatura, para escrevê-lo. E deixou essa mensagem, que eu quero levar ao nosso Presidente Luiz Inácio.

Presidente Luiz Inácio, o Senado só terá sentido se for a Casa dos pais da pátria, como o Senador Romeu Tuma, que está ali sentado, para satisfação nossa e cumprimento da sua missão.

Não é minha, Presidente Luiz Inácio; é de Mitterand a frase que quero dizer a V. Ex^a. Mitterand mandou dizer aos governantes que, se ele voltasse ao Poder, a sua grande meta seria fortalecer os contrapoderes. A democracia precisa desse fortalecimento, que não vemos. Este Poder está humilhado, está submerso. A Câmara fica discutindo besteira, se é feio ou bonito. Isso é ridículo! Shakespeare disse que não há bem nem mal, belo nem feio; o que vale é a interpretação, é o pensamento. A linguagem é fonte de desentendimento. O nosso dever é esse. Pertencemos a um dos três Poderes – somos um elemento do tripé da democracia – para fazer leis boas e justas, para honrar as leis boas e justas que Rui Barbosa fez nesta Casa.

Muito obrigado pelo tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Muito obrigado a V. Ex^a.

Senador Heráclito Fortes, estão inscritos V. Ex^a e o Senador Augusto Botelho. Pela ordem de inscrição,

concederei a palavra ao Senador Augusto Botelho, mas posso voltar à lista e chamar V. Ex^a. Pergunto a V. Ex^a se posso conceder a palavra ao Senador Augusto Botelho e, em seguida, a V. Ex^a. (Pausa.)

Agradeço a V. Ex^a.

Em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a. É uma honra tê-lo de volta entre nós, para falar um pouco sobre a discussão de que V. Ex^a participou sobre o aquecimento mundial.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o Senador Heráclito Fortes por ter me cedido a vez.

O assunto que me traz a esta tribuna é muito grave e muito sério. Vou falar sobre as mortes no trânsito.

Hoje, o jornal *O Globo* teve a felicidade de publicar, na coluna *Tema em Discussão*, um artigo que faço questão de ler para as pessoas entenderem e acompanharem a situação. Oportunamente, o Ministro da Saúde também está discutindo a possibilidade de elaborar medidas para diminuir os acidentes nas rodovias, como a de proibir a venda de bebidas alcoólicas nas estradas, medida com a qual concordo plenamente e acredito que a maioria nesta Casa também concorda.

Em 2005, morreram 35.700 brasileiros em consequência de acidentes de trânsito. Metade dessas mortes, ou seja, 16 mil pessoas, com certeza, segundo estatísticas do Ministério da Saúde, estava relacionada ao consumo de bebidas alcoólicas. Se fizermos outra conta, verificaremos que morreram 97 pessoas por dia no Brasil em consequência de acidentes de trânsito. Na metade dessas 97 mortes, havia o envolvimento de bebidas alcoólicas. Portanto, é preciso tomar alguma atitude a respeito dessa situação.

Sr. Presidente, vou ler o referido artigo, intitulado *Falta Cumprir*, que está muito bom. A matéria pode levar as pessoas a meditar sobre o assunto.

O número de mortes em acidentes de trânsito tem crescido continuamente, demonstram as estatísticas. Mas não é preciso consultar levantamentos para constatar a atual indisciplina dos motoristas, invertendo, nos últimos anos, a tendência de maior controle verificada a partir de 1998, quando passou a vigorar o novo código de trânsito.

Realmente, quando foi lançado o *Novo Código de Trânsito*, o número de mortes por acidentes de

trânsito começou a cair. Porém, o número de mortes voltou a subir. Está subindo. Isso é grave.

Além disso, a maior parte dessas 35.700 pessoas que morreram estava entre 16 e 24 anos. Eram jovens, que estavam estudando e ainda iriam trabalhar e produzir. Em meu Estado, que também figura entre as piores estatísticas de morte no trânsito, é difícil encontrar uma família que não tenha perdido uma pessoa ou alguém com seqüelas graves em consequência desse tipo de acidente.

O desrespeito às regras hoje é flagrante. É comum ver carros avançando o sinal vermelho, motorista e passageiros, tanto na frente como atrás, sem cinto de segurança, cujo uso é obrigatório para maior segurança em caso de acidentes; motociclistas e caronas sem capacetes; placas ilegíveis. Difícil cada vez mais é testemunhar um desses transgressores ser devidamente punido.

Qualquer legislação, mesmo a mais rigorosa, acaba se tornando letra morta em tal clima de impunidade. Há até experiências práticas demonstrando como pode ser eficaz o policiamento severo. Em Resende, no Estado do Rio de Janeiro, a Prefeitura, em ação conjunta com uma ONG, a Polícia Militar, Senador Mão Santa, e empresas privadas, tem realizado, em paralelo à campanha de educação, uma ação intensa e permanente de fiscalização, inclusive com o uso de radares e câmeras. O resultado é que o número de acidentes de trânsito e de mortes no trânsito naquela cidade tem caído contínua e significativamente desde 2004. Nada impede que o exemplo seja seguido em metrópoles como o Rio de Janeiro. É certo que isso não será a solução completa do problema. É preciso dar um jeito no estado precário das ruas e das estradas, coibir mediante o uso intensivo do bafômetro – que, na prática, parece até desaparecido – a prática de dirigir alcoolizado, sobretudo por parte de jovens.

Temos uma legislação mais do que adequada e equipamento tecnológico sofisticado. Nada, senão a impunidade, pode explicar que o trânsito esteja cada vez mais caótico nas estradas e nas grandes cidades.

Criar condições para que os transgressores sejam punidos com severidade, na medida da lei, é obrigação do Poder Público, pois a transgressão ao volante, mostram mil exemplos, costuma ser receita de tragédia.

Era isso que eu queria comunicar, para que todos no Brasil tomassem conhecimento e para que todos pensassem sobre esse problema. Não podem os brasileiros ficar morrendo em acidentes de trânsito. Isso não pode continuar acontecendo.

Senador, V. Ex^a quer um aparte?

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador, eu gostaria de fazer um aparte a V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Com todo prazer, ouço o Senador Leomar Quintanilha, de Tocantins. Eu estava sem óculos, Senador, por isso não o identifiquei. Desculpe-me.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – V. Ex^a faz uma observação muito importante nesta tarde. Não pode passar despercebida do povo brasileiro a quantidade de pessoas vitimadas por acidente de trânsito. Alguma coisa está errada – ou muita coisa está errada. Não creio que seja apenas problema da legislação. Talvez seja o caso de reexaminarmos a legislação existente hoje. Mas observa-se também que uma quantidade de carteiras são portadas por pessoas que supostamente estão habilitadas para dirigir veículos, mas na prática não estão. Mal aprenderam a parte teórica: a leitura e a interpretação da sinalização, a qual é obsoleta, é falha, como V. Ex^a mencionou – e que, em muitos lugares, não existem ou estão apagadas ou danificadas. Nota-se uma diferença muito grande entre as pessoas que estão efetivamente habilitadas, que têm o domínio do veículo, e aquelas que não o têm. E há uma diferença muito grande entre aprender a dirigir na cidade e colocar o veículo na estrada, a uma velocidade maior, com um comportamento totalmente diverso. Daí a multiplicação desses acidentes. É preciso que haja uma revisão do sistema como um todo; não só do ponto de vista legal, mas também do ponto de vista de aproveitamento das instruções que são ministradas e que são exigidas pela lei para que a pessoa tenha o direito à habilitação. É preciso que haja uma aferição para ver se houve eficácia no aprendizado das instruções exigidas para a aquisição da habilitação. O número de infrações é enorme, e o número de acidentes cresce cada vez mais. É preciso rever isso – concordo com V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador!

Realmente! Só se aplicarmos algumas leis já existentes. Por exemplo: os pontos das carteiras. É preciso que se retirem as carteiras das pessoas que já ultrapas-

saram o limite de pontos permitidos e colocá-las para a reeducação, para fazerem novamente o curso.

O bafômetro, por exemplo, não está sendo muito utilizado. O bafômetro é um instrumento fácil de ser utilizado e é acessível. Se for utilizado, diminui o número de acidentes. Quanto a esses assuntos que V. Ex^a mencionou de a pessoa aprender a dirigir na cidade e usar a estrada, é incrível como isso acontece na minha cidade, na estrada Brasil-Venezuela. São aproximadamente duzentos e quinze quilômetros de uma estrada boa, mas todo feriado longo morrem uma, duas, três pessoas naquela estrada em consequência disso.

Eu gostaria de agradecer o aparte de V. Ex^a, incorporá-lo ao meu pronunciamento e agradecer também ao Senador Heráclito Fortes que me cedeu a vez para falar. Muito obrigado. Eu gostaria de falar isso só para alertar as pessoas para o fato de que temos de tomar uma atitude e que não podem mais as pessoas ficarem morrendo assim. Trinta e cinco mil e setecentas, que é o número de pessoas que morrem em um ano, ou seja, dez por cento da população do meu Estado. Em cada grupo de dez pessoas teria morrido uma se fosse tudo em Roraima. Não podemos continuar assim. Temos que agir para mudar isso.

Conto com a participação de V. Ex^a e do Sr. Presidente, que é um homem que tem idéias brilhantes para achar soluções para esses problemas graves que atingem o nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, eu poderia fazer uma sugestão a V. Ex^a, que trouxe esse assunto importante – o Senador Tião Viana fez referências menos envolventes porque ele tratou de um assunto mais global. A minha sugestão é que V. Ex^a, em uma das comissões, propusesse a criação de uma subcomissão especial para reestudar o Código Nacional de Trânsito e buscarmos incluir nele toda essa gama de propostas que V. Ex^a fez aqui.

É uma idéia que deixo por conta da decisão de V. Ex^a, que trouxe o assunto a Plenário.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Agradeço a V. Ex^a a sugestão. Muito obrigado, Senador.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

— Temos 14 MPs e projetos para serem votados. O funcionamento da CPI pode atrapalhar os trabalhos da Casa — prevê.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), diz que a base aliada não pretende patrocinar manobra para impedir a instalação da CPI.

A oposição promete cobrar do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), o cumprimento do acordo fechado entre os líderes, pelo qual a CPI seria instalada depois de encerrado o prazo de 20 dias estabelecido para as indicações dos representantes da comissão.

— Quero que cumpram o compromisso. Essa questão de ordem do senador Wellington não é suspensiva — observa o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

Jucá: governo reagirá a tentativas de manipulação

Wellington Salgado quer levar para a Comissão de Constituição e Justiça ou até mesmo ao Supremo Tribunal Federal o questionamento da CPI.

Num recado nada sutil à oposição, Jucá avisa que o governo pretende reagir a qualquer tentativa de manipulação das investigações sobre irregularidades na Infraero, que pretendam atingir o presidente Lula:

— As obras em aeroportos foram feitas em parceria com os estados. A do aeroporto de Goiânia foi feita com o governador Marconi Perillo (hoje senador pelo PSDB) e a de Pernambuco com o Jarbas Vasconcelos (atual senador pelo PMDB, mas que tem feito oposição ao governo) — alfineta.

— Não é o Marconi que está pedindo para que a CPI não saia — rebate Virgílio. ■

TEMA EM DISCUSSÃO: *Mortes no trânsito*

NOSSA OPINIÃO

Falta cumprir

O número de mortes em acidentes de trânsito tem crescido continuamente, demonstram as estatísticas. Mas não é preciso consultar levantamentos para constatar a atual indisciplina dos motoristas, invertendo nos últimos anos a tendência de maior controle verificada a partir de 1998, quando passou a vigorar o novo código de trânsito.

O desrespeito às regras, hoje, é flagrante: é comum ver carros avançando o sinal vermelho, gente dirigindo sem o cinto de segurança, motociclistas sem capacete, placas ilegíveis. Difícil, cada vez mais, é testemunhar um desses transgressores ser devidamente punido. Qualquer legislação, mesmo a mais rigorosa delas, acaba se tornando letra morta em tal clima de impunidade.

Há até experiências práticas demonstrando como pode ser eficaz o policiamento severo. Em Resende, no Estado do Rio, a prefeitura, em ação conjunta com uma ONG, com a Polícia Militar e com empresas privadas, tem realizado, em paralelo a campanhas

educativas, uma ação intensa e permanente de fiscalização, inclusive com o uso de radares e câmeras. Resultado: o número de acidentes e de mortes no trânsito na cidade tem caído contínua e significativamente desde 2004.

Nada impede que o exemplo seja seguido em metrópoles como o Rio de Janeiro. É certo que isso não será a solução completa do problema: é preciso dar um jeito no estado precário das ruas e estradas; coibir, mediante o uso intensivo do bafômetro — aparelho que na prática parece ter desaparecido —, a prática de dirigir alcoolizado, sobretudo por parte de jovens.

Temos uma legislação mais do que adequada e equipamento tecnológico sofisticado. Nada, senão a impunidade, pode explicar que o trânsito esteja cada vez mais caótico, nas estradas e nas grandes cidades. Criar condições para que sejam punidos com severidade, na medida da lei, os transgressores é obrigação do poder público, pois a transgressão ao volante, mostram mil exemplos, costuma ser receita de tragédia.

No clima atual
de impunidade,
a lei acaba
se tornando
letra morta

OUTRA OPINIÃO

Solução ao alcance

ROBERTO MONTEIRO

A sociedade reage de diversas formas para diminuir os índices de violência no trânsito. O Ministério da Saúde revela que metade das 35,7 mil mortes no trânsito (97 por dia) em 2005 foi provocada por excesso de consumo de álcool pelos motoristas, e acena com medidas para controlar a situação, inclusive restrição da propaganda de bebidas alcoólicas. Os Detrans investem em campanhas e apertam o cerco contra os motoristas que acumulam pontos na Carteira de Habilitação. No Rio, pelo menos seis mil cometeram em 12 meses infrações passíveis de suspensão da carteira.

Estudos demonstram que a população jovem (16 a 24 anos) é a mais vulnerável. Segundo os especialistas, os principais fatores das taxas de morbimortalidade são desrespeito à sinalização, excesso de velocidade e motorista alcoolizado. Trabalho realizado por alunos de uma universidade no Paraná mostrou que quase a metade dos universitários do sexo masculino entrevistados bebe antes de dirigir, contra 20% das jovens. Nem pais zelosos conseguem evitar que o filho saia com amigos dirigindo alcoolizado. Mas o poder público pode e deve agir, com estratégias de prevenção e estímulo à direção defensiva, aumentando a fiscalização e melhorando a sinalização, ou com medidas mais radicais.

O consumo de álcool na área externa dos postos de gasolina, por jovens que vão de carro a casas noturnas, é um componente desse quadro macabro, geralmente ponto de partida de uma tragédia. Nesse caso, o poder público tem todas as condições de agir. Está em vigor uma lei que proíbe o consumo de bebidas alcoólicas nas lojas de conveniência situadas no interior de postos, mas que "não pegou", pois as pessoas compram a bebida e a consomem na área externa antes de voltar a dirigir. Em vista disso, a Câmara de Vereadores do Rio deba-

te um projeto de lei, de nossa autoria, que proíbe esse tipo de comércio, com a cassação do alvará dos estabelecimentos que insistirem na venda de bebida — que não faz parte da sua atividade-fim.

O ideal é pôr em discussão tudo o que envolve segurança no trânsito, desde a fabricação dos veículos até a responsabilidade dos pais. Mas também podemos contribuir com soluções que estão ao nosso alcance imediato, como pretende a Câmara do Rio.

ROBERTO MONTEIRO é vereador no Rio de Janeiro (PCdoB).

Destino: Teerã

M. PIO CORREA

O presidente da República aproveitou o ensejo de uma conferência de imprensa internacional para proclamar, *urbi et orbi*, que o Brasil continuará a investir no Irã, que considera um "parceiro valioso", e emitiu uma opinião *ex cathedra* sobre um ponto delicado de direito internacional, a saber, a aplicabilidade ou não de sanções internacionais contra o Irã em virtude da intenção manifestada pelo governo iraniano de prosseguir com o seu programa nuclear sem autorizar a presença de observadores do órgão internacional competente.

Nosso presidente, movido pelo seu antiamericanismo obsessivo, e apesar de haver recebido o honroso convite para uma visita a Camp David, colocou assim o Brasil do lado do país mais hostil aos Estados Unidos, dando implicitamente a sua chancela de aprovação ao regime mais obscurantista, mais intolerante e mais tirânico do mundo: o governo dos aiatolás.

Tudo indica que o Irã vai se tornar um ponto crítico no cenário mundial e uma fonte de graves preocupações para seus vizinhos e para as grandes potências ocidentais. Sua longa experiência com a operação de usinas nucleares lhe deu acesso aos conhecimentos necessários para enriquecer o urânio até

transformá-lo em substância própria para a construção de armas atômicas.

Essa é, aliás, a intenção declarada pelo presidente daquela República islâmica. A Coreia do Norte acabou acelerando a inspeção do seu programa nuclear por observadores internacionais. O Irã vai prosseguir no seu programa sem qualquer transparência nem compromisso. O Irã vai, portanto, tornar-se uma nova potência atômica.

As declarações do presidente da República, seja dito, com todo o devido respeito, foram impróprias e inoportunas. Impróprias porque devem ter causado espécie a países amigos do Brasil. Inoportunas, porque, justamente neste momento, desenha-se na ONU um movimento tendente ao endurecimento da posição frente ao Irã.

O presidente tem a palavra fácil, coisa que muito lhe serviu na sua carreira de líder sindical. Investido, porém, na alta função de presidente da República, deve se conscientizar de que um chefe de Estado nunca fala de improviso. Neste momento, o Brasil tem ambição de desempenhar um grande papel na ONU. Confraternizar com um Estado que desafia abertamente aquela organização não é seguramente o melhor modo de realizar tais ambições.

Não seria de surpreender, portanto, que uma das próximas excursões presidenciais tivesse por destino Teerã.

M. PIO CORREA é embaixador aposentado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Senador Heráclito, por favor. V. Ex^a, como inscrito, tem a palavra por 20 minutos.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a está pedindo para se inscrever? (Pausa.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente quero apresentar a V. Ex^a um requerimento que, tenho certeza, receberá o apoio do Senador Mão Santa.

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-prefeito da cidade piauiense de Curralinhos, Hermes Pereira de Araújo Santos, e apresentação de condolências à família, na pessoa de sua esposa, Maria do Carmo Damasceno Santos.

Hermes Pereira, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que faleceu no último dia 12, era técnico agrícola, tendo trabalhado por muito tempo na Cea-sa do Piauí. Formado em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí, nasceu em 9 de janeiro de 1954, na cidade de Teresina.

Iniciou sua carreira política pelo PFL, elegendose vereador pelo Município de Monsenhor Gil, tendo cumprido dois mandatos e meio neste cargo (em um total de dez anos).

Como vereador, apresentou a emenda e lutou pela aprovação da emancipação do Município de Curralinhos, que era à época um distrito de Teresina. Com a criação do Município, Hermes Pereira candidatou-se às eleições de prefeito em 1995 e saiu-se das urnas vitorioso, tornando-se o primeiro Prefeito de Curralinhos, cidade localizada a 72 quilômetros de Teresina. Foi reeleito em 2000 para um novo mandato de quatro anos.

Hermes Pereira era um entusiasta do movimento municipalista, e a sua atuação a frente da Prefeitura tinha como meta o fortalecimento das cidades piauienses, além de ter sido um batalhador das causas das comunidades mais carentes. O ex-Prefeito deixa viúva Maria do Carmo e três filhos: Daniela, Raphael e Aécio Ravel.

Sr. Presidente, o Hermes foi uma das figuras mais interessantes com quem convivi ao longo da minha vida pública: inteligente – o Senador Mão Santa o conheceu bem –, espirituoso e, acima de tudo, um extraordinário administrador.

Levo aqui, portanto, pelos microfones do Senado da República, meus votos de pesar a todos os moradores de Curralinhos pela perda dessa figura extraordinária. A política piauiense perde, portanto, uma das suas grandes figuras.

Está feito o registro, Sr. Presidente.

Mas, Sr. Presidente, o PAC faz cem dias sem que nada, absolutamente nada, de positivo aconteça no País. Os jornais do Piauí, Mão Santa, trazem hoje exatamente matéria nesse sentido, mostrando que, após cem dias, o Estado do Piauí ainda não viu nenhuma obra ser iniciada que possa se dizer: esta obra é uma inspiração, esta obra está incluída no contexto do PAC. É lamentável que o País perca o tempo que vem perdendo comemorando, por meio de factóides, essas ações.

Nós, que fazemos oposição, gostaríamos de estar aqui louvando iniciativas do Governo em benefício do Brasil amparadas nas melhorias que o Programa de Aceleração do Crescimento, no seu contexto escrito, na sua proposta, traria ao Brasil. Traria, Sr. Presidente.

É lamentável que, na realidade, tudo até agora não passe, Senador Mão Santa, de obras virtuais, aquelas mesmas obras que durante a campanha nós vimos no bem-feito programa do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva: hidroelétricas, estradas, ferrovias, que de lá para cá continuam na mesma, ou seja, não existem. Quero lamentar – não vou me alongar hoje, em homenagem ao Senador Pedro Simon, que, tenho certeza, fará um pronunciamento como de costume, trazendo assuntos da maior importância para o País – mas não poderia deixar de registrar esses 100 dias do PAC.

Senador Mão Santa, aquela preocupação que tínhamos parece que começa a acontecer e o meu medo é de que o PAC se transforme em um traque, ou seja, não traga nada de positivo e objetivo para o País.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Primeiramente, eu quero me associar ao momento de tristeza que vive Curralinhos pelo falecimento do nosso amigo e líder cuja perda para o Piauí V. Ex^a externou. D. Mariana, com certeza, foi passar com a mãe o Dia das Mães e a minha família, quase toda, está ainda no Piauí. Eu fui. Mas, Senador Heráclito, olha, a dengue tomou o Estado. Agora não é só o PT, é o PT e a dengue. Olha, aquele

prefeito, Walmir Café Neto, um dos melhores médicos da região de Pedro II. V. Ex^a conhece, não é?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É meu amigo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Outro dia tive um filho na UTI com dengue. A dengue assolou aquela região. E, na confusão maior, é uma briga. Acho que o nosso Presidente Lula tinha razão quando falou em “alopradados”. Agora, acho que a maior densidade está no Piauí. Por que o drama da saúde pública é horrível, Senador Heráclito Fortes? É simples, está lá. Acho que é porque V. Ex^a iniciou o pronto-socorro municipal. V. Ex^a, quando era prefeito, sonhou, iniciou, trabalhou. Firmino concluiu e eu o visitei. O Prefeito Sílvio Mendes era Secretário de Saúde. Só faltam os convênios. Agora, porque o PSDB é forte, o PT não permite a realização. Então, um “aloprado” resolveu, Senador Heráclito Fortes, pegar o hospital de doenças infecto-contagiosas, fundado por Alberto Silva, e levar para o Hospital Universitário. E não é isso. Todas as capitais brasileiras, Senador Heráclito Fortes, têm um hospital federal. A nossa é a única que não tem. Então, eles estão tirando um hospital de doença infecto-contagiosa, um hospital de história, de tradição, que fez com que eu também inaugurasse até no Hospital Dirceu Arcoverde, em Parnaíba, um anexo de doenças que eles já acabaram. E eles vão levar agora para o hospital universitário, que não é para essa finalidade. O hospital universitário tem que ser um hospital de docência ampla. Todas as capitais federais têm um hospital federal, Senador Heráclito Fortes, e a nossa não tem. E acho também que é por mágoa do Alberto Silva. O pronto-socorro eles não emplacam, não fazem o convênio porque está nas mãos do PSDB, e nós sabemos disso. E acho também que eles querem castigar V. Ex^a, porque foi V. Ex^a que plantou aquela semente. E eu, como médico, como cidadão e como Senador, penso que, sem dúvida nenhuma, irá minimizar o sofrimento, não só de Teresina, do Piauí, do Maranhão, de To-

cantins, o pronto-socorro que V. Ex^a iniciou e Firmino terminou. E eles não fazem o convênio no PT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Faço o registro com muita alegria, Senador Mão Santa, e lamento que o pronto-socorro não esteja ainda em funcionamento. Aliás, essa obra não é minha. Ela foi começada por mim, mas pertence à população de Teresina e foi concebida para resgatar uma deficiência grave que existe na capital do Estado.

Aliás, Senador Mão Santa, V. Ex^a sabe da dificuldade que temos de ajudar. Lembra-se de que estou há três orçamentos lutando no Governo Federal para que o Estado do Piauí coloque na capital, Teresina, equipamentos contra incêndios, chamados, comumente, de escada magirus, que são essas patrulhas contra incêndios. Eu já coloquei, mas o dinheiro retornou; e até agora – apesar de já ter recebido informações do Ministro da Justiça, do Ministro do Planejamento, da Ministra da Casa Civil – são cobertos do mais absoluto silêncio os fatos sobre recursos que envolvem essa aquisição.

Espero que ela seja feita da maneira mais transparente possível. É a única exigência que faço. Aliás, tem sido a marca, graças a Deus, da minha trajetória política. Espero que essas coisas sejam feitas com muita clareza. É um equipamento importado. É preciso – o Senador Tuma sabe bem como é isso – que essa aquisição seja feita com muita clareza e que se leve para o Piauí o melhor de todos os equipamentos. Estou aqui atento para esse fato. Chegam-me informações de movimentações sobre esse fato, mas nada oficial. Quero, portanto, fazer esse registro e dizer que o lamentável disso tudo é que a nossa população é que sai perdendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2007

Requeremos, nos termos dos arts. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-prefeito da cidade piauiense de Curralinhos, Hermes Pereira de Araújo Santos, e apresentação de condolências à família, na pessoa de sua esposa, Maria do Carmo Damasceno Santos.

JUSTIFICATIVA

Hermes Pereira de Araújo Santos, que faleceu no último dia 12/05, era técnico agrícola e trabalhou por muito tempo na CEASA do Piauí. Formado em filosofia pela Universidade Federal do Piauí, nasceu em 9 de janeiro de 1954 em Teresina.

Iniciou sua carreira política pelo PFL, elegendo-se Vereador pelo município de Monsenhor Gil, tendo cumprido dois mandatos e meio neste cargo (em um total de dez anos). Como Vereador, apresentou a emenda e lutou pela aprovação da emancipação do município de Curralinhos, que era um distrito de Teresina. Com a criação do município de Curralinhos, Hermes Pereira candidatou-se às eleições à Prefeitura em 1995 e saiu das urnas vitorioso, tornando-se o primeiro prefeito de Curralinhos, cidade localizada a 72 quilômetros da capital Teresina. Hermes foi reeleito novamente no ano 2000, para um novo mandato de quatro anos.

Hermes Pereira era um entusiasta do movimento municipalista, e sua atuação à frente da Prefeitura tinha como meta o fortalecimento das cidades piauienses, além de ter sido um batalhador das causas das comunidades mais carentes. O ex-prefeito deixa viúva Maria do Carmo Damasceno Santos, e três filhos, Daniela, Raphael e Aécio Ravel.

Sala das Sessões, 14 de maio de 2007

Senador Heráclito Fortes



-O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência, associando-se às homenagens solidárias, encaminhará os votos de pesar.

Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha e, em seguida, o Senador Pedro Simon.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o apelo ambiental cresce a cada dia no Brasil e no mundo. Especialmente no Brasil, na última década, vimos acentuarem-se, de forma bastante destacada, as exigências, as providências necessárias para a implantação de empreendimentos de desenvolvimento do Estado e do País, sempre com a preocupação da preservação ambiental. Entre essas preocupações, Sr. Presidente, temos verificado que o lixo, sobretudo no que diz respeito aos resíduos sólidos, tem sido uma grande preocupação dos prefeitos.

Eu me espelho no meu Estado, nos seus municípios pequenos que vivem basicamente do Fundo de Participação, a sua receita mais importante, a sua receita principal, e que hoje não está sequer permitindo que os prefeitos atendam às demandas das suas populações. Há um processo de transferência de compromissos e de responsabilidades para as prefeituras sem a necessária compensação financeira, para que as prefeituras atendam aos serviços demandados pela sociedade. E o lixo é uma questão visível. Quando se trafega pelas ruas, nota-se a dificuldade que o lixo tem imposto às administrações municipais. Temos os lixões, temos os aterros sanitários e tanto uns como os outros, estes últimos, principalmente nas grandes metrópoles, trazem uma crescente preocupação da poluição para cima e para baixo. A poluição para cima se dá quando da fermentação dos resíduos, da qual emanam gases que poluem a atmosfera; a poluição para baixo se dá com o chorume, cuja lixiviação percola pelo solo, comprometendo-o, contaminando também os lençóis freáticos.

Particularmente em Araguatins, importante cidade do norte do meu Estado, Tocantins, temos o surto de uma doença oftalmológica que tem provocado cegueira em inúmeras pessoas de todas as idades, sobretudo nas crianças que se banham no rio Araguaia. É o costume, é a atitude consuetudinária das populações ribeirinhas aproveitar as maravilhas do rio, inclusive banhar-se nele. Hoje, nessa cidade e nas cidades vizinhas, as populações estão proibidas de aproveitar-se dessa generosa dádiva da natureza, que é o rio Araguaia, exatamente com receio de serem acometidas desse mal, dessa doença que provoca cegueira. São inúmeros os casos ali registrados, o que já estimulou uma atenção não apenas da Secretaria Estadual de

Saúde, mas também da própria Fundação Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Os técnicos, os cientistas, os pesquisadores que ali estiveram ainda não conseguiram identificar a causa dessa doença que tem provocado cegueira em tantas pessoas.

Talvez – e esta é uma das suspeitas – seja exatamente a contaminação de afluentes do rio Araguaia pelos lixos das cidades vizinhas.

Então, é preciso que essa situação seja, efetivamente, olhada com muita atenção, pois algumas populações tiveram o hábito, desde a remota história do nascimento do País, de ocupar, para fazer suas povoações, as margens dos riachos, dos ribeirões, dos córregos e dos rios exatamente pela facilidade de ter à sua disposição esse insumo imprescindível à vida, a água.

Não tivemos, ao longo de todos esses anos, os cuidados necessários com nossos mananciais. É por isso que já registramos a morte do rio Tietê, do rio Pinheiros, em uma das mais importantes cidades deste País; do rio Meia Ponte, em Goiânia; e de tantos outros rios que, se um dia foram contaminados com os dejetos das cidades, hoje estão demandando um custo elevadíssimo para sua recuperação.

Com relação a essa questão do lixo, acabo de retornar de uma viagem que fiz à cidade de Atlanta, nos Estados Unidos, onde fui visitar a planta industrial de uma empresa que, de forma muito inteligente, está reduzindo a 10% o volume do lixo acumulado. E visitei outra que está indo além: por um processo moderno, em uma caldeira, ela procura incinerar os resíduos sólidos, fazendo com que os gases produzidos por essa queima sejam tratados de modo a eliminar qualquer elemento que venha a contaminar a atmosfera, dando um fim adequado ao lixo que se avoluma, principalmente nas nossas cidades.

Esse trabalho é feito hoje, na maioria das cidades, principalmente nas cidades maiores, sempre em parceria – as Prefeituras pequenas estão procurando, elas mesmas, resolver o seu problema – com a participação da iniciativa privada. Espero que possamos ampliar e aprimorar esse procedimento para que todas as Prefeituras, tanto as das cidades grandes, como as das cidades pequenas, possam ter acesso a essa tecnologia moderna em que o resíduo sólido, o lixo, é processado, é incinerado e reduzido a uma massa extremamente pequena de cinzas, sem nenhuma possibilidade de contaminação, tanto do solo, como da atmosfera.

Era esse o registro, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a me permitiria fazer um comentário, Senador?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Ouço com muito prazer V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Está em minhas mãos, para relatar, o problema da importação de pneus usados.

Nós fizemos o apensamento dessa matéria a um outro projeto que trata de resíduos sólidos para que possamos disciplinar, por lei, a metodologia que será empregada. E vou procurar V. Ex^a para saber se há alguma adequação ou se o caminho que estamos seguindo é o certo. Estão colaborando conosco o Itamaraty, o Ministério do Meio Ambiente, da Ministra Marina Silva, e os especialistas da Casa. Estamos fazendo esse trabalho com muita cautela para seja algo definitivo.

Cumprimento V. Ex^a por trazer esse assunto ao Plenário.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Senador Romeu Tuma, essa questão do pneu usado pode passar de um problema a uma solução para o País, pois, hoje, além de se poder dar uso ao pneu velho, triturando-o, ele pode ser utilizado para compor uma lama asfáltica, e destaco, sobretudo, a sua utilização como fonte energética e calorífica, que pode ser transformada em energia elétrica.

Então, estou seguro de que há hoje tecnologia para o devido aproveitamento dos pneus.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O nosso objetivo é realmente o aproveitamento, visto que há um excesso de pneus usados no Brasil que está sendo jogado nos rios. O que estamos discutindo é se vale ou não a pena importar pneus para recauchutar e refabricar.

Para esse uso a que V. Ex^a se refere, já há uma disciplina a respeito, e algumas fábricas não conseguem fazer o segundo turno por falta de clientela, segundo as informações que obtivemos.

Mas, me parece correto o raciocínio de V. Ex^a.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Agradeço a manifestação de V. Ex^a e espero contribuir na discussão, na busca da solução para esse problema relacionado aos pneus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a vai falar?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, farei uma questão de ordem, mas não vou prejudicar em nada o discurso do Senador Pedro Simon. Eu a farei depois.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, para mim é uma honra ceder a palavra ao Senador Antonio Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não. É bom que S. Ex^a o faça depois de eu sair da Presidência, porque, se é uma questão de ordem, vai me derrubar.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, tenho dois assuntos para tratar. Um deles é o Congresso do Mercosul, instalado no Uruguai, mas voltarei a esse tema mais tarde.

Quero chamar atenção para a manchete de hoje dos jornais do Brasil. “O Chefe do Ministério Público deve ser mantido. Procurador-Geral da República, cujo mandato de dois anos acaba em julho, tem a simpatia do Presidente Lula.”

Quando se encerrou o mandato do meu querido irmão franciscano, Procurador-Geral da República, nos primeiros dois anos do Presidente Lula, eu vim a esta tribuna, insistindo, quase dramaticamente, em que S. Ex^a deveria continuar. Mas ele disse, desde o início, que ficaria dois anos e não continuaria. E manteve sua palavra.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando foi ouvido Antonio Fernando de Souza, eu salientei que tinha conhecimento da sua capacidade, da sua competência, e que confiava muito no seu trabalho. E vejo agora que todas as notícias são no sentido de que ele será convidado a permanecer.

Dizem que Lula gosta muito dele e que o Ministro Tarso Genro o respeita muito, pois acredita que ele desempenha um trabalho absolutamente correto. Ressalto que considero S. Ex^a excepcionalmente um grande nome deste Governo. Se há algo que, no Governo Lula, melhorou mil por cento foi a Procuradoria-Geral da República, o setor mais negativo do Governo Fernando Henrique Cardoso, o qual tinha como Procurador-Geral um “arquivador-geral” – S. Ex^a não denunciava, nem absolvía; arquivava em sua gaveta. Seu sucessor, porém, teve outra postura e, agora, o atual Procurador tem sido muito firme. Firme em atitudes que imagino devem ser delicadas.

Ele é membro do Conselho Superior do Ministério Público. E o Conselho Superior do Ministério Público, por unanimidade, à exceção do seu voto, do voto do Procurador-Geral, vota um aumento especial que ele acha que não era correto. Ele votou contra – ficou sozinho, mas votou contra. E recorreu para o Supremo Tribunal daquela decisão. Ele recorreu da decisão que dava aumento, inclusive para ele.

Os casos aqui, como as CPIs, permitem à opinião pública debochar do Congresso Nacional: “Fizeram duas CPIs, fizeram um carnaval! Denunciaram e falaram ‘é mais isso’, ‘é mais isso’, ‘é mais isso’”, e termina tudo na gaveta, não acontece nada.”

Realmente, a CPI é muito importante; seu trabalho é excepcional. Mas, há algo que tem de ficar esclarecido perante a opinião pública: a CPI não denuncia ninguém perante a Justiça. A CPI conclui, e as suas conclusões são levadas para a Procuradoria-Geral. A Procuradoria-Geral diz o que vai fazer, e ela faz o que quer. Não devia ser assim; devia ser como é agora: faz o que deve ser feito. Mas, na verdade, ela faz o que quer.

Por anos a fio – no Governo Fernando Henrique, por oito anos; e no Governo Sarney, por mais quatro anos; por doze anos –, a Procuradoria arquivava. Então, fica este conceito na sociedade: “a CPI não vale nada; a CPI termina em *pizza*, faz denúncias e mais denúncias, isso e aquilo, e, quando acaba, não dá em nada”. Isso não é verdade.

O Procurador-Geral, inclusive na última CPI, denunciou 30 parlamentares. Trinta! E vem fazendo denúncias sistematicamente. Seu antecessor denunciou o Presidente do Banco Central. Também já havia sido denunciado um ex-Presidente do Senado e um Ministro do Governo Lula. Denúncias estão sendo apresentadas. S. Ex^a vem agindo.

Quando dizemos que o Brasil é o País da impunidade, dá para se dizer que, no conjunto das peças que fazem parte do sistema judiciário para absolver ou condenar alguém, uma peça vai muito bem: o Procurador-Geral. Esse faz sua parte, esse cumpre sua parte. É importante salientarmos isso. Depois dele, se as coisas não andam, não é por causa do Senado ou da Câmara. O Supremo Tribunal Federal não anda. A prática de se deixar processos na gaveta do Presidente da Câmara e do Presidente do Senado, quando Deputados e Senadores matavam, roubavam, contrabandeavam, faziam o que bem entendiam e não acontecia nada, era uma verdade, uma grande e triste verdade. Havia Parlamentares que se reelegiam porque não podiam perder o mandato, porque, se perdessem o mandato, iam para a cadeia. Mas, por ser parlamen-

tar, seu processo não saía da gaveta do Presidente. Isso terminou.

Estou aqui, Senador Antonio Carlos Magalhães, há 25 anos. No primeiro ano do meu mandato, apresentei o primeiro projeto para terminar com essa situação, o que demorou 20 anos. O projeto aprovado era diferente do meu; quer dizer, o meu foi aprovado com muitas reformas, mas não foi como eu queria. Eu queria que o Procurador-Geral da República denunciasse um Deputado ou um Senador perante o Supremo; esta Corte o processaria sem ouvir a Câmara ou o Senado. Isso está ocorrendo como eu previa, mas acrescentaram algo que eu não queria: atualmente, a Câmara e o Senado, a qualquer momento, podem suspender o processo. Se há um processo em andamento contra um Deputado ou um Senador, a Câmara ou o Senado, votando em plenário, pode suspendê-lo. Considerei isso um absurdo. Gritei e protestei na hora. Hoje, acredito que está bom; não está errado. Por quê? Porque não vai ser fácil, não vai ser como as outras vezes, em que o Presidente da Câmara ou o do Senado engavetava o processo. O Presidente vai ter de votar em plenário o processo que está em andamento e que o Supremo está julgando com o conhecimento de toda a sociedade. E o Congresso pode dizer: “Peço o arquivamento”.

Vai ser difícil, mas, depois que isso aconteceu, não dá mais para dizer, ao se referir à impunidade, que a Câmara e o Senado são os culpados.

Tenho muito carinho pelo Supremo, tenho muito respeito pelo Supremo, mas ele é o responsável. O processo está lá na gaveta; ou na gaveta de algum Ministro Relator, que não o tira da gaveta, ou na gaveta da Presidência, que não o distribui para o Relator.

Até penso que, na verdade, na verdade, se começarmos a andar, a funcionar, a realmente levar adiante, o Supremo, talvez, não tenha estrutura suficiente para dar continuidade a esses processos. Não há equipe. De repente, por exemplo, vai-se julgar o Presidente do Banco Central: ele terá um grupo de advogados, vai fazer milhões de coisas. E qual a estrutura do Supremo Tribunal para fazer o julgamento? Então, que se faça alguma alteração, que se argumente que, em casos especiais, como o citado, o Supremo vai fazer a contratação, por exemplo, de três representantes de um tribunal superior, de três do Supremo, de dois de outra Corte; com isso, organizará uma câmara especial criminal para fazer o julgamento. Mas o que não se pode fazer é deixar o processo na gaveta e dizer: “Não posso levar adiante porque não há tempo”.

Nesse contexto, levo meu abraço de solidariedade ao atual Procurador. Primeiramente, felicito S. Ex^a o Sr. Antonio Fernando de Souza, que foi Sub-Procurador anteriormente e que tem coragem de aceitar ameaças

e de passar por momentos difíceis e amargos. Ainda assim, ele aceita continuar no cargo.

Volto a dizer: se formos reformular todo o processo da sociedade, da cúpula do comando no Brasil, esse eu deixava. Pode vir Jesus Cristo presidir o Brasil, que esse ficava, porque ele está fazendo o que deve ser feito. É a única pessoa que pode caminhar pela rua de cabeça erguida e dizer: “Eu estou fazendo minha parte”. O resto, vamos discutir. Dele ninguém pode dizer nada.

Ouvi até rumores: “Não, ele não volta. Há Senador e Deputado que não vota nele, porque ele denunciou Deputado, denunciou Senador”. Duvido. Tenho a mais absoluta tranquilidade de que ele voltará, não digo por unanimidade, mas por uma imensa maioria, porque isto é o que queremos, uma pessoa desse jaez. Não se pode dizer: “Ele foi indicado pelo Lula e está protegendo o PT”. Não é verdade. Muita gente do PT foi denunciada. Ou o contrário, que ele é simpático ao lado de cá. Também não é verdade. Também do lado de cá houve denúncias. A imparcialidade faz parte do seu estilo, a singeleza de ação. Ele não é de sair em manchetes de jornal, não é daqueles. O Brindeiro era assim; o Brindeiro fazia algo, e saía uma página inteira no jornal. Depois, os processos iam para a gaveta. Esse não é de sair em manchete. Esse recebe, não fala, não discute. A imprensa publica quando já foi feito o negócio. Ou ele mandou arquivar, ou apresentou a denúncia. Antes disso, ele não busca a manchete, ele não busca a notícia. Em cada opinião dele, poderia haver manchete a hora que quisesse, porque denunciar um Senador, denunciar um Ministro é capa de jornal, mas ele não procura isso.

Por isso, Sr. Presidente, antecipo o meu voto e me atrevo a dizer que antecipo o voto da imensa maioria, quase a unanimidade deste Senado, e que o Presidente Lula realmente envie o nome e que vivamos um dia muito importante.

Felizmente, vivemos, na semana passada, um momento histórico muito importante em Montevideu. Instalou-se em definitivo o Congresso do Mercosul.

É uma caminhada que vem de longe. Há muito tempo, busca-se a tentativa de diálogo na América Latina e, de modo especial, na América do Sul. Esse diálogo já foi mais fácil até na África. Aqui, tentou-se em 1962, tentou-se em 1980, tentou-se, de várias formas, criar instituições de entendimento na América Latina. A América Latina é um continente que, se formos analisar, tem um povo bom, ordeiro, tem um território rico, onde praticamente se encontram todos os minerais, todos os climas. No entanto, igualmente à África, somos o mundo mais atrasado, mais triste, mais sofrido. E não conseguimos dialogar. Então, reuniram-

se os quatro países dos Andes, fizeram o Pacto dos Andes; reuniram-se Venezuela e Colômbia e fizeram um outro acordo, mas o entendimento, o entrosamento da América Latina não foi possível.

É verdade que temos contra nós a ação dos Estados Unidos, aquela história triste de dizer que os americanos consideram a América do Sul o seu quintal e, no quintal, ninguém pode meter a mão. A única ameaça iminente de guerra atômica tivemos quando a Rússia quis colocar armamento atômico em Cuba. O americano despachou e, se a Rússia não tivesse retrocedido, o embate teria acontecido.

O atendimento dos Estados Unidos à América não é aquilo que deveria ser: em clima de respeito, de entendimento, de ajuda. Não há interesse dos Estados Unidos em ver a América do Sul um continente forte e próspero, como seu aliado. Aí, sim, poderíamos dizer, como seu quintal, mas um quintal realmente produzindo e desenvolvendo.

O Presidente Sarney – e V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães, fazia parte do Governo –, quando assumiu, teve uma missão muito importante. Na época do Governo militar, justiça seja feita, o Itamaraty teve uma aproximação muito grande com a África, inclusive colocou embaixada em todos os países africanos, até os de economia praticamente insignificante, mas não olhou para a América Latina, porque aqui a situação era delicada. Houve uma época em que o mundo inteiro conhecia o Cone Sul, que era o centro da ditadura, da violência, da tortura, do despotismo, cujos países eram o Brasil, o Chile, a Argentina e o Uruguai. Os quatro, um a um, foram levados e, com apoio dos americanos, os governos foram derrubados.

O Jango aqui, quando falava em ficar, em 1964, diziam que havia seiscentos mil *marines* vindo em direção ao Brasil. O que não é de estranhar porque, em São Domingos, colocaram duzentos mil *marines*, quando eles quiseram se revoltar.

Governo legítimo, eleito, comunista é verdade, mas eleito, no Chile, país de tradição democrática, bombardearam inclusive o Palácio, e o Presidente Allende morreu ali. A Argentina, pobre da Argentina, o que sofreu, o que lutou ao longo do tempo com uma ditadura bárbara; o Brasil, pobre Brasil; o Paraguai...

Então, não havia diálogo. O ditador brasileiro não tinha como falar com o Pinochet, ditador do Chile, ou com os ditadores de plantão da Argentina. Então, o que houve foi um afastamento ainda maior entre os países da América. Para sorte nossa, havia democracia no Brasil, democracia no Uruguai, democracia no Chile, na Argentina, até no Paraguai, e o Presidente Sarney, com muita competência, iniciou a aproximação do Mercosul.

Lembro-me da reunião do seu Ministério, quando o Ministro do Exterior, o banqueiro Setúbal – sempre estranhámos quando imaginamos Setúbal Ministro das Relações Exteriores, mas nunca esqueço, estávamos ali, o Tancredo compondo o Governo e vem a Federação das Indústrias de São Paulo e toda a equipe empresarial de São Paulo, exigindo para São Paulo o Ministério da Fazenda e Setúbal para Ministro da Fazenda. Aí, Tancredo disse que ia atender. Deu a entender que não ia atender no todo, mas que ia atender. Quando ele saiu, dissemos: “O senhor vai dar para um banqueiro de São Paulo o Ministério da Fazenda do Governo da Nova República?” E ele: “Mas quem disse que eu ia dar?” Respondemos: “O senhor falou”. “Eu disse que ia atender. Sim, vou atender, mas também disse que não ia atender tudo”. E, com isso, Setúbal terminou chanceler. É claro que os paulistas não gostaram. O Setúbal não gostou, mas terminou chanceler e desempenhou o seu trabalho.

Numa dessas reuniões que o Presidente José Sarney convocou, o Setúbal disse assim: “Olha Presidente, estamos iniciando o diálogo com a Argentina. Agora, a pessoa mais complicada que tenho é o Ministro da Agricultura, que é o Ministro Pedro Simon”. O Sarney se virou para mim e diz: “Pedro, mas logo tu que és do Rio Grande do Sul e vivia falando no Congresso que temos de ter entendimento com a Argentina!” Eu falei: “Olha Presidente, vamos esclarecer. Finalmente, estou discutindo que o Rio Grande do Sul produz vinho e a Argentina produz um vinho muito superior ao nosso, mas temos de fazer uma limitação do vinho da Argentina com o nosso vinho, para que não concorram no mesmo patamar e não nos liquidem”.

O Brasil, principalmente Santa Catarina, produz maçã, e a Argentina foi fornecedora de maçã para o Brasil ao longo da história. Em tempos passados – e a nossa maçã é mais gostosa, mais ácida –, a maçã argentina era produto para doentes e, principalmente para doenças de criança, era utilizada maçã argentina, formando um mercado enorme. O que acontecia? São Joaquim e depois o Rio Grande do Sul produziam maçã e, na época da nossa safra, entrava a maçã Argentina pela metade do preço. Eu dizia: “Vamos decidir. Na hora de chamarmos os produtores, vejamos quanto vão produzir, quando vão lançar o produto e qual é a safra, e não a Argentina entrar na hora com o preço pela metade”.

Agora, Presidente José Sarney, me desculpe, mas, essa rivalidade entre Brasil e Argentina, de anos e anos, o senhor acha que vamos resolvê-la com uva e maçã? Com vinho e maçã? Isso é piada. O senhor quer resolver? O senhor quer sair agora e, daqui a 15 dias, ser recebido como herói lá em Buenos Aires?

O Brasil importava, se não me engano, seis milhões de toneladas de trigo: metade do Canadá, metade dos Estados Unidos. O Brasil era o maior importador de trigo da Argentina. Aí veio ditadura pra cá, pra lá, houve uma falta de trigo no mundo inteiro, uma quebra enorme das safras, os preços subiram e ofereceram, não sei qual país, o dobro do que pagávamos. Tínhamos um contrato de longo período com a Argentina, mas os argentinos venderam o trigo e nós ficamos sem ele. Passou um ano, dois anos, praticamente, e, depois do que ocorreu, o brasileiro rompeu e não comprou mais um quilo de trigo argentino. Só que já se tinham passados dez anos e era algo até ridículo de se discutir.

Passados dez anos, esse assunto era até difícil de se discutir. Eu disse: “Chame um embaixador argentino aqui e diga que o senhor vai à Argentina para iniciar conversa sobre a importação de dois milhões de toneladas de trigo e veja se não muda tudo”. E foi o que ele fez. Abriu a importação de trigo da Argentina e discutia a importação de petróleo da Argentina, que era exportadora de petróleo. E o Brasil, naquela época, era um enorme importador. E foi aí que começou.

E O Brasil, vamos fazer justiça, é o grande interessado na integração da América Latina.

Agora tivemos esse incidente com a Bolívia. Eu me lembro que os Parlamentares entraram na Comissão de Relações Exteriores com quatro pedras – aliás, com prestígio. Em primeiro lugar, o Presidente da Argentina fez uns discursos grosseiros com relação ao Brasil, quer dizer, algo que não tem explicação; segundo lugar, a Bolívia entra com Forças Armadas e toma conta das unidades da Petrobrás e nos expõe para o mundo como se nós fôssemos as companhias mundiais de petróleo que dão golpe, que fazem coisas horríveis, como se nós fôssemos um capital de... A Petrobrás é uma empresa espetacular na seriedade, na dignidade, na honradez, no diálogo com o mundo inteiro.

Foi difícil controlar a situação, porque havia quase que uma unanimidade em romper com o Presidente da Bolívia, chamar de volta o Embaixador do Brasil... Vários Parlamentares, eu inclusive, salientamos que não era o momento. Está certo que se cobrasse do Lula, porque ele havia sido muito calmo, muito tranqüilo, muito sereno e tinha que ter batido mais forte. Mas o Lula estava no caminho certo, pois romper, virar a mesa era o que a Argentina queria, que o americano queria, o que muita gente queria. Nós ficaríamos reduzidos a quê?

Agora agir com calma, ir levando, levando... Daí a dez dias o Presidente boliviano engoliu tudo o que disse, pediu desculpas, que não era aquilo que tinha dito e que a imprensa tinha entendido diferente. E agora

estamos aí conduzindo uma negociação, em que eles vão pagar o que têm que pagar para nós. Essa história de dizer: “Ah, mas nós queríamos que a Petrobrás ficasse lá”, é um direito deles.

A Bolívia tem direito de dizer que o petróleo é dela, que vai fazer o que bem entender desde que pague é o que nos importa. A Venezuela está aí querendo ocupar o lugar de Cuba, de Fidel Castro. A Argentina, ainda com certa antipatia com relação ao Brasil, e o americano lançando um projeto de criar a união dos estados americanos, quer dizer, unir todos os estados americanos em um livre comércio. Cá entre nós, com americano, o que nós vamos fazer? Não tem lógica! O que nós temos de fazer é o Mercado Comum da América do Sul.

E se me perguntarem qual é o fato mais importante do fim do século passado e o mais importante do início deste século na vida econômica, social, eu digo que é o Mercado Comum Europeu. A maior transformação, a maior modificação o fato mais significativo na história do mundo, em termos de relacionamento de nações, é o Mercado Comum Europeu.

Quem diria que Inglaterra e Alemanha, depois de duas guerras mundiais em que se esfacelaram; quem diria que França e Alemanha, vizinhos, com ódios permanentes, formariam hoje um mercado só, um país só, sem fronteiras. Um passaporte só! Uma moeda só! O cidadão de Portugal pega sua carteira de trabalho e vai trabalhar na Inglaterra, na Alemanha, onde ele quiser. E isso está acontecendo... E todos estão crescendo. Todos estão crescendo! Vai-se a Portugal, que, hoje, é metrópole; vai-se àqueles países que até ontem não existiam, que eram países inexpressivos, que viviam tão-somente das pessoas que trabalhavam na Alemanha, na Itália, na Inglaterra e mandavam dinheiro para as suas famílias, como acontece hoje no Brasil, em que brasileiros vão para os Estados Unidos e mandam dinheiro para cá, hoje essas nações são importantes. Nunca Portugal, nunca Espanha, nunca Grécia experimentou o crescimento que está experimentando hoje. E garantido. O Mercado Comum garante. Não é negociaçãozinha em que o americano vai lá e esmaga ou o brasileiro vai lá, não, é o Mercado Comum que faz a negociação de compra e venda.

Por que não podemos fazer do mesmo modo, não digo de maneira igual, e, nesse sentido, copiar o exemplo? E o Brasil é o País que quer isso ao contrário do que imaginam. É verdade que, olhando para o mapa, vendo o tamanho do Brasil, as pessoas respondem, nas conferências que estive fazendo pela América Latina, discutindo esse assunto: “Ah, o senhor é brasileiro. Para o senhor, essa discussão é muito importante, mas para nós, para nós, se vamos ser explorados por

você ou pelos americanos, não importa, nós vamos ser explorados. Agora, americano é muito mais forte, tem muito mais dinheiro, negocia com mais gente, é capaz de nos explorar menos do que os brasileiros”. Esse é o espírito que essa gente tem. Mas tudo isso está sendo vencido, plano por plano, etapa por etapa. Por isso que, na semana passada, a instalação do Congresso do Mercosul foi muito importante.

Essa foi minha primeira viagem oficial pelo Senado brasileiro. Mas fiz questão de ir, porque, como Ministro da Agricultura e como Governador do Rio Grande do Sul, ajudei muito. Primeiro, o Presidente Sarney foi o grande líder que começou essa caminhada; depois, justiça seja feita, o Presidente Collor, que podia ter botado uma pedra em cima, não botou. Foi uma coisa muito interessante, digna de análise. Quer dizer, perdeu o Sarney e ganhou o Collor no Rio Grande do Sul. E ganhou o Menem, oposição, na Argentina. Foi na posse do Collor – eu estava aqui como Governador do Rio Grande – que o Menem e o Collor se uniram e assinaram a continuação do Mercosul, até com mais vantagens, com mais interesses, com mais entendimento. Foi um dia histórico. É claro que estamos longe do que deve ser.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estamos ainda na expectativa de que haja aquilo que temos: amor pela América Latina. Queremos ver a América Latina na posição de um continente realmente digno de respeito. Temos petróleo. Temos gás. Temos minério. Somos o melhor local do mundo em água doce. Temos as melhores terras agricultáveis do mundo. Temos todas as condições imagináveis para ser um continente de desenvolvimento, de paz, de crescimento e de grandes vantagens.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a acaba de dizer a palavra-chave.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Mão Santa, a Mesa pediria a V. Ex^a que fosse breve no aparte porque o tempo do orador já se esgotou e há outro orador inscrito.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Serei muito breve. Primeiro, eu queria dizer que V. Ex^a é responsável por isso tudo. Foi V. Ex^a quem, quando governou o Rio Grande do Sul, primeiro pensou em Mercosul. V. Ex^a está aí, e eu queria, nesta observação, dizer que o pronunciamento mais importante nesse período foi o que V. Ex^a fez sobre mãos limpas. E eu acho que o erro do Mercosul está aí: a falta de paz. O Brasil não vai liderar pelo seguinte: não é território, não é potência, não é riqueza. O importante é a paz de que V. Ex^a

falou, é a civilização. V. Ex^a falou na Europa, no poderio econômico, mas a Suíça é pequena. Em Genebra, sente-se a paz, o respeito do mundo todo. Enquanto não reconhecermos que hoje o Chile é uma das maiores civilizações das Américas, não vamos a lugar nenhum. Eles estão mais educados e mais civilizados do que nós. Temos de atrair o Chile. É a civilização. É a paz. Quando chegamos ao Chile, o povo diz: “A polícia daqui não é corrupta”. Hoje o chileno está falando duas línguas: a espanhola, de Ortega Y Gasset, de Cervantes, e a inglesa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E outra, o inglês.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E outra, o inglês, para o comércio internacional. Os chilenos estão estudando obrigatoriamente doze anos. Nós andamos às quatro, às cinco horas da manhã nessa paz. É a civilização. Então, nós temos de buscar e reconhecer isso. Nós podemos ter mais dinheiro, podemos ser maiores, – territorialmente nem se fala –, mas temos de buscar esse parceiro que hoje se apresenta como a maior civilização das Américas, depois vem o Canadá e os Estados Unidos, que enfrentam duas guerras. O Chile tem dado esse ensinamento, que devemos aprender.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Desde o início, nós cuidamos com muito carinho do Chile, mas ele tem um acordo bilateral com os Estados Unidos, e esse acordo oferece vantagens enormes ao Chile. As negociações do Chile com os Estados Unidos são em patamar especial. Os produtos do Chile têm colocação garantida nos Estados Unidos, independentemente de como esteja o mercado. O acordo é assim e assim, e o americano garante. Então, há vantagens, e o Chile – como disse V. Ex^a – se adaptou. Fez uma economia de mercado de uma maneira excepcionalmente positiva, fez com que sua organização fosse uma organização de mercado, aberta, correta, e hoje está em condições de dizer que não pode entrar no Mercosul, porque os impostos no Chile, como nos Estados Unidos, são infinitamente menores do que os daqui, que a tributação lá é muito menor do que a daqui; que os caminhos que trilham as mercadorias do Chile para ir para o exterior são muito mais fáceis via Estados Unidos do que via América Latina. É o que de certa forma o americano quer fazer com o Uruguai. Eles querem tirar o Uruguai de nós para fazer um acordo isolado com eles – para os Estados Unidos não custa nada. Tendo um acordo bilateral com os Estados Unidos, o Uruguai não se interessará pelo Mercosul. Qual é a produção de arroz do Uruguai? É insignificante. O Uruguai está brigando com o Brasil por

causa do arroz. O Rio Grande do Sul quer colocar impostos para que o arroz uruguaio seja vendido lá. Para os Estados Unidos 300 mil toneladas a mais ou a menos não significam nada.

V. Ex^a tem razão. Mas o perigo é o americano fazer duas coisas: ou o Alad, o acordo com todos eles, ou o acordo bilateral com os Estados Unidos, como eles querem fazer com o México, como fizeram com o Chile e está fazendo com o Uruguai.

Na verdade, os Estados Unidos não querem o Mercosul. Na verdade, o americano, que vê com respeito e não tem qualquer condição de interferir no Mercado Comum Europeu; que vê o progresso fantástico da Rússia, da China e da Índia e não tem condições para se meter...Onde eles podem se meter é na divisão que existe aqui, tentando aprofundá-la para não nos unir.

Eu, que estou me afastando e não participo mais de reuniões ou de grupos, aceitei participar do Mercosul, como representante da Bancada brasileira e pretendendo, mensalmente, ir a essas reuniões para, com a minha dedicação, com o meu esforço e até com a minha sensibilidade, acalmar ânimos e ver se o Congresso consegue dar um passo adiante dos países.

Uma coisa é o Governo brasileiro, o Presidente da República, o Presidente do Chile; e outra coisa é o Congresso, que tem mais sentimento. E talvez até, no Congresso, se possa fazer um debate melhor e avançar mais do que quando o Executivo está uma hora aqui e outra ali; quando há reuniões. Como chegou o Presidente da Argentina? O Presidente da Argentina chegou em São Paulo muito chateado. Foi embora, voltou para a Argentina antes da sobremesa. Então, essa questão de humor é que decide como está o relacionamento.

Acho que o Congresso não pode nem deve legislar, nessa altura dos acontecimentos, mas pode avançar com grande capacidade e ser responsável pelo grande fato de termos iniciado a integração da América Latina. Vejo isso com grande alegria.

Felicitto o Governo brasileiro e o Congresso brasileiro. Felicitto o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, as Lideranças. Felicitto a Bancada do Brasil que ali esteve, Deputados e Senadores, num gesto bonito de integração, de abraço. Ali estavam o Senador Mercadante de um lado e os Líderes do PSDB, do PFL e do PMDB de outro lado, integrados. E mostramos uma atuação unida e coesa em torno daquilo que considero o grande futuro da América Latina, que hoje é o Mercosul, mas amanhã será o Mercado Comum Latino-Americano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Meu caro Presidente, creio, se não me engano, que isso não será motivo para problema nenhum.

Hoje seria o dia de a Bancada do Governo, da qual, infelizmente, V. Ex^a faz parte, apresentar os nomes para a CPI conhecida como do Apagão Aéreo. Li, entretanto, no jornal, que fará isso amanhã. Não vamos discutir porque a diferença é de 24 horas, mas queríamos ter a certeza de que o Presidente Renan Calheiros vai exigir amanhã – se não for S. Ex^a, poderá ser V. Ex^a – que esses nomes sejam entregues e que se possa instalar, ainda nesta semana, a CPI do Apagão Aéreo no Senado.

Não há por que temer o Governo. Vamos querer saber tudo! Não vamos poupar a Anac, nem a Infraero, nem a Aeronáutica, nem as companhias aéreas. Não! Nós queremos saber tudo! Isso não significa que tenhamos o interesse de ferir ou o Presidente da República ou o seu próprio Governo. O que nós queremos é concluir, com decência, com imparcialidade, essa CPI tão importante para o povo brasileiro.

Ora, o que se está fazendo na Câmara – pelo menos pelo que eu vi das convocações – é para não se chegar a coisa nenhuma. Eu vou dizer a V. Ex^a: no Senado, nós vamos chegar a conclusões sérias, imparciais, como eu disse, sem tentar ferir a autoridade do Presidente da República. Quem estiver realmente implicado nessas operações que o Tribunal de Contas tem e pode mostrar aos Parlamentares – e eu tenho pessoalmente muita coisa –, isso nós vamos querer saber.

Portanto, não há por que protelar. Essa idéia de que duas CPI fazem mal?! Só se houver um objetivo de não se fazer nada. Duas CPIs podem fazer muito melhor do que uma. Portanto, nós não vamos ficar atrelados a essas manchetes de jornais ou aos discursos aqui proferidos pelos representantes do Governo. Nós não temos nada contra, mas nós queremos a verdade. Eu e meu colega aqui, Senador Mário Couto, fazemos parte da CPI e queremos mostrar nos nossos Estados que fomos capazes. Não queremos trocar por benesses do Governo a nossa consciência. A nossa consciência está acima de tudo, está a serviço do povo brasileiro,

está a serviço daquelas 154 pessoas que morreram no desastre da Gol. Nossa consciência está com as pobres que ficaram no aeroporto esperando por horas e horas, está com os empresários, está com toda a sociedade brasileira.

O Presidente Renan Calheiros não deve ter receio de que nada aconteça fora dos trilhos da legalidade e da moralidade – não é só da legalidade, porque muitas vezes fazem coisas imorais com o manto da legalidade.

Sr. Presidente, conheço V. Ex^a e posso testemunhar isso. V. Ex^a sempre apoiou as boas causas e, independentemente de Partido, coloca-se a favor delas. Quero que V. Ex^a transmita ao Presidente Renan que amanhã não poderemos admitir a realização de sessão plenária, se não houver a leitura dos nomes indicados. Ou haverá a leitura dos nomes ou, a toda hora, eu pedirei a palavra para uma questão de ordem. E assim farão também os meus companheiros. Provavelmente, para tirar-nos daqui, apenas usando a segurança, o que será uma violência nunca vista no Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Levaremos ao Presidente Renan Calheiros as notas taquigráficas desta sessão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Mão Santa, concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, eu queria lembrar a todos que fazem esta Casa que é muito importante conhecermos a vida deste Congresso.

Um fato muito importante ocorrido nesta Casa foi a publicação do livro *Tempo de Transformação*, de autoria do Diretor-Geral, Agaciel da Silva Maia. Trata-se de um relato sintético da vida deste Congresso que todos devemos conhecer.

Quis Deus estar defronte de nós o Senador Antonio Carlos Magalhães. Em sua passagem pelo Senado, S. Ex^a plantou muito. Entre as publicações, há aquela alusiva aos melhores pronunciamentos do Congresso, em livro e CD. E aqui também está, acredito que inspirado pelo trabalho do Senador Antonio Carlos Magalhães, o nosso Agaciel da Silva Maia.

E por que estou aqui com o livro em mão? Porque vou prestar uma homenagem a Ramez Tebet no meu gabinete. Mande fazer um pôster de uma foto em que estamos o Senador Ramez Tebet, Adalgisa e eu numa festividade informal. Vou colocá-lo no meu gabinete.

Lá, Antonio Carlos Magalhães, ele será o terceiro homem. Um é Petrônio Portela: eu, muito jovem, sendo seduzido por ele a ingressar na política. O outro mostra Adalgisa e eu sendo abençoados pelo Papa que está no céu, João Paulo II. Agora, colocaremos Ramez Tebet.

Eu queria colocar uma frase que traduzisse a vida de Ramez Tebet e a busquei nesse livro. E quis Deus ter outra do lado da de Antonio Carlos Magalhães, que aqui está na história. Ele diz assim:

A paixão é combustível para a vida parlamentar, como podemos depreender desta assertiva do Presidente Antonio Carlos Magalhães ao discursar que 'política para mim é paixão. Por isso é que faço sempre com prazer e em tempo integral. Qualquer um que queira fazer política de verdade precisa exercê-la com paixão'.

Erasmo de Rotterdam tem seu livro *Elogio da Loucura*, da paixão, do entusiasmo. Escolhi a frase que colocarei em meu gabinete abaixo do retrato de Ramez Tebet. Convidarei a filha dele, prefeita e sua herdeira política, que virá, e a todos. São palavras do Senador Ramez que tirei do livro de Agaciel. Considerarei muito interessante. Ele afirmou – é a cara dele, sua vida e sintetiza tudo: “O Congresso Nacional não é a casa de radicalismo, de intolerância. O Congresso Nacional é a Casa da construção, dos grandes debates e do entendimento”.

Então, essas são suas palavras.

Quem leu esse livro sabe – e estou de posse dele, tenho-a em mão – da carta que Agaciel havia recebido do Senador e intelectual Paulo Duque, que, depois de ler, manda e termina assim: “Parabéns pelo livro. Merece ser lido pelos que amam o Brasil”.

Essas são as nossas palavras.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Heráclito Fortes, tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir permissão a V. Ex^a para fazer apenas um registro, e espero contar com o apoio do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O *blog* assinado pelo jornalista Ricardo Noblat traz uma matéria que diz que o PFL irá fechar questão com relação ao aborto. Quero crer, Sr. Presidente, que esteja havendo um curto-circuito nessa matéria, até porque, Senador Antonio Carlos, essa não é uma questão programática; é uma questão de consciência.

E, além do mais, quero deixar claro, e a bem da verdade, que o Ministro Temporão está propondo uma discussão e não se posicionando contra ou a favor. E isso é exatamente o que nós gostaríamos de trazer a esta Casa: um debate.

Nós somos de uma região onde a quantidade de pessoas vítimas de abortos de ponta de rua é muito grande. As pessoas abastadas resolvem problemas dessa natureza em clínicas chiques, em clínicas de luxo. As necessitadas, não; passam muitas vezes pelo vexame de ter de se entregar até mesmo a pessoas que não são habilitadas, do tipo parteiras, benzedeiras e coisa que o valha.

Daí por que essa é uma questão de preservação da vida, que precisa ser discutida. Não adianta perguntar, Senador Mão Santa, Senador Antonio Carlos Magalhães, qual a posição de V. Ex^as sobre a questão, porque isso é irrelevante. O importante é que essa discussão seja feita de maneira clara e responsável.

De acordo com informações que recebo, Senador Mário Couto, é que o simples fato de esse assunto ter vindo à tona já está fazendo com que se diminua a incidência de abortos criminosos praticados em várias regiões do Brasil. É preciso que a Polícia Federal, que se tem notabilizado por invasões em vários estabelecimentos da República, comece também a investigar essas casas que proliferam nas grandes e pequenas cidades do Brasil.

Está aí o motivo pelo qual me estranha essa matéria. E espero, Senador Antonio Carlos, que haja um equívoco com relação a esse fechamento de questão. Espero que esse debate seja feito, que possamos discuti-lo de maneira equilibrada e, acima de tudo, efetiva, para que se possa fazer dele um instrumento de vida, e não o que muitos tentam dizer. O nosso objetivo é lutar pela vida, pela qualidade de vida, e não o contrário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tenho a honra de conceder a palavra ao eminente Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Mão Santa, não era minha intenção vir hoje a esta tribuna. Estava preparando, como sempre faço, Senador Antonio Carlos Magalhães, o meu pronunciamento para quinta-feira, mas, diante da questão de ordem de V. Ex^a, diante do pronunciamento do Senador Heráclito Fortes, do Piauí – e estava em meu gabinete escutando S. Ex^a que fazia um comentário sobre o Governo do Piauí –, tudo isso me motivou a subir a esta tribuna.

Primeiramente, Senador Antonio Carlos, parabéns V. Ex^a pela eterna preocupação com a demo-

cracia neste País. Conheço V. Ex^a de muitas lutas pela democracia neste País. Aprendi a admirá-lo por isso. V. Ex^a, mais uma vez, mostra ao povo brasileiro a sua preocupação com a democracia neste País.

Precisamos deixar bem clara a nossa preocupação, Senador, quando se pensa hoje na relação entre os Poderes. Veja só, Senador – e é para se preocupar mesmo – estou aqui há quatro meses. Que matéria o Senador Mário Couto já votou? Que projeto de lei em benefício da sociedade o Senador Mário Couto já votou?

Vejo o esforço de V. Ex^a na Comissão que preside. Quantas proposições para reforçar, para tornar mais sérias, mais rígidas as leis sobre segurança temos nesta Casa? Mais de cem. Quantas já foram votadas? Quantas já foram votadas? Sabe por que, Senador? Porque as medidas provisórias estão aí a trancar a pauta.

O Presidente Lula bateu o recorde, na história do Brasil, de edição de medidas provisórias. No seu mandato passado, 240 medidas provisórias vieram para o Congresso. Só agora, neste curto período de tempo, já foram 24. Isso é muito sério, Senador. Isso é a democracia sendo abalada. Estamos com as nossas mãos atadas, amarradas. A nossa autonomia está indo embora. A autonomia do Poder Legislativo está indo embora.

E agora estão a reclamar porque o Senado quer apurar um fato que criou constrangimento para toda a sociedade brasileira. E vejo V. Ex^a extremamente preocupado. É lógico; é um direito, um direito da minoria que não pode ser abalado e que, há muito tempo, vem sendo abalado.

O que devemos fazer, Presidente Mão Santa, diante desses atos? Quero externar um sentimento aqui, Sr. Presidente: acho que isso é proposital. Quando a sociedade brasileira cobra ação deste Poder, da Câmara Federal e do Senado Federal, eis que surgem uma enxurrada de medidas provisórias impedindo a concretização daquilo que a sociedade deseja, que são leis que venham a protegê-la.

E vejo o Senador Antonio Carlos Magalhães, aqui, cobrar com toda a determinação uma postura desta Casa. E não tenho dúvida alguma de que o Presidente desta Casa a tomará amanhã, para que a sociedade sinta que ainda existe democracia neste País e que ela deve ser preservada custe o que custar. Mas o que estamos sentindo nesses últimos anos é que o Governo Lula propositalmente tenta tirar do Poder Legislativo a sua plenitude; tenta tirar do Poder Legislativo a sua função de proteção à sociedade, dos seus direitos de fazer leis.

Quantas leis fizemos, tanto na Câmara como no Senado? Sinceramente, fico decepcionado, porque fui Presidente da Assembléia Legislativa do meu Estado, onde a imprensa criticava quando, semanalmente, votavam-se 20, 24, 26 projetos de lei. E a imprensa ainda criticava quando se discutiam aqueles projetos, achando pouco. E, quando venho para esta Casa, o que faço Senador? Que decepção quando comparo o trabalho que eu fazia na Assembléia Legislativa com o trabalho aqui no Senado Federal! Fico a pensar e a meditar na minha casa: meu Deus do céu, o que a sociedade não pensa hoje? Aliás, colocando a culpa nos Senadores e Deputados, quando a culpa não é nossa. Sim; nós temos que tomar alguma providência.

Quero parabenizar o Líder Arthur Virgílio, o Líder do meu Partido, pela posição que tomou. Tenho certeza de que, conjuntamente com o Líder do DEM, ou nós tomamos uma medida mais enérgica, ou, então, foi-se a democracia, o Poder Legislativo! E aí corremos um risco muito grande que pode se acentuar cada vez mais.

Ouçó, com muita honra, V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Senador Mário Couto, como bendigo o seu Pará de lhe ter enviado a esta Casa para fazer coro com aqueles que querem a decência e a liberdade! Como bendigo as vezes que V. Ex^a vai à tribuna, sempre com assuntos sérios, demonstrando a sua capacidade e, mais, o quanto V. Ex^a ainda será útil a este Congresso. Estamos vivendo, é verdade, uma fase de trevas, mas a esperança é a aurora que desponta na noite de tempestade. E a esperança é que, com V. Ex^a e outros companheiros nossos – temos aqui o Senador Heráclito Fortes, o Senador Mão Santa e tantos outros –, vamos dominar este Senado pela verdade, pela coragem e, sobretudo, pelo espírito público. Nada temos contra o Presidente da República, mas a enxurrada de medidas provisórias que Sua Excelência envia tem um objetivo principal: desmoralizar o Congresso Brasileiro. Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É verdade, Senador. Isso já me parece proposital, para que esta Casa seja desmoralizada.

Quero aqui, mais uma vez, parabenizar V. Ex^a por cobrar. Vamos fazer, sim, nesta Casa, a CPI do Apagão Aéreo, Senador Antonio Carlos Magalhães, e vamos fazê-la com seriedade, com dignidade. É isso que o povo brasileiro quer. Quantas pessoas sofreram? A quem cabe essa irresponsabilidade, Senador Antonio Carlos Magalhães? O povo brasileiro quer saber. Quer saber com seriedade, com dignidade. E é isso que vamos fazer. É isso que nós vamos fazer juntos: vamos mostrar à sociedade que ainda existem políticos

sérios, que estão aqui como legítimos representantes desta sociedade, e ela espera isso de nós. V. Ex^a tem demonstrado, ao longo da sua vida, a sua dignidade, a sua seriedade. Por isso, Senador, aprendi a admirá-lo, e estou aqui para compartilhar com V. Ex^a tudo que for benéfico ao povo do nosso querido Brasil.

Todavia, quando se deixa de votar, Senador, quando se deixa de fazer medidas sérias para o combate, por exemplo, à violência, tema com que V. Ex^a tem se preocupado tanto... Recentemente, em um dos maiores debates que vi na minha vida, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que V. Ex^a muito bem preside, sobre a maioria penal, houve uma discussão ampla e democrática. Quando é que esse projeto será votado? E a sociedade espera isso! V. Ex^a deu a sua contribuição; V. Ex^a cumpriu o seu dever com a maior brevidade, com a maior seriedade, com o maior interesse. Quando esta Casa vai votar? Quando a Câmara vai votar? E toma-lhe medida provisória! Toma-lhe medida provisória! Recorde, é recorde. E, muitas vezes, Senador, o que dói mais – olhe como é proposital –, muitas vezes – essa é a colocação correta –, elas são desnecessárias. Isso é que me leva a crer, isso é que me leva a ter quase certeza de que é proposital esse ato de encaminhamento de tantas medidas provisórias para o Congresso. E a sociedade esperando medidas mais fortes com relação à violência.

Eu ouvia o Senador Mão Santa e o Senador Heráclito, preocupados com o Estado do Piauí, pedindo atitudes, pedindo providências e ações ao Governador – e já se passaram cem dias do PAC. Lá no meu Estado, Senador Heráclito Fortes, chegamos ao limite da paciência. A Governadora do meu Estado, ex-Senadora Ana Júlia Carepa, fez da sua bandeira de campanha o combate à violência no Estado do Pará. Em todos os comícios em que a Senadora subia ao palanque, a sua bandeira primeira era: “Vou acabar com a violência no Estado do Pará! E vou acabar logo que assumir! Não vai demorar! Isso vai acabar neste Estado!” Nós sabemos que não é por aí. Nós sabemos que não se acaba de uma vez. Pode-se até amenizar, e eu esperava que ela viesse amenizar, mas até agora nada, absolutamente nada. Nem aquilo que se chama “pente fino”, que é colocar a polícia nas ruas, nos bairros, fazendo uma espécie de arrastão, procurando identidades, nem isso. Isso se chama “pente fino” no Norte. Nem isso a Governadora vem fazendo. E os mais bárbaros crimes estão sendo cometidos na minha terra.

Olhem só! Véspera da decisão do campeonato paraense de futebol. Olhe o que aconteceu, Senador Antonio Carlos Magalhães. Vou dar dois exemplos para mostrar a V. Ex^a o limite de paciência a que o

povo paraense chegou. O jogador, considerado um dos melhores, foi ao diretor do clube que ia disputar a final do campeonato e disse: “Eu não vou a campo. Vou retornar à minha cidade de origem”. Pergunta o presidente do clube: “Por quê? Você é muito importante nessa decisão. Você é fundamental na decisão do campeonato paraense”. Resposta: “A minha família foi assaltada e não tenho condições psicológicas de jogar futebol”. Olhe o ponto a que se chegou.

Entre os casos envolvendo jovens, uma menina de 11 anos de idade, depois de ser usada, foi morta com choque elétrico, por um casal. Morta com choques elétricos depois de ser usada. Onze anos! Há assassinatos em série de menores. Três jovens já foram assassinatos no mesmo local: dois de 14 anos e um de 15. No mesmo local! Pistoleiro é muito barato. Um pistoleiro, na cidade de Belém, no Estado do Pará, custa muito barato. Assassinaram agora dois irmãos de uma vez – dois empresários, jovens ainda, cerca de 34 anos, da família Novelino, altamente conceituada e conhecida em Belém. Mataram-nos, colocaram peso com uma corrente e jogaram-nos na Baía do Guajará, que fica em frente à capital. Sabe quanto custou o pistoleiro, conforme declarou o mandante? R\$15 mil. R\$15 mil para se cometer um crime bárbaro.

Estou apenas citando alguns exemplos ocorridos recentemente. Onde se vai chega? Onde se quer chegar? E a Governadora do meu Estado, que disse publicamente, várias vezes, que ia acabar com a violência no Estado do Pará, não toma sequer uma providência!

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho falado muito sobre esse assunto desta tribuna – e vou continuar falando. Espero que nossa Governadora, a Governadora do Estado do Pará, tome alguma providência a respeito. Que ela cumpra o que prometeu ao povo do Pará. Que ela faça! Ainda não faz nem seis meses; são apenas quatro, cinco meses. Mas por que ela não toma uma providência capaz de conter o ímpeto da violência no Estado do Pará?

Sei que não é só no Pará, Presidente Mão Santa; sei que não é. Sei que a violência é nacional; sei que esse problema aflige todas as cidades brasileiras. Trinta e oito por cento da população brasileira acha que suas cidades são superviolentas. Mas o Pará atingiu o limite. No meu Estado, a população não consegue mais suportar tanta violência. No Estado do Pará, Senador Mão Santa, para V. Ex^a ter uma idéia, tem de se perguntar: “Quem ainda não foi assaltado?”

Técnicos da TV Senado foram à capital paraense fazer um trabalho. Que decepção! Tenho vergonha; sinto vergonha, Governadora Ana Júlia Carepa! Estou

envergonhado, Governadora! Como é que se pede aos técnicos da TV Senado para irem à capital paraense fazer um trabalho, e eles são assaltados, impedidos de fazer seu trabalho, Governadora? Que vergonha! Vejam a que ponto chegamos! E o Pará, diz o jornal *O Liberal*, “é campeão de produção, na América Latina, de maconha”.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Governadora Ana Júlia Carepa, V. Ex^a prometeu ao povo do Estado do Pará; V. Ex^a disse abertamente na campanha, várias e várias vezes, que era amiga do Presidente Lula e que, sendo amiga do Presidente Lula, o Pará poderia ficar tranquilo, porque reinaria a paz novamente na sociedade paraense. Governadora, faça isso agora!

No ano passado, apenas R\$2 milhões foram transferidos para o Pará. Repito: apenas R\$2 milhões para a segurança pública.

Governadora, vá ao Presidente Lula; faça uma ação responsável, mostre que V. Ex^a tem palavra, mostre por que assumiu o Governo do Estado do Pará. Já é tempo, sim, Governadora, de tomar alguma providência, alguma atitude. Não envergonhe o Pará em nível nacional, Governadora! Estamos envergonhados. Não envergonhe o Pará, Governadora!

Meu caro Senador Antonio Carlos Magalhães, desço desta tribuna, nesta tarde, mais uma vez, muito feliz com V. Ex^a pela sua cobrança, pela sua atitude, pela sua dignidade, por V. Ex^a sempre mostrar ao povo baiano que é um homem responsável e que respeita e ama muito este País.

Parabéns por tudo que V. Ex^a é.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Leomar Quintanilha, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Emocionados, lamentamos V. Ex^a ter usado a tribuna por apenas 23 minutos. Gostaríamos de ouvi-lo mais.

Senador Antonio Carlos Magalhães, Deus me colocou aqui, na Presidência, e eu gostaria de levar a V. Ex^a o sentimento do povo do Brasil. Padre Antônio Vieira disse que o exemplo arrasta, que a palavra sem exemplo é como tiro sem bala. V. Ex^a dá esse exemplo. Mas eu não me limitaria ao Padre Antônio Vieira, não; eu citaria a própria Bíblia, que diz que Deus dá longa vida, longevidade àqueles de quem gosta, protege-os e permite que, em todos os dias da longa vida, a pessoa exerça, com grandeza, sua atividade profissional. Daí a explicação para a recuperação de V. Ex^a, que é divina.

Fico com nosso Gonçalves Dias, traduzindo a grandeza que V. Ex^a representa. O poeta disse:

Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida é luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar.

É V. Ex^a esse forte e bravo, que está aí, que defende o Parlamento e a democracia.

Deus me permitiu, neste momento, estar na Presidência, para lembrar duas importantes datas: 12 de maio e 13 de maio. O 12 de maio, Senador Heráclito Fortes, é o Dia da Enfermeira. Não se lembra dela nos momentos de felicidade, de alegria e de glória; só nos momentos de infortúnio, de infelicidade, de desgraça e de doença. E ela surge. Infelizes somos nós se não buscarmos Florence Nightingale, enfermeira inglesa. Ana Nery mesmo, orgulho do Brasil. Aqui, Heloísa Helena; aqui e lá, na sua universidade, na condição de enfermeira e mestra, servindo à Pátria. A ela e a todas as enfermeiras, a nossa homenagem.

Não poderíamos deixar de lembrar o 13 de maio. Neste País, o Ministro da Cultura, de cor negra, perdeu a grande oportunidade de comemorar, com júbilo, essa raça, que fez a grandeza do nosso País. Perdeu Gilberto Gil a grande oportunidade de fazer uma grande festa, ressaltando o compromisso que temos com a raça negra, com o navio negreiro, de Castro Alves; com José do Patrocínio, com Joaquim Nabuco, Senador cuja voz oposicionista foi solitária.

Senador Antonio Carlos Magalhães, tem de homenagear, justamente, José da Silva Paranhos, Senador que, em 1871, fez a Lei do Ventre Livre; o baiano Rui Barbosa, que, em 1885, fez a Lei Sexagenária; também uma mulher, Harriet Beecher Stowe, escritora inglesa que, com o romance a Cabana do Pai de Tomás, inspirou Abraham Lincoln a libertar os escravos nos Estados Unidos; e a Princesa Isabel, que mostrou a fortaleza e a grandeza da mulher ao elaborar a lei que libertou os escravos. Foi um dia em que se jogaram flores no Senado.

Essa história traduz a magnitude que o Senado representa para este País, hoje simbolizado pela coragem, pela fibra e pela força de Antonio Carlos Magalhães, que nos dá exemplo de trabalho e de amor à Pátria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 57/2007, de 2 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 142, de 2007, do Senador Cícero Lucena;
- Nº 62/2007, de 2 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 88, de 2007, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 63/2007, de 30 de abril último, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 25, de 2007, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 65/2007, de 2 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 89, de 2007, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 164/2007, de 3 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 95, de 2007, do Senador Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO

- Nº 548/2007, de 3 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 112, de 2007, do Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

- Nº 357/2007, de 28 de março último, encaminhando cópia do Acórdão nº 470/2007 – TCU

– Plenário, referente ao Requerimento nº 604, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Nº 136/2007/PS-GSE

Brasília, 9 de maio de 2007

Assunto: comunica envio de PLS à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 5.887, de 2005, do Senado Federal (PLS nº 193/2004), a qual “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional o acesso da BR-293 a fronteira do Brasil com o Uruguai, no Município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul.”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O ofício, juntado ao processado do **Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004**, vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Nº 137/2007/PS-GSE

Brasília, 9 de maio de 2007

Assunto: comunica envio de PLS à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 6.207, de 2005, do Senado Federal (PLS nº 226/2004), o qual “Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia.”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**
Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O ofício, juntado ao processado do **Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2004**, vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2007

Excelentíssimo Senhor Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Prezado Presidente Renan Calheiros:

Permita-me Vossa Excelência manifestar, respeitosamente, em nome da Academia Brasileira de Letras, veemente rejeição ao Projeto de Lei do nobre Senador Marcelo Crivella que propõe a inclusão dos credos religiosos entre os beneficiários da Lei Rouanet.

Faço-o em cumprimento a decisão unânime do plenário da Casa de Machado de Assis, aprovada na sessão ordinária do dia 19 do mês em curso, de que participou, cumpre destacar, o autor do texto legal que leva seu nome, o acadêmico Sérgio Paulo Rouanet.

Entende a Academia que a proposta desvirtua os propósitos que regem a citada lei, configuradora de objetivos precisos e claros no âmbito cultural e não deve

apresentar-se aos olhos atentos do País com coloração religiosa. Cumpre que permaneça fiel ao espírito com que foi concebida.

Com alta admiração e apreço, cordialmente, **Marcos Vinícios Vilaça**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O expediente, juntado ao processado do **Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2005**, vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 47, de 1993; 151, de 1999; 481, 491 e 516, de 2006; 10, 17, 38, 39, 40, 41, 42 e 48, de 2007**.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

Mensagem nº 40

Brasília, 04 de maio de 2007.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3112

RELATOR: Ministro RICARDO LEWANDOWSKI

REQUERENTES: Partido Trabalhista Brasileiro – PTB
Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL

Partido Democrático Trabalhista – PDT

ANPCA – Associação Nacional dos Proprietários e Comerciantes de Armas

Confederação Nacional dos Vigilantes, Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância e Transportes de Valores e dos Cursos de Formação e Especialização de Vigilantes, Prestação de Serviços Similares e seus anexos e afins – CNTV – PS

Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF

REQUERIDOS: Confederação Nacional do Comércio

Presidente da República

Congresso Nacional

INTERESSADOS: Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança – ABIMDE

Associação Nacional dos Procuradores de Estado – ANAPE

Confederação Brasileira de Tiro Prático – CBTP e outros

Federação Gaúcha de Tiro Prático – FGTP

Associação Gaúcha de Colecionadores de Armas – AGCA

Federação Gaúcha de Caça e Tiro – FGCT

Conectas Direitos Humanos

Instituto Sou da Paz

Viva Rio

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 2 de maio de 2007, por unanimidade, rejeitou as alegações de inconstitucionalidade formal, nos termos do voto do Relator, e, por maioria, julgou procedente, em parte, a ação para declarar a inconstitucionalidade dos parágrafos únicos dos artigos 14 e 15 e do artigo 21 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, nos termos do voto do Relator, vencidos parcialmente os Senhores Ministros Carlos Britto, Gilmar Mendes e Sepúlveda Pertence, que julgavam improcedente a ação quanto aos parágrafos únicos dos artigos 14 e 15, e o Senhor Ministro Marco Aurélio, que a julgava improcedente quanto ao parágrafo único do artigo 15 e, em relação ao artigo 21, apenas quanto à referência ao artigo 16. O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente a ação relativamente ao artigo 2º, inciso X; ao artigo 12; ao artigo 23, §§ 1º, 2º e 3º; ao artigo 25, parágrafo único; ao artigo 28 e ao parágrafo único do artigo 32; e declarou o prejuízo quanto ao artigo 35.

Atenciosamente,



Ministra Ellen Gracie
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O expediente, juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 292, de 1999, vai à publicação.

O projeto vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 483

Brasília, 8 de maio de 2007

Senhor Presidente,

Em atenção ao pedido formulado pelo Procurador da República Pedro Antonio de Oliveira Macha-

do, no Ofício nº 202/2007-PR/DF/PM, de 3 de maio de 2007 (cópia anexa), encaminho a Vossa Excelência cópia da petição inicial das Ações Cíveis Públicas nº 2007.34.00.009984-4 (7ª Vara Federal/DF) e nº 2007.34.00.010443-1 (6ª Vara Federal/DF), bem como cópia da denúncia da Representação Criminal nº 2007.34.00.011831-0 (10ª Vara Federal/DF), para conhecimento e a divulgação pertinente.

Atenciosamente, – **Antonio Fernando Barros e Silva de Souza**, Procurador-Geral da República.

Ofício nº 202/2007-PR/DF/PM**Brasília, 03 de maio de 2007.**

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR
ANTÔNIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA
DD. PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
BRASÍLIA/DF

Procedimento Administrativo nº 1.16.000.001774/2005-55

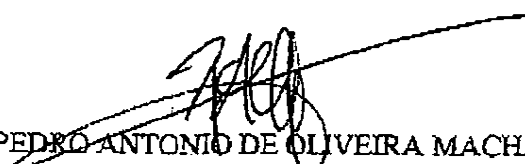
Ref: DR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO, PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, ENCAMINHA CÓPIAS DE DOCUMENTOS QUE COMPROVARIAM, EM TESE, A OCORRÊNCIA DE FRAUDE E CONLUÍO NOS CERTAMES LICITATÓRIOS DA REDE POSTAL NOTURNA, ATRIBUÍDOS À EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - EBCT, PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

Exmo. Senhor Procurador-Geral,

Pelo presente solicito a Vossa Excelência, nos termos do artigo 8º, § 4º, da Lei Complementar nº 75/93 e, tendo em vista os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.001/2000, o encarninhamento, ao Exmo. Presidente do Congresso Nacional, cópias da petição inicial das Ações Cíveis Públicas propostas pelo Ministério Público Federal – processos números 2007.34.00.009984-4 – 7ª Vara Federal do DF e 2007.34.00.010443-1 – 6ª Vara Federal do DF, bem como denúncia criminal – processo nº 2007.34.00.011831-0 – 10ª Vara Federal do DF, **requisitando-se-lhe** sejam adotadas as providências no sentido de que todos os membros da **COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO “DOS CORREIOS”**, que teve como Presidente o então Senador DELCÍDIO AMARAL, Vice-Presidente: Deputado ASDRUBAL BENTES, Relator: Deputado OSMAR SERRAGLIO, sejam cientificados do teor de tal documentação.

Destaca-se que há outras medidas judiciais em fase de preparação e que ulteriormente serão implementadas, com o oportuno envio de cópias, nos moldes deste expediente, relativamente aos fatos apurados pela mencionada Comissão Parlamentar de Inquérito.

Atenciosamente,


PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA MACHADO
Procurador da República

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– O expediente que acaba de ser lido, juntado ao processado do Requerimento nº 3, de 2005-CN (CPMI dos Correios), vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 370, de 2007**, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para o fim que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 370

Publicação no DO	11-5-2007
Emendas	Até 17-5-2007 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	11-5-2007 a 24-5-2007 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	24-5-2007
Prazo na CD	De 25-5-2007 a 7-6-2007 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	7-6-2007
Prazo no SF	8-6-2007 a 21-6-2007 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	21-6-2007
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	22-6-2007 a 24-6-2007 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	25-6-2007 (46º dia)
Prazo final no Congresso	9-7-2007 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– O Senhor Presidente da República adotou, em 10 de maio de 2007, e publicou no dia 11 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 371, de 2007**, que “acresce parágrafo ao art. 6º da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal”.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002 – CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares Suplentes

PMDB

Valdir Raupp	1. Gilvam Borges
Wellington Salgado de Oliveira	2. Leomar Quintanilha
Valter Pereira	3. Neuto de Conto

PFL

José Agripino	1. Raimundo Colombo
Kátia Abreu	2. Edison Lobão
Jayme Campos	3. Romeu Tuma

PSDB

Arthur Virgílio	1. Cícero Lucena
Sérgio Guerra	2. Marisa Serrano

PT

Ideli Salvatti	1. Fátima Cleide
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns

PTB

Epitácio Cafeteira	1. Sérgio Zambiasi
--------------------	--------------------

PDT

Jefferson Péres	1. Osmar Dias
-----------------	---------------

PRB*

Marcelo Crivella	1.
------------------	----

DEPUTADOS

Titulares Suplentes

Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique Eduardo Alves	1.
Luiz Sérgio	2.
Mário Negromonte	3.
Luciano Castro	4.
Jovair Arantes	5.
Hugo Leal	6.

Bloco (PSDB/PFL/PPS)

Fernando Coruja	1. Arnaldo Jardim
Antonio Carlos Pannunzio	2. Arnaldo Madeira
Leonardo Vilela	3. Carlos Brandão
Onyx Lorenzoni	4. Antonio Carlos Magalhães Neto

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Márcio França
Miro Teixeira

1. Marcondes Gadelha
2. Ademir Camilo

PSOL*

Chico Alentar

1.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **11-5-2007**
- Designação da Comissão: **14-5-2007** (SF)
- Instalação da Comissão: **15-5-2007**
- Emendas: **até 17-5-2007** (7º dia da publicação)

- Prazo final na Comissão: **11-5-2007 a 24-5-2007** (14º dia)
 - Remessa do processo à CD: **24-5-2007**
 - Prazo na CD: de **25-5-2007 a 7-6-2007** (15º ao 28º dia)
 - Recebimento previsto no SF: **7-6-2007**
 - Prazo no SF: de **8-6-2007 a 21-6-2007** (42º dia)
 - Se modificado, devolução à CD: **21-6-2007**
 - Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **22-6-2007 a 24-6-2007** (43º ao 45º dia)
 - Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **25-6-2007** (46º dia)
 - Prazo final no Congresso: **9-7-2007** (60 dias)
- O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)
- Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 507, DE 2007

Nos termos do art. 279, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requero audiência da Comissão de Assuntos Sociais para que se pronuncie sobre o Projeto de Lei da Câmara Nº 89 de 2006, que “revoga o Decreto-Lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945, e o Decreto-lei nº 7.776, de 25 de julho de 1945. (Revoga Decretos-Leis que regula os casos de invalidez e de incapacidade física para as forças armadas, e dispõe sobre organização de Comissão criada para esse fim)”, de autoria do Executivo.

JUSTIFICATIVA

Apesar da Comissão de Relações Exteriores já ter se pronunciado sobre a matéria e declarado sua constitucionalidade e juridicidade, acreditamos que é importante ter o parecer da Comissão de Assuntos Sociais por ser a Comissão responsável por analisar, segundo o Art. 100, inciso I do Regimento Interno, questões relativas a relações de trabalho.

Há algumas controvérsias sobre a revogação destes diplomas legais, pois não está dispondo sobre a figura da readaptação, desta forma todo militar será aposentado por invalidez, caso não possa mais desempenhar suas funções laborais. Esta questão está levantando a possibilidade de onerar o sistema previdenciário, pois não possibilitará o aproveitamento desta mão de obra capaz de ser absorvida pela própria instituição militar, necessitando apenas a manutenção da figura da readaptação funcional.

Posto isto, acredito ser salutar maior análise sobre o processo, a fim de que todos os questionamentos sejam dirimidos e possamos aprovar o projeto de forma totalmente clara.

Sala das Sessões, 14 de março de 2007.

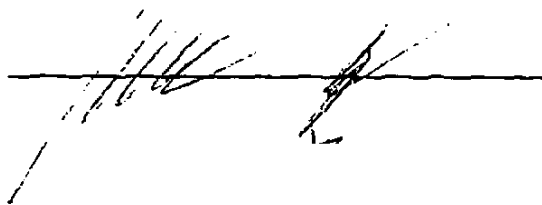

Senadora SÉRY S LHESSARENKO

REQUERIMENTO Nº 508, DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 193, de 2007 que, “Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição de concursos públicos da Administração Federal e de exames vestibulares das instituições federais de educação superior aos jurados do Tribunal do Júri e aos eleitores nomeados para compor as Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 14 de março de 2007.

Senador

A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, overlapping strokes, is written over a horizontal line.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 2007

Dá nova redação ao art. 708 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 2003 (Código de Processo Civil), para alterar a ordem dos mecanismos de satisfação do credor.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 708 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 708.**

I – pela adjudicação dos bens penhorados;

II – pela entrega de dinheiro;

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

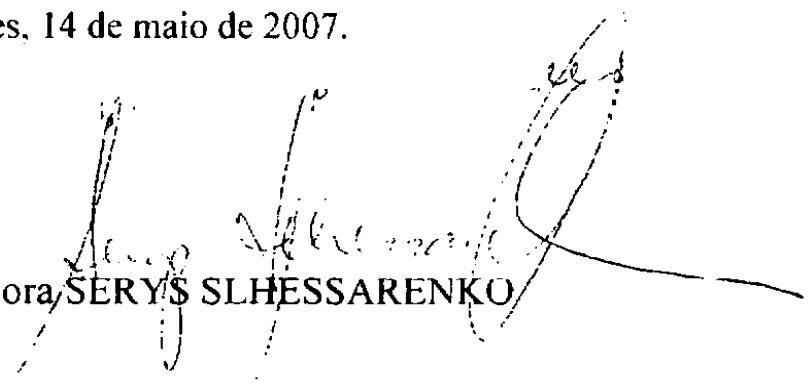
JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 11.382, de 6 de dezembro de 2006, alterou significativamente o processo de execução civil. Entre outras importantes inovações, inverteu o procedimento de satisfação do credor para fazer constar, como forma preferencial de remissão de dívidas, a adjudicação do bem penhorado (art. 685-A do Código de Processo Civil – CPC), em lugar do pagamento feito a partir da alienação de bem gravado com ônus processual.

Avanços como esse certamente serão aperfeiçoados em âmbito jurisprudencial. Não obstante, não podemos recusar a importância da tarefa do legislador de conferir coerência e unidade sistêmica ao direito positivo. É precisamente esse o objetivo da proposta que ora submetemos à apreciação dos nobres Pares, destinada a, singelamente, comutar as posições dos incisos I (entrega do dinheiro) e II (adjudicação dos bens penhorados) do art. 708 do CPC.

Em vista do exposto, e destacando a necessidade de aprimoramento do ordenamento jurídico, contamos com o necessário apoio para a rápida aprovação da medida alvitrada.

Sala das Sessões, 14 de maio de 2007.



Senadora SERYS SLHESSARENKO

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

Institui o Código de Processo Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**LIVRO I
DO PROCESSO DE CONHECIMENTO**

**TÍTULO I
DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO**

**CAPÍTULO I
DA JURISDIÇÃO**

Art. 1º

Seção II
Do Pagamento ao Credor
Subseção I
Das Disposições Gerais

Art. 708. O pagamento ao credor far-se-á:

- I - pela entrega do dinheiro;
- II - pela adjudicação dos bens penhorados;
- III - pelo usufruto de bem imóvel ou de empresa.

Subseção II
Da Entrega do Dinheiro

Art. 709.

LEI Nº 11.382, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2006.

Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos ao processo de execução e a outros assuntos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º

Da Adjudicação

Art. 685-A. É lícito ao exequente, oferecendo preço não inferior ao da avaliação, requerer lhe sejam adjudicados os bens penhorados.

§ 1º Se o valor do crédito for inferior ao dos bens, o adjudicante depositará de imediato a diferença, ficando esta à disposição do executado; se superior, a execução prosseguirá pelo saldo remanescente.

§ 2º Idêntico direito pode ser exercido pelo credor com garantia real, pelos credores concorrentes que hajam penhorado o mesmo bem, pelo cônjuge, pelos descendentes ou ascendentes do executado.

§ 3º Havendo mais de um pretendente, proceder-se-á entre eles à licitação; em igualdade de oferta, terá preferência o cônjuge, descendente ou ascendente, nessa ordem.

§ 4º No caso de penhora de quota, procedida por exequente alheio à sociedade, esta será intimada, assegurando preferência aos sócios.

§ 5º Decididas eventuais questões, o juiz mandará lavrar o auto de adjudicação.

Art. 685-B.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Os Srs. Senadores Romero Jucá, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Marconi Perillo, Cícero Lucena e Mário Couto enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo mandato do Governo Lula está efetivamente marcado pelo desafio da construção de um mercado consumidor constituído pela população geral, representando inclusão social e auto-sustentação econômico-financeira.

Para isto, o Governo Federal desenvolve programas estabelecendo planos e mapas estratégicos em todas as Pastas do Poder Executivo. E sua nova equipe ministerial, seguramente, dará continuidade, ampliação e consolidação dos processos em evolução.

A meta é realizar *desenvolvimento* a partir da auto-sustentação e preservação do meio-ambiente, do aprimoramento da Democracia e do aprofundamento da justiça social.

Como ferramenta necessária para formatação deste modelo brasileiro temos de ir além do desenvolvimento econômico, que expressa o *bem material* de uma nação. Temos de alcançar o desenvolvimento cultural, que é aquele que define a *qualidade* de vida dos brasileiros, a qual, junto ao *crescimento material de emprego e renda*, encontra-se entre os principais indicadores de *bem-estar real* da população.

A compreensão da cultura como direito de cidadania, direito de todos e também como uma economia poderosa, geradora de ocupação e renda impulsionou o segundo mandato do Governo Lula, a estabelecer que o “Brasil demanda políticas públicas que, ao mesmo tempo, promovam o desenvolvimento cultural geral da sociedade, contribuam para a inclusão social e para a geração de ocupação e renda e afirmem a nossa singularidade diante das demais culturas do mundo” – conclusão publicada no documento *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil*, do Ministério da Cultura.

Sr. Presidente, a avaliação que se faz do primeiro mandato do Presidente Lula, é que o foi dada uma especial atenção ao Ministério da Cultura. Isto não se pode negar.

Na gestão do Ministro Gilberto Gil deflagrou-se um processo de definição de paradigmas e políticas, referentes à grandeza cultural do Brasil; questões centrais da cultura foram colocadas na *agenda* do Estado.

No segundo mandato, continuando sob a gestão do Ministro Gil, o Governo pretende consolidar a democratização do acesso aos meios de produção, aos veículos de difusão e às condições de fruição da cultura, porque cada vez mais, a cultura se torna eficiente e poderosa na redução das desigualdades e na universalização de conquistas de qualidade de vida, além de permitir aos brasileiros que suas capacidades cognitivas de criatividade, assim como o espírito crítico, também se desenvolvam.

O Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil do Ministério da Cultura define muito bem a questão da política pública de cultura, conjugando-a com as demais políticas governamentais, para sintonizá-las num novo projeto de crescimento; o acesso universal aos bens culturais, à memória e ao patrimônio artístico e histórico é o objetivo dessa política.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil é riquíssimo em miscigenação e sua diversidade cultural reflete as influências de muitos povos, desde o seu descobrimento. O que já é possível sentir, Senhor Presidente, é que, atualmente, o Ministério da Cultura já demonstra a expressão do caráter plural da nossa cultura, afirmando a necessidade de políticas públicas para o Estado e de impulso de redes sociais de produção, difusão e receptividade cultural para, finalmente, traduzir o seu perfil democrático e dinâmico.

O Ministério tem inovado e assumido atividades culturais também como atividades econômicas. A partir de 2007 corrente, passa a vigorar um programa de *economia da cultura*, no Plano Plurianual do Governo, com metas e indicadores para realizar avaliações de eficácia.

O Governo Lula está trabalhando para agregar ao sistema de contas do Brasil a *conta satélite da cultura*, para medir o impacto econômico das atividades culturais, pois a alta qualidade de nossa produção cultural confirma a criatividade e a energia do nosso povo

para fazer dessa economia um dos maiores vetores de desenvolvimento.

Na atualidade, a cultura já responde por 5% dos empregos formais no país (dados do IPEA) e por 5% do PIB nacional (dados do documento Mercosul Cultural/2004)".

O documento do Ministério da Cultura esclarece também que será aprofundada a nossa política de inserção internacional independente, identificando como parceiros culturais, por exemplo, o Mercosul, a América Latina, a África, os Países da Comunidade de Língua Portuguesa, a Comunidade Árabe, a África do Sul, a Rússia, a Índia e a China, preferencialmente.

Não serão descartados parcerias com os países da Comunidade Européia, os Estados Unidos da América e o Japão, que são centros hegemônicos culturais contemporâneos; porém, serão definidos com os seus governos, os termos de interesses da nossa soberania nacional, que permitam aos trânsitos e comércios, a auto afirmação da nossa diversidade cultural.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cito aqui as palavras do Presidente Lula, quando disse que é nova a visão que o Brasil tem hoje da cultura: "Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas, como base da construção e da preservação de nossa identidade, como espaço para a conquista plena da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social – tanto pelo fortalecimento da auto-estima de nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país. Ou seja, encaramos a cultura em todas as suas dimensões, da simbólica à econômica".

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado, "Tática, não desespero", publicado no jornal **O Estado de S.Paulo** de 18 de abril do corrente.

O artigo do Líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), é uma resposta ao artigo escrito pelo historiador Marco Antonio Villa, publicado na sessão "Tendências e Debates", em 9 de abril deste ano, no mesmo jornal. Em sua resposta meu colega sustenta que o professor Villa se "equivoca" ao afirmar que "alguns não querem ser oposição", citando inclusive o senador Arthur.

O Líder Tucano lembra que ser oposição não é jogar contra mas fiscalizar e votar tudo o que é bom para o País e usar de estratégia, para "levar a maioria a ceder em pontos considerados essenciais para o país, quando na votação de projetos". O Senador afirma ainda que "a oposição tem sido incansável em advertir que o Brasil não atingirá o crescimento sustentado sem a retomada do ciclo de reformas estruturais, hoje interrompido pela indecisão, pela incompetência e pela fisiologia". Sobre o fato de o Senador ter aceito uma carona no avião presidencial, Arthur Virgílio lembra ao Professor Villa que: "Na política, há adversários políticos e não inimigos. Seria primário recusar o convívio com adversários".

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tática, não desespero

ARTHUR VIRGÍLIO

COM certa insistência, algumas correntes de pensamento costumam sustentar que há no momento oposição no país. Chegam a proclamar, como o ilustre historiador Marco Antonio Villa ("Tendências/Debates", 9/4), que alguns não querem ser oposição.

O professor não falou como historiador, não fez análise serena, isenta. Emitiu opinião. Respeitável, mas equivocada.

Parece oportuno, entendo, lembrar o que é ser oposição. O Brasil vive a era Lula 2, respaldado pelos 20 milhões de votos a mais que ele obteve sobre o candidato tucano Geraldo Alckmin. A fase Lula 1 evaporou-se, deixando como legado um quadro de corrupção jamais visto no país. A oposição — e aqui começo a lembrar o que é ser oposição — não foi empecilho para o governo avançar em realizações.

Faltou-lhe talento. Lula aprovou no Congresso as reformas que quis. Mas perdeu o bonde da história, ao ignorar a boa fase da economia mundial para assegurar o crescimento interno. Cuidou tão somente de esquemas de amparo social, distribuindo dinheiro à pobreza.

Volteou mundo afora, afagou ditadores, abriu condições para os elevados juros dos bancos, protegeu os grandes conglomerados industriais, enquanto as fábricas de médio e pequeno porte desfalecem pela concorrência da China, para a qual o presidente estendeu a mão, com sofreguidão. Em síntese, a era Lula 1 tinha tudo para acelerar o crescimento do Brasil, mas jogou fora oportunidade magistral.

A oposição brasileira não se furtou a votar as reformas macro e micro-econômicas que o presidente apresentou ao Legislativo.

No seu legítimo desempenho de parcela representativa do povo brasileiro, a oposição tem sido incansável

em advertir que o Brasil não atingirá o crescimento sustentado sem a retomada do ciclo de reformas estruturais, hoje interrompido pela indecisão, pela incompetência e pela fisiologia. Além de não olhar à frente, a era Lula 1 loteou órgãos de infra-estrutura, como a Infraero, dando vez ao humilhante apagão aéreo.

A oposição atual, diferentemente da anterior, não está tomada de desespero, termo usado pelo historiador ao condenar a obstrução de votações, manobra legítima das oposições. É tática de guerrilha parlamentar, na estratégia de levar a maioria a

Os primeiros cem dias do governo Lula 2 passaram-se em brancas nuvens; o pregão oficial ignora essa realidade

ceder em pontos considerados essenciais ao país. E temos tido algum êxito, em benefício do país.

Sem estabelecer polêmica, a análise do professor Villa é injusta também ao listar-me entre aqueles que "não querem ser oposição", olvidando que, no governo Lula, não faltam espaços nem benesses para quem se destine a apoiá-lo. E esse não é, definitivamente, o meu caso.

No primeiro dia da Legislatura anterior, em fevereiro de 2003, ocupei a tribuna do Senado e defini a fiscalização dura e a postura sensata que orientariam as ações da bancada tucana. Jamais me afastei dessa linha. Não perdi o fio da coerência, algo in-

xistente no governo que aí está. Nosso propósito, como é da essência democrática, é a alternância no poder.

Recuso-me a crer que o professor não tenha lido nada a meu respeito, a não ser sobre o episódio da "carona" no avião presidencial. Foi gesto de educação, em que não apenas eu, mas os demais senadores que estavam em Três Lagoas (MT), aceitaram o convite de Lula, no regresso dos funerais do senador Ramez Tebet. Na política, há adversários políticos e não inimigos. Seria primário recusar o convívio com adversários. Por acaso erraram Fernando Henrique Cardoso e Itamar Franco quando aceitaram o convite para ir com o presidente às exéquias do papa João Paulo 2º?

Na conversa com Lula, no avião, senti-o mais amadurecido, após quatro anos de mandato. Não obstante, despreparado e inepto administrativamente. Os primeiros cem dias passaram-se em brancas nuvens; o pregão oficial ignora essa realidade.

Se há vitórias, assemelham-se à do rei Pirro, de Epiro (na atual Albânia): diante de baixas, no campo de batalha de Asculum, nas proximidades de Roma, saudou o êxito parcial de seus combatentes, ignorou as enormes baixas, preferindo falar de vitória, mas reconhecendo que um novo e igual êxito acabaria com seu reino. O revés o amadurecera.

Não queremos vitória de Pirro para o Brasil.

Por último, um recado ao talentoso professor Villa: o senhor é notável, porém insuficiente. Aceite-me — e a tantos como eu — ao seu lado, fazendo oposição a Lula. Será melhor assim — e mais eficaz.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “Mais gastos e mais impostos”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo** de 20 de abril do corrente ano.

O editorial trata do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias enviado pelo atual governo ao Congresso Nacional na última semana e que define as condições básicas para o orçamento geral do próximo ano.

Segundo o editorial, há duas certezas em relação à proposta enviada: a de que o atual governo do Presidente Lula continuará gastando fartamente e a de que o contribuinte terá que suportar uma carga tributária ainda maior.

Ainda segundo o editorial, “A maneira realmente segura de elevar o investimento sem comprometer as contas públicas é a redução do gasto corrente. Mas o governo não mostra a mínima disposição de enfrentar as dificuldades políticas de um ajuste para valer”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o editorial acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mais gastos e mais impostos

Podem apostar: há pelo menos duas previsões absolutamente seguras no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Primeira: o governo federal continuará gastando fartamente. Segunda: para sustentar a ganância, o contribuinte vai ter de suportar uma carga tributária cada vez maior. É essa a mensagem mais importante do projeto enviado na semana passada ao Congresso. O documento define as condições básicas para o Orçamento-Geral da União do próximo ano e orientações para os três anos seguintes, até o fim do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A economia brasileira crescerá, segundo os cálculos mencionados no projeto, 4,5% em 2007 e 5% ao ano entre 2008 e 2010. A meta do governo se converte, nesse documento, em previsão. Nenhuma instituição especializada tem divulgado estimativas tão otimistas. Quanto a esse ponto, pelo menos, o realismo das projeções é duvidoso.

O segundo pressuposto se refere à inflação: 4,5% ao ano, sem variação, até o fim do período. É uma espécie de confissão. A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão do Executivo subordinado ao Ministério da Fazenda. E o ministro da Fazenda, com aval do presidente, que enviou a mensagem ao Congresso, pretende manter intocada a meta de inflação.

Economistas têm sugerido a adoção de metas mais ambiciosas nos próximos anos, para maior segurança. Afinal, a

inflação brasileira, embora baixa pelos padrões históricos do País, ainda é alta em comparação com as taxas observadas em muitas economias emergentes.

Mas o governo ou está satisfeito com os 4,5% ou julga incompatível com o crescimento econômico a busca de uma taxa menor. De forma sub-reptícia, prevalece a idéia da inflação como necessária ao crescimento. Chile, Peru, Tunísia, Malásia e China têm crescido mais que o Brasil com inflação menor.

Segundo as contas do Ministério do Planejamento, respon-

O projeto da LDO é uma promessa de mais encargos para os contribuintes

sável pela preparação do projeto, a receita primária do governo federal corresponderá em 2008 a 23,76% do Produto Interno Bruto (PIB), subirá para 24,02% em 2009 e chegará a 24,17% em 2010. Em outras palavras, o governo extrairá da sociedade uma parcela crescente da renda produzida.

A CPMF continuará a ser cobrada com base na alíquota de 0,38%. A idéia de redução gradual, pelo menos até o fim do mandato, está descartada.

A despesa primária – isto é, não financeira – do governo federal continuará a aumentar, sustentada pela tributação crescente. Passará de 21,56% do PIB em 2008 para 21,82% no ano seguinte e 21,97% em 2010. A meta de superávit primário, necessária para o pagamento de juros, será mantida

em 3,8% para todo o setor público (União, Estados, municípios e estatais). A parcela do governo central será constante – 2,2% do PIB em cada ano.

A redução de 4,25%, meta observada nos últimos anos, para 3,8% é justificada pela recente reavaliação do PIB. Medido em reais, o valor em princípio não se altera. Na prática, o resultado será diferente, pois o governo deverá usar o conceito de Projeto Piloto de Investimento (PPI) para classificar parte dos gastos de capital. Esse conceito foi desenvolvido em negociações de vários países com o FMI. A idéia original era descontar do superávit primário investimentos de retorno financeiro rápido.

A expressão “piloto” foi adotada por se tratar de uma experiência destinada a informar uma possível mudança nos critérios adotados em programas de ajuste. O governo brasileiro resolveu encampar o conceito não para uma experiência, mas como recurso de escrituração. Na prática, será uma forma de gastar mais, conservando a aparência de austeridade fiscal.

A maneira realmente segura de elevar o investimento sem comprometer as contas públicas é a redução do gasto corrente. Mas o governo não mostra a mínima disposição de enfrentar as dificuldades políticas de um ajuste para valer. Apesar de tudo, a dívida líquida federal deverá declinar como porcentagem do PIB, segundo as projeções. Mas isso dependerá de uma condição incerta – o crescimento econômico de no mínimo 5% ao ano – ou do aumento da carga tributária – esta, sim, uma evolução facilmente previsível.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Forças políticas para 2010 passam ao largo do PT”, publicada pelo **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 6 de maio de 2007.

A matéria destaca que segundo o sociólogo Aldo Fornazieri, cientista político e diretor acadêmico da Fundação-Escola de sociologia e Política de São Paulo, “o PT está no limbo político”, já que a montagem do segundo governo Lula escancarou a crise que o PT tenta a todo custo abafar. Segundo Fornazieri, o PT está espremido entre o “PMDB velho de guerra e o quarteto composto por socialistas, comunistas, tra-

balhistas, e verdes” e que “Lula pode até mesmo ungir um candidato de fora das fileiras petistas na próxima eleição presidencial”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Forças políticas para 2010 passam ao largo do PT’

Para o sociólogo, partido tem direção fraca e está ‘no limbo político’. Sem nomes de peso, deverá ficar com o que Lula indicar

Vera Rosa
BRASÍLIA

A montagem do segundo governo Lula escancarou a crise que o PT tenta a todo custo abafar. Espremidos de um lado pelo PMDB velho de guerra – que passou a ser o parceiro preferido da coalizão – e, de outro, pelo quarteto composto por socialistas, comunistas, trabalhistas e “verdes” –, os petistas perderam o espaço de interlocução com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O diagnóstico é do cientista político Aldo Fornazieri, diretor acadêmico da Fundação-Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

“O PT está no limbo político”, constata ele. Com a autoridade de quem conhece bem o PT, Fornazieri diz que o partido de Lula precisa mudar de agenda e apostar na reforma política, se quiser sair da encruzilhada. Mesmo assim, prevê dificuldades pela frente para o petismo, em contraposição ao sucesso do lulismo. Para o cientista político, Lula pode até mesmo ungir um candidato de fora das fileiras petistas na próxima eleição presidencial. “As forças que começam a se estruturar para a sucessão de 2010 passam ao largo do PT”, observa.

A divisão do poder no segundo governo Lula tem provocado ruidosos embates entre os partidos da coalizão, liderados principalmente pelo PT e pelo PMDB. Como resolver esse impasse?

Num sistema pluripartidário como o nosso, com as coalizões se formando após as eleições para atender as exigências do presi-

dencialismo, sempre haverá disputa por cargos e espaços. Ou se muda o sistema ou o problema será recorrente, seja qual for o governante ou o partido do governo.

Mas o PT não aceita ceder mais espaço e pede que o presidente atenda a todas as correntes do partido. Qual a razão desse distanciamento entre Lula e a cúpula do PT?

O PT ocupou espaço excessivo no primeiro mandato, ficou com marca de aparelhista e construiu a fama de não cumprir acordos. A confrontação de um aliado como Aldo Rebelo (PC do B) na disputa pela presidência da Câmara foi emblemática no reforço da imagem de partido exclusivista. Essa atitude provocou dificuldades crescentes para o presidente no relacionamento com aliados. Em consequência, ele teve que deslocar o PT da coordenação política e da liderança do governo na Câmara, no Senado e no Congresso. Lula também escolheu ministros petistas que são fiéis a ele, e não ao PT. Com isso, o partido perdeu espaço e força de articulação no governo e nos ministérios. O PT está agora no limbo político.

Por que limbo político?

Em primeiro lugar, a direção do partido é fraca e não tem legitimidade para interferir no jogo político. Em segundo, as forças que se estruturam para 2010 passam ao largo do PT.

Como assim?

No flanco esquerdo surgiu uma articulação que lhe é hostil, composta por PSB, PDT, PC do B e PV. Mesmo sem os “verdes”, esta coalizão pretende construir a candidatura de Ciro Gomes e quer o apoio de Lula. No flanco direito do PT, o PMDB quer uma alternativa

própria também por dentro da coalizão. Para complicar, alguns setores da oposição e os dois potenciais candidatos do PSDB à Presidência – José Serra e Aécio Neves (governadores de São Paulo e Minas) – fletam com Lula. O PT está prensado.

Como sair dessa crise? O Congresso do PT, em agosto, conseguirá fazer o acerto de contas interno?
Não será fácil. Se o partido sair a campo para estruturar linhas de força que levem a 2010 poderá isolar-se ainda mais dos aliados. A agenda interna do PT, orientada para o congresso partidário, tende à irrelevância pela ausência de significado do evento. Ninguém sabe bem para que este congresso servirá. Restaria ao PT, talvez, tentar mudar a agenda política orientada para 2010. Tal agenda poderia ser a reforma política.

A impressão que se tem é que Lula caminha para um lado e o PT, para outro. Qual a diferença entre o petismo e o lulismo?

Este é um grande problema que começa a preocupar líderes petistas. Um partido propriamente dito precisa ter três dimensões bem definidas: uma organizativa, outra programática e uma liderança forte e competitiva. Ocorre que lideranças importantes do PT, que se haviam legitimado em décadas de lutas, arderam nas labaredas da crise. Essas circunstâncias, aliadas à forma como ocorreu a vitória de Lula em 2006 e ao seu carisma, permitiram que o lulismo se tornasse um fenômeno mais abrangente que o PT. Não é possível antecipar se o lulismo sobreviverá como fenômeno político autônomo. O PT sobreviverá na era

Quem é:

Aldo Fornazieri

• Doutor em **Ciência Política** pela Universidade de São Paulo, este ano, com a tese “**Maquiavel e o bom governo**”

• Exerce atualmente a função de **diretor-acadêmico** da Fundação **Escola de Sociologia e Política** de São Paulo (FESPSP)

pós-Lula, mas será um partido sem uma liderança carismática.

Depois que os ex-ministros José Dirceu e Antônio Palocci caíram em desgraça, o presidente não tem sucessor natural para 2010. O apoio de Lula a um candidato de fora do PT seria aceito pelo partido? É bem plausível que o presidente venha a apoiar um candidato que não seja do PT. Mas, neste caso, o PT também viria a apoiar tal nome, mesmo a contragosto. Eleger o sucessor é um ponto significativo para a biografia do presidente, além de contraponto importante à trajetória do ex-presidente Fernando Henrique.

O sr. afirmou que Lula tem capital político grande, mas não usa esse poder nem para o bem nem para o mal. O que quis dizer com isso? Ele não usa sua força política para o bem porque não banca as reformas necessárias. Também não a usa para o mal porque não tem vocação antidemocrática. Isso tudo quer dizer que o segundo mandato andrà monotonicamente para frente, embalado pelos ventos favoráveis da conjuntura. ■

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “TCU suspende licitação com ‘regras viciadas’ dos Correios”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 18 de abril do corrente.

A matéria mostra que o TCU mandou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos suspender a licitação para a escolha da empresa que substituirá a atual no atendimento ao serviço das linhas da Rede Postal Noturna.

Para o TCU, a licitação apresenta “indícios consistentes de irregularidades”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TCU suspende licitação com ‘regras viciadas’ dos Correios

Três detalhes no processo licitatório chamaram a atenção do tribunal

Rosa Costa
BRASÍLIA

Por considerar que as regras estão viciadas e não ver motivo para que o contrato tenha o valor reajustado em 61%, o Tribunal de Contas da União (TCU) mandou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)

suspender a licitação para a escolha da empresa que substituirá a Skymaster Airlines no atendimento ao serviço das linhas da Rede Postal Noturna (RPN). Em despacho do ministro Raimundo Carreiro, o TCU disse sobre a licitação “indícios consistentes de irregularidades”.

Três detalhes da licitação chamaram a atenção do TCU. O contrato com a Skymaster terminou no prazo, dia 30 de abril, mas os Correios aprontaram a licitação alegando que precisavam fazer uma “contratação emergencial”. A contratação seria “passível de vigorar por até 60 meses”. Para completar, o edital de licitação, para

própria ECT, sugere um aumento de 61% no valor do contrato, que passaria de R\$ 82,5 milhões para R\$ 132,7 milhões.

Há um ano a CPI dos Correios confirmou suspeitas que pesavam sobre a ECT de loteamento político, direcionamento nas licitações, entre outras irregularidades. A Skymaster foi uma das empresas investigadas. Por decisão do ministro Carreiro, os Correios têm de prestar esclarecimento ao tribunal em 15 dias. Ele aponta indícios de irregularidade como o fato de o edital ter sido publicado no último dia 3, com previsão de abertura de propostas em

apenas oito dias úteis, e início das operações somente 13 dias depois.

EXPLICAÇÃO

A ECT informou que a operação de substituição da Skymaster atende ao que determinam os decretos 5.450, de maio de 2005, e o 355, artigo 11, inciso 3º quanto à publicação do edital num prazo não inferior a oito dias úteis. Quanto à restrição do número de concorrentes, disse que as companhias aéreas comerciais TAM, Gol e Ocean Air ouvidas no ano passado pelos Correios, responderam que não têm interesse em atuar no correio aéreo noturno.

Sobre o aumento no valor do contrato, a ECT disse que o cálculo foi baseado em planilhas de preços da estatal. ●

NÚMEROS

61% seria

o aumento do contrato sugerido pela ECT no edital de licitação

R\$ 132,7 milhões

seria o valor com o aumento

um contrato de R\$ 132,7 milhões, previa que, ao início das operações pela empresa contratada, tudo seria feito no prazo recorde de um mês. No edital, a

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “De politização e manipulação”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo** de 7 de abril de 2007.

O artigo da jornalista Dora Kramer, destaca que entre os parlamentares a certeza que a CPI do apagão aéreo será instalada é tanta que seria uma surpresa se por algum motivo ela não se instalar. A articulista argumenta ainda que apesar do governo Lula afirmar que a CPI poderia gerar uma crise militar, o risco real é do Planalto conseguir manipular a CPI.

De politização e manipulação

O consenso de que a CPI do apagão aéreo sai mesmo é tão firme que surpresa agora será se por algum motivo ela não se instalar. Ou por decisão do Supremo Tribunal Federal ou por desistência da oposição de fazer o inquérito parlamentar por meio do Senado.

Diante do praticamente inevitável, nesta semana os líderes governistas radicalizaram no desespero de causa: como último recurso para evitar a investigação, tentaram aplicar o velho truque do perigo dos rancos da reação militar.

Procuraram a oposição e ponderaram que a instalação da CPI poderia dar margem a uma nova crise militar. As investigações talvez revelassem “fragilidades” da Aeronáutica que as Forças Armadas não gostariam de ver expostas em público.

A base governista está perdida. Dispõe de força numérica, mas, pela qualidade da estratégia agora adotada, parece que só tem tamanho. Se tivesse cérebro, perceberia a inadequação do argumento: falar em risco de crise porque a Aeronáutica não resistiria a uma investigação parlamentar significa pôr as Forças Armadas sob suspeição.

Quando o governo diz à oposição que a CPI poderia provocar revolta nos quartéis porque revelaria fatos desabonadores para uma das Forças, está automaticamente insinuando que os militares têm algo a esconder.

Fazem deles um escudo de proteção num embate de natureza político-partidária e atribuem a eles um receio que na verdade é do governo.

Quem não quer CPI é o Palácio do Planalto. Rememorar crises do passado para transferir essa posição às Forças Armadas é um erro de análise da realidade presente ou um sofisma eivado de má-fé.

O risco não é a CPI politizar a crise, mas os políticos manipularem a CPI

Não há politização no trato da crise por parte dos militares. Não contestam o papel institucional nem a autoridade do presidente da República. Querem simplesmente ter os seus preceitos preservados.

Por ora, porque a dependência do encaminhamento das coisas, realmente o bate-cabeça governista pode acabar provocando problemas de ordem institucional. Como ocorreu com o acréscimo de uma crise de relação Poder Executivo-poder militar à crise do setor aéreo.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A alegação de que a CPI politiza a crise é uma obviedade pois a investigação é parlamentar. O problema não é CPI politizar a crise, mas os políticos quererem manipular a CPI.

Isso vale para o governo e sua mais recente manobra de jogar com o risco de reação militar, mas vale também para a oposição que depois de brigar tanto pela comissão está no mínimo obrigada a não dar espetáculo de quinta.

Insegurança no ar

Se o apagão total da sexta-feira 30 rendeu algum benefício foi a abertura da discussão sobre a segurança dos vãos, assunto até então tratado com certa inibição.

O Sindicato dos Aeronautas e da Federação Internacional de Associações de Controladores de Tráfego Aéreo abordaram questões importantes nesta semana.

A presidente dos aeronautas, Graziela Baggio, apontou a existência de um grave embate entre pilotos e controladores, assim detalhado pelo vice-presidente do sindicato, Gelson Fochesato: “O controlador não quer que o piloto se aproxime da pista e o piloto fala que tem que se aproximar porque o controlador está mentindo para ele. Os pilotos estão revoltados ao ponto de quererem ir direto para um conflito e passar a não obedecer mais aos controladores. Isso já não é mais segurança de voo, é uma mentira”.

Sobre o plano de emergência da FAB, diz Marc Baumgartner, da Federação Internacional dos Controladores: “As armadilhas do sistema, problemas de radar e de rádio, ainda estão lá. A Aeronáutica não fez nada além de aquartelar e investigar os controladores. Usar militares da defesa aérea é a mesma coisa que colocar um carregador de bagagens ou uma atendente do check-in para pilotar um avião, eles não têm a menor idéia do que fazer, não foram treinados para isso. Já vimos essa história antes na França. Acabou em uma colisão aérea”.

Se os presidentes das entidades não foram irresponsáveis ao ponto de dizer o que disseram em função dos interesses das respectivas categorias profissionais, seus alertas são dignos de registro.

O figurino

A nomeação de um diplomata (Marcelo Baumbach) para o posto de porta-voz da Presidência da República repete modelo adotado – e aprovado – no governo Fernando Henrique.

Durante os oito anos de FH, os três porta-vozes foram diplomatas: Sérgio Amaral, Georges Lamazière e Alexandre Parola.

A idéia de pôr um diplomata na função foi baseada no atributo específico da atividade diplomática: a neutralidade no trato das questões do Estado, entre elas a comunicação.

O sentido da imparcialidade na forma de transmissão das notícias é fator de equilíbrio aos governos, sejam as novas boas ou más, mas principalmente se forem más.

O diplomata não cria atritos, não opina, não politiza, não aumenta nem diminui o tom, se atém ao conteúdo do recado, reporta-se à nação e ponto final. ●

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinqüenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinqüenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 335, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2007, que *dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundi-*

ária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 335, de 2006).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 353, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2007, que *dis põe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 353, de 2007). *(Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 341, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2007, que *altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.480, de 2 de julho de 2002, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, 11.356, 11.357 e 11.358, de 19 de outubro de 2006, 8.025, de 12 de abril de 1990, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 341, de 2006).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2007*(Proveniente da Medida Provisória nº 339, de 2006)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2007, que *regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996; 10.880, de 9 de junho de 2004; e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 339, de 2006).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 2007*(Proveniente da Medida Provisória nº 348, de 2007)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2007, que *insti-tui o Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura – FIP-IE e dá outras provi-dências* (proveniente da Medida Provisória nº 348, de 2007). (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2007*(Proveniente da Medida Provisória nº 347, de 2007)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Proje-to de Lei de Conversão nº 9, de 2007, que *constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal – CEF* (proveniente da

Medida Provisória nº 347, de 2007). (*Progra-ma de Aceleração do Crescimento – PAC*)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

8

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 10, DE 2007***(Proveniente da Medida Provisória nº 349, de 2007)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2007, que *insti-tui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisó-ria nº 349, de 2007). (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

9

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 11, DE 2007***(Proveniente da Medida Provisória nº 352, de 2007)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11 de 2007, que *dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondu-tores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tec-nológico da Indústria de Semicondutores – PA-DIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV digital – PATVD; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga o art. 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (proveniente da Medida Provisória nº 352, de 2007). (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

10

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 12, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 340, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2007, que *efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de 12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 6.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 340, de 2006). (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

11

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 13, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 351, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2007, que *cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI; reduz para vinte e quatro meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida*

Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.666, de 8 de maio de 2003, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.892, de 13 de julho de 2004, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925 de 23 de julho de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 351, de 2007). (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de
19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

12

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 14, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 355, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2007, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País* (proveniente da Medida Provisória nº 355, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de
12.4.2007)

Prazo final (prorrogado): 25.6.2007

13

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 356, DE 2007
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 356, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Es-*

porte, no valor de cem milhões de reais, para os fins que específica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de 22.4.2007)

Prazo final (prorrogado): 6.7.2007

14

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 357, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 357, de 2007, que *autoriza a renegociação dos créditos da União e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás com a Itaipu Binacional e dá outras providências*.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de 27.4.2007)

Prazo final (prorrogado): 10.7.2007

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).

Pareceres nºs 260 e 261, de 2007, das Comissões de

– Assuntos Econômicos, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CAE, de redação, que apresenta; e

– de Educação, Relator: Senador Flávio Arns, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1.

(Sobrestando a pauta a partir de 11.3.2007)

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica*.

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

(Sobrestando a pauta a partir de 14.4.2007)

17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator *ad hoc*: Senador Delcídio Amaral, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007*.

18

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que

acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.

19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

20

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2005

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

21

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 37, DE 2004

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea “d” do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obriga-

tória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

22

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 2, DE 2007

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.*

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.*

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Parti-

cupativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego*.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que *institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea “b” do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho)*.

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória*.

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997*.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle*.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.*

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)*

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que *altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.*

33

REQUERIMENTO Nº 123, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 123, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de aplauso ao ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, Al Gore, pelo documentário intitulado “An Inconvenient Truth” (Uma Verdade Inconveniente).

Parecer favorável, sob nº 290, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 49 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. Rosalba Ciarlini - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Jayme Campos - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Raimundo Colombo - PFL	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Raimundo Colombo - PFL	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Kátia Abreu - PFL	1. José Agripino - PFL
Eliseu Resende - PFL	2. Romeu Tuma - PFL
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1.Fátima Cleide – PT
Flávio Arns –PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.****(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB****Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315

E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. Joaquim Roriz
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Wilson Matos - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - PFL
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Francisco Dornelles - PP
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres - PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Romeu Tuma - PFL	2. Marco Maciel - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	3. Raimundo Colombo - PFL
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
(vago)	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. César Borges – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – PFL
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Wilson Matos – PSDB	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. (vago)
Heráclito Fortes – PFL	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Wilson Matos – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E
REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**
(5 titulares e 5 suplentes)

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
César Borges – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Jonas Pinheiro – PFL	1. Raimundo Colombo – PFL – PFL
	2. Rosalba Ciarlini – PFL – PFL
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995 **4ª Eleição Geral:** 13.03.2003
2ª Eleição Geral: 30.06.1999 **5ª Eleição Geral:** 23.11.2005
3ª Eleição Geral: 27.06.2001 **6ª Eleição Geral:** 06.03.2007

Presidente:
Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2. (vago)		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. (vago)		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 04.04.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PFL-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (PFL-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

¹ Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

¹ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
PFL	
EFRAIM MORAIS (PFL/PB)	1. ADELMIR SANTANA (PFL/DF)
ROMEU TUMA (PFL/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (PFL/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PT/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/PFL/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)
GERMANO BONOW (PFL/RS)	3. JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES PFL-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 98 PÁGINAS